

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
MESTRADO

THIAGO CHAGAS OLIVEIRA

**FORMAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA DE
CLASSE NO JOVEM GRAMSCI (1916 – 1920)**

**FORTALEZA
2007**

THIAGO CHAGAS OLIVEIRA

**FORMAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE NO
JOVEM GRAMSCI (1916 – 1920)**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em Educação junto à Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da professora Dra. Sandra Cordeiro Felismino.

2007

"Lecturis salutem"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

O52f

Oliveira, Thiago Chagas.

Formação política e consciência de classe no jovem Gramsci(1916-1920)
/ por Thiago Chagas Oliveira. – 2007.

154 f. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,
Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza(CE),04/04/2007.

Orientação: Prof. Dr. Sandra Cordeiro Felismino.

Inclui bibliografia.

1-GRAMSCI, ANTONIO,1891-1937 – CONTRIBUIÇÕES EM EDUCAÇÃO – 1916-1920.

2-GRAMSCI, ANTONIO,1891-1937 – CRÍTICA E INTERPRETAÇÃO – 1916-1920 .3-COMUNISMO
E EDUCAÇÃO.4-HEGEMONIA.5-EDUCAÇÃO E FILOSOFIA.6-POLÍTICA E EDUCAÇÃO.

I- Felismino, Sandra Cordeiro,orientador. II.Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação
em Educação Brasileira. III-Título.

36/08

CDD(22ª ed.) 370.1

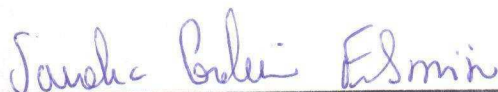
THIAGO CHAGAS OLIVEIRA

FORMAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE NO JOVEM GRAMSCI
(1916 – 1920)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Aprovada em abril de 2007.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. SANDRA CORDEIRO FELISMINO – ORIENTADORA
UFC



Prof. Dra. ANITA HELENA SCHLESENER
UTP



Prof. Dr. Erasmo Miessa Ruiz
UECE/ UFC

Fortaleza
2007

AGRADECIMENTOS

“Mesmo nos momentos em que eu sozinho desenvolvo uma atividade *científica*, uma atividade que raramente posso levar ao fim em direta associação com outros, sou *social*, porque é como *homem* que realizo tal atividade”(Karl Marx). Outrossim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, concorreram para a realização deste trabalho. Agradeço à FUNCAP pela concessão de dois anos de bolsas de estudos.

É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. **Karl Marx**

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	9
2 – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INFLUÊNCIA DE GRAMSCI NO CAMPO PEDAGÓGICO BRASILEIRO	
2.1 Introdução: origem do trabalho e problematização	16
2.2 Redução da concepção gramsciana de escola à organização escolar formal	20
2.3 Distorção idealista da reflexão gramsciana entre a unidade teórico-prática do partido revolucionário e a consecução de trabalhos educativo-culturais contra-hegemônicos	30
4 Imprecisão dos conceitos gramscianos de Sociedade civil e Hegemonia	35
Indicações teórico-metodológicas para uma leitura objetiva do pensamento político-pedagógico de Gramsci	42
3 – NOTAS HISTÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DAS IDÉIAS DE GRAMSCI SOBRE FORMAÇÃO POLÍTICA	
3.1 Introdução	46
3.2 Sobre a unificação do Estado italiano (<i>risorgimento</i>)	49
3.3 Sobre a participação da Itália na I Guerra Mundial	60
3.4 Sobre o impacto da Revolução Russa na elaboração das idéias de Gramsci sobre formação política	64

4 – FORMAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE NO JOVEM GRAMSCI (1916 A 1920)	
4.1 Introdução	70
4.2 O conceito de formação política nos textos gramscianos de 1916 a 1918	71
4.3 O papel dos instrumentos de luta da classe trabalhadora na formação política das massas	80
4.4 A experiência de formação política do jornal de propaganda socialista <i>L'Ordine Nuovo</i> e dos Conselhos de Fábrica de Turim (1919 – 1920)	86
4.5 O papel formativo dos Conselhos de Fábrica	87
4.6 A ocupação das fábricas de Turim: experiência de formação política por Excelência	97
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
APÊNDICE	

RESUMO

O estudo aqui apresentado tem como objetivo a exposição crítico-analítica do pensamento de Gramsci acerca do papel que os trabalhos de formação política assumem na organização da classe trabalhadora, mormente no que diz respeito à formação e ao desenvolvimento de sua consciência de classe. O trabalho, de cunho eminentemente teórico, foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica centrada nos escritos gramscianos que vão de 1916 a 1920. A análise dos textos que vão de 1916 a 1918 explicita a importância, para Gramsci, do papel da subjetividade na construção histórica, contida na idéia de que o processo revolucionário não se reduz às dimensões econômicas e políticas, mas entrelaça-se à realização de trabalhos pedagógicos que visa a sedimentar a consciência de classe dos trabalhadores. Para ele, os partidos, os sindicatos e as associações proletárias desempenham papel importante na formação política dos trabalhadores, na medida em que desenvolvem atividades pedagógicas que funcionam como elemento de denúncia e crítica à sociedade capitalista. Nos escritos que vão de 1919 a 1920, gesta-se a noção de que a revolução socialista, para além de um ato insurrecional ou simplesmente tomada do poder governamental burguês, é um processo que exige a transformação radical das relações de produção e distribuição capitalistas; processo para o qual a fábrica se constituiria a célula primária da sociedade comunista. A partir do potencial revolucionário hipotecado aos conselhos de fábrica, Gramsci, nestes escritos, demonstra que os trabalhadores se formam no e pelo trabalho, destacando, ainda, a necessidade de eles elaborarem uma consciência de classe fortalecida pela preparação cultural. O emprego correto dessas reflexões no conjunto da obra gramsciana nos permite fazer a crítica à tendência reducionista que define o conceito de hegemonia como uma mera obtenção de um domínio ideológico ou uma categoria relacionada unicamente à superestrutura e, em seu interior, à “sociedade civil” (compreendida erroneamente como uma esfera contraposta às determinações estruturais e à sociedade política).

Palavras-chave: Formação Política– Relação Teoria e Prática – Marxismo - Antonio Gramsci

RIASSUNTO

Lo studio qui presentato intende esaminare il pensiero di Gramsci sul ruolo che il lavoro di formazione politica assume l'organizzazione della classe operaia, in particolare per quanto riguarda la formazione e lo sviluppo consapevoli della loro classe. Il lavoro è stato condotto attraverso una ricerca bibliografica incentrata su scritto gramsciano che vanno dal 1916 al 1920. L'analisi dei testi che vanno dal 1916 al 1918, spiega l'importanza del ruolo della soggettività in un edificio storico. Che presenta l'idea che il processo rivoluzionario non è limitato a economico e politico dimensioni, ma è intrecciata a svolgere lavoro educativo volto a sedimentare coscienza di classe dei lavoratori. Per Gramsci, i partiti politici, i sindacati e le associazioni proletarie svolgere un importante ruolo politico come i lavoratori, nella misura in cui sviluppare attività educative che il lavoro come parte di denuncia e di critica la società capitalista. In scritti che vanno dal 1919 al 1920, è stata l'idea che la rivoluzione socialista è un processo che richiede una radicale trasformazione dei rapporti di produzione capitalista e della distribuzione; processo per il quale la pianta sarebbe la cellula primaria della società comunista. Dal potenziale rivoluzionario ipotizzato consigli per fabbrica, Gramsci dimostra che i lavoratori si formano sul lavoro. Mette in evidenza, inoltre, la necessità di sviluppare una coscienza di classe rafforzata dalla preparazione culturale. L'uso corretto di queste riflessioni in tutto il pensiero di Gramsci ci permette di fare le critiche della tendenza riduzionista che definisce il concetto di egemonia come un semplice prelievo di campo ideologico o di un'impresa di categoria solo la sovrastruttura e, al loro interno la 'società civile' (erroneamente interpretato come una sfera con le valutazioni imposte strutturali e società politica).

Parole chiave: politica di formazione - Link Teoria e Pratica – marxismo – Antonio Gramsci

1 – INTRODUÇÃO

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels demonstraram que os elementos necessários a uma subversão total, isto é, a uma revolução comunista, são, por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas e, por outro, a formação de uma massa revolucionária capaz de fazer a revolução não só contra as condições particulares da sociedade capitalista, mas, sobretudo, contra a própria “produção da vida anterior (1998a, p.37). Gramsci figura como um dos autores marxistas que mais destacou o papel da formação política na constituição dessa massa revolucionária.

Expressão eloqüente da tradição marxista, Gramsci ocupou-se ao longo de sua vida da análise das relações entre as condições objetivas do modo de produção capitalista e a organização cultural que movimenta o mundo ideológico, objetivando apreender as determinações histórico-sociais a serem consideradas na preparação da revolução proletária. Tal peculiaridade foi decisiva na escolha de seu pensamento como objeto de estudo. Além disso, a forte influência de suas idéias no campo pedagógico brasileiro foi elemento motivacional não menos importante de nossa incursão na obra de Gramsci. Ressalte-se que o reconhecimento dessa influência há muito é partilhada, no Brasil, por estudiosos do pensamento de Gramsci. Carlos Nelson Coutinho, tradutor das obras de Gramsci publicadas pela editora Civilização Brasileira e um dos maiores divulgadores de seu pensamento no Brasil, diz que:

Antônio Gramsci foi um dos intelectuais estrangeiros que mais influenciou o pensamento social brasileiro nas últimas décadas. Da filosofia à teoria política, da sociologia à antropologia, da historiografia ao serviço social, foram muitos os ramos do saber universitário que sofreram a influência de categorias elaboradas pelo autor dos Cadernos do cárcere, tais como Estado ampliado, hegemonia, sociedade civil, bloco histórico, Ocidente/Oriente, revolução passiva e muitas outras. (...) *Mas cabe registrar que, dentre estes vários ramos do saber universitário, talvez tenha sido o dos estudos pedagógicos aquele no qual mais circularam e foram assimiladas as ideias do grande pensador e revolucionário italiano.* (Grifos nossos, 2005, p.11).

O estudo aqui apresentado tem como objetivo a exposição crítico-analítica do pensamento de Gramsci acerca do papel que os trabalhos de formação política assumem na organização da classe trabalhadora, mormente no que diz respeito à formação e ao desenvolvimento de sua consciência de classe. Não obstante ser estrutural o

antagonismo de classe, resultante da divisão social do trabalho, cuja superação não depende da ação de indivíduos esclarecidos – mas do desenvolvimento de condições objetivas (elementos materiais, forças produtivas, formação de uma massa revolucionária, teoria revolucionária), entendemos que a formação política, de caráter socialista, constitui importante meio para a elevação da consciência de classe dos trabalhadores, para sua organização e luta pela transformação da sociabilidade burguesa, e, assim, para a conquista do/ pelo próprio homem, de sua humanidade.

Cronologicamente, a produção bibliográfica gramsciana divide-se em quatro etapas que refletem os momentos histórico-políticos vividos pelo autor. A primeira corresponde aos escritos produzidos durante a 1ª Guerra Mundial (1914-1918) e é marcada pela fusão entre sua produção teórica-política e sua intensa atividade jornalística de organizador, propagandista e suscitador de cultura proletária. A segunda, aos escritos do pós-guerra (1919-1920) ou *bienio rosso*. A terceira etapa reúne os artigos produzidos durante a ascensão do fascismo (1921-1926), os quais foram elaborados sob o influxo da reflexão de Gramsci acerca da primeira fase de atuação do Partido Comunista Italiano (PCI), quando de sua permanência em Moscou (1922 a 1923) e em Viena; momento também em que ele traça algumas perspectivas acerca do futuro político da Itália (consolidação e ascensão do fascismo). Data dessa época o famoso escrito sobre *A Questão Meridional*. Por fim, temos o período carcerário (1926-1937), quando Gramsci escreveu 33 cadernos que continham quase 3.000 páginas. Após o término da Segunda Guerra Mundial, esses escritos foram organizados, editados e publicados em italiano. Ressalte-se que o núcleo central da reflexão carcerária gravita ao redor do desenvolvimento de uma teoria revolucionária capaz de fazer frente aos obstáculos contra-revolucionários produzidos pelo capitalismo avançado.

Para a realização do objetivo proposto nesta dissertação, elegemos como foco central da pesquisa os escritos gramscianos que vão de 1916 a 1920. O recorte temporal decorre, dentre outras justificativas que procuraremos apresentar mais adiante, do intenso trabalho formativo desenvolvido por Gramsci no seio do Partido Socialista Italiano (PSI) na formação da consciência de classe dos trabalhadores.

Os artigos produzidos por Gramsci até 1918 tratam de vários temas, com particular destaque para as questões que envolvem as relações entre socialismo, educação e cultura. Revelam, ainda, os primeiros posicionamentos de Gramsci a propósito do papel desempenhado pelos organismos de luta do movimento operário na elaboração e desenvolvimento de trabalhos educativo-culturais capazes de propagar uma nova concepção do mundo – proletária e revolucionária. Já nesses escritos, ele recusa a idéia defendida pela ala reformista do Partido Socialista Italiano, o qual acreditava que ele deveria lutar pelos direitos dos trabalhadores dentro da ordem democrático-burguesa, bem como a idéia defendida pelos socialistas positivistas, que julgavam ter a história ao seu lado e que, portanto, bastaria esperar a agudeza das contradições geradas pelo capital, realidade *de per se* revolucionária, aumentar o número de filiados, desenvolver a organização do Partido até que se consumasse o inevitável triunfo do proletariado. Gramsci, crítico do espontaneísmo e atento aos riscos de certo personalismo e burocratismo no núcleo do PSI, deixa claro que a participação ativa e consciente dos trabalhadores era de fundamental importância para o sucesso da revolução socialista. Para ele, o trabalho de formação política, além de contribuir para o engajamento consciente e crítico dos militantes, deveria auxiliar a classe operária a superar uma visão meramente econômico-corporativista.

Os anos de 1919 e 1920, por sua vez, marcam um período histórico em que a esquerda mundial considerava que as possibilidades de sucesso e propagação da revolução bolchevique no ocidente eram iminentes. É nesse contexto de entusiasmo e esperança revolucionária que Gramsci pensa, a partir da atuação dos trabalhadores no local de trabalho, as possibilidades de uma formação política que fosse capaz de prepará-los para administração e controle de todo o processo produtivo. Esse período assume indiscutível importância no desenvolvimento teórico de Gramsci. Spriano (1976, p.12), por exemplo, diz que a maior parte das contribuições para a discussão de seu pensamento político vem deste momento. Destacam-se, sobretudo, as iniciativas educativas e culturais do grupo *L'Ordine Nuovo*, bem como, o que é particularmente significativo, as experiências de formação política dos conselhos de fábrica.

Se, até 1918, Gramsci acentua a importância de uma atividade cultural complementar capaz de intervir no sentido de fortalecer a luta política e econômica dos

trabalhadores, a partir de 1919 ele destacará as possibilidades educativas existentes no seio da classe operária, isto é, no e pelo trabalho. Em 1920, a partir da experiência histórica dos conselhos operários de fábrica de Turim, Gramsci passa a defender a necessidade de um trabalho de formação política das massas a partir das possibilidades educativas no próprio processo produtivo. Destarte, a análise desse período contribui significativamente para o entendimento das reflexões de Gramsci acerca da necessidade de unidade orgânica entre a práxis revolucionária da classe trabalhadora e o desenvolvimento de ações pedagógicas capazes de auxiliar o fortalecimento e a combatividade de suas lutas em prol do socialismo.

Com base nesse marco teórico-histórico, realizamos nossa pesquisa bibliográfica do qual resultou essa dissertação, dividida em cinco capítulos. No segundo, logo após esta introdução – que é o primeiro – tencionamos a forma como o pensamento de Gramsci foi apropriado por parte de alguns educadores. A revisão bibliográfica revelou a existência de lacunas na utilização de suas idéias no campo pedagógico brasileiro. A inter-relação dessas lacunas levou-nos à realização de um estudo que estivesse centrado nas idéias do Autor sobre formação política produzidas no período que vai de 1916 a 1920.

O terceiro capítulo é dedicado ao contexto histórico onde Gramsci elaborou suas idéias sobre formação política e está dividido em quatro partes. A introdução traz uma pequena nota biográfica acerca das atividades de Gramsci sobre formação política. A segunda refere-se ao processo de unificação do Estado italiano, também chamado de *risorgimento*. No plano histórico mais geral, a análise desse processo ajuda-nos a compreender a ênfase atribuída por ele à necessidade de participação das massas na constituição do quefazer revolucionário. As duas outras partes relacionam-se ao contexto histórico vivido por Gramsci nos anos que vão de 1916 a 1920, a saber: a I Guerra Mundial (1914 – 1918) e a Revolução Russa (1917).

No quarto capítulo, dividido em duas partes, apresentamos nossas reflexões acerca da temática proposta, que é a de expor a relação entre formação política e consciência de classe nos escritos gramscianos que vão de 1916 a 1920. A primeira, correspondente aos escritos que vão de 1916 a 1918, explicita a importância, para Gramsci, do papel da subjetividade na construção histórica, contida na idéia de que o

processo revolucionário não se reduz às dimensões econômicas e políticas, mas entrelaça-se à realização de trabalhos pedagógicos que visa a sedimentar a consciência de classe dos trabalhadores. Para ele, os partidos, os sindicatos e as associações proletárias desempenham papel importante na formação política dos trabalhadores, na medida em que desenvolvem atividades pedagógicas que funcionam como elemento de denúncia e crítica à sociedade capitalista. Reforça, ainda, a tese de que o conceito gramsciano de hegemonia se encontra prenunciado nesses escritos. A segunda parte, correspondente aos escritos do pós-guerra (1919/ 1920), é dedicada às análises de Gramsci acerca das experiências de formação política dos conselhos de fábrica de Turim. Nesses escritos, gesta-se a noção de que a revolução socialista, para além de um ato insurrecional ou simplesmente tomada do poder governamental burguês, é um processo que exige a transformação radical das relações de produção e distribuição capitalistas; processo para o qual a fábrica se constituiria a célula primária da sociedade comunista. A partir do potencial revolucionário hipotecado aos conselhos de fábrica, Gramsci, nestes escritos, demonstra que os trabalhadores se formam no e pelo trabalho, destacando, ainda, a necessidade de eles elaborarem uma consciência de classe fortalecida pela preparação cultural.

Para finalizar esta introdução, expressamos que a pesquisa feita acerca das idéias de Gramsci reunidas nos escritos pré-carcerários e a reflexão por ela suscitada abriu em nós horizontes teóricos ainda não vislumbrados e, portanto, não contemplados nesta dissertação de mestrado. Esses, seguramente, balizarão nossas futuras pesquisas acerca do pensamento de Gramsci que, agora mais do que no início do mestrado, nos mobiliza intelectualmente.

Esta dissertação reproduz o resultado de nossas primeiras incursões pelo edifício teórico gramsciano, cuja entrada ocorreu por uma porta de acesso, ao nosso ver, pouco conhecida de seus leitores e pouco considerada pelos tradutores.

Para nós, adentrar ao pensamento gramsciano via “escritos pré-carcerários”, de 1916 a 1920, nos propiciou o contato com suas categorias de análise do real, revertidas de uma força vibrante, manifestadas em liberdade, o que não comprometeu a objetividade de sua leitura crítica e vigorosa da sociabilidade capitalista.

Gramsci foi um pensador e revolucionário que alçou à condição de um clássico do marxismo, por haver mantido uma atitude reflexiva e ativa, sensível ao movimento contraditório da história. No fluxo do movimento histórico, tanto suas categorias foram se condensando, se concretizando, como sua militância política foi se transmutando, pela força das determinações sociais concretas. Isso é o que se constitui como critério para avaliar o conjunto de sua obra, superando as visões reducionistas que segmentam, por grau de importância, em escritos pré-carcerários, do jovem Gramsci, e escritos do cárcere, do Gramsci maduro.

2 – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INFLUÊNCIA DE GRAMSCI NO CAMPO PEDAGÓGICO BRASILEIRO

2.1 Introdução: origem do trabalho e problematização

Originalmente, este trabalho tinha o propósito de debater as possibilidades de convergência e divergência no pensamento de Paulo Freire e Antonio Gramsci, isto é, o que há de comum do horizonte teórico e ideopolítico gramsciano no pensamento de Freire. Sem perder de vista o limite da crítica puramente epistemológica, elegemos as categorias ação cultural, escola e intelectuais para a análise do modo como estas categorias são utilizadas por Freire, quais seus fundamentos práticos, como os interesses de classe por elas se expressam etc.

Ao revisarmos a literatura sobre essa temática, identificamos a existência de algumas lacunas nas interpretações acerca da concepção gramsciana de educação e de hegemonia, bem como a presença de alguns problemas na utilização do pensamento de Freire no cenário pedagógico brasileiro. Esta constatação redirecionou o foco do trabalho, despertando nossa atenção, em especial, a apropriação do pensamento de Gramsci feita pelos autores revisados. Nossas leituras apontavam para certa tendência de minimização da dimensão revolucionária presente na proposta de Gramsci. A ausência de referências a categorias centrais do pensamento gramsciano como revolução, luta de classes e partido revolucionário levou-nos a certa desconfiança acerca do uso de suas idéias para a educação. Observamos, principalmente nos textos do final da década de 1990, que, além dessas categorias não aparecerem, elas passam a ser alvo de críticas contundentes. Tome-se, por exemplo, o minucioso estudo do italiano Peter Mayo intitulado *Gramsci, Freire e a Educação de Adultos*.

Nesse texto, Mayo, embora reconheça que o capitalismo venha passando por uma reestruturação profunda e que a influência neoliberal no campo da educação leva os educadores a pensar sob a lógica da reestruturação produtiva (adaptação da força de trabalho às exigências postas pelo mercado de trabalho), “reatualiza” o pensamento de Gramsci, alinhando-o à perspectiva pós-moderna. Além disso, aponta como grande limitação das idéias de Gramsci o fato de ele ter atribuído à classe operária o papel principal na transformação da sociedade. Nas suas palavras,

Dado o papel que Gramsci designa à classe operária industrial no processo revolucionário, pode ser argumentado que sua visão de transformação social é (...) "essencialista" ou, mais precisamente, "essencialista de classe". E mesmo na medida em que diz respeito à classe, ele enfoca principalmente o papel transformador de apenas uma das duas classes "subalternas" da Itália: o proletariado industrial, em vez da classe camponesa. (MAYO, 2004, p.99).

Eis aqui um grande problema da análise de Mayo: minimizar a validade analítica da noção de classe, descartando todo o peso da herança marxista nas formulações teóricas de Gramsci. A desconsideração do papel histórico de classe para a superação da sociedade capitalista esteriliza um dos princípios do marxismo, qual seja, a consideração segundo a qual a emancipação humana ocorrerá numa sociabilidade que, por via revolucionária, supere a propriedade privada e o trabalho assalariado. Num momento em que o capital, em decorrência de sua crise estrutural, eleva suas contradições à

enésima potência (índices crescentes de desemprego estrutural, intensificação da exploração da força de trabalho, degradação ampliada do meio ambiente), Gramsci é bem-vindo. Faz-se necessário lembrar, todavia, que suas análises acerca das determinações fundamentais do real não pode ser utilizada de forma idealizada e, muito menos, deslocada do campo teórico-prático do marxismo. Fazer essa disjunção é aniquilar a importância da reflexão gramsciana para a compreensão da realidade contemporânea.

Outro exemplo curioso desse tipo de leitura sobre o pensamento de Gramsci encontra-se na edição 173 da revista Nova Escola, magazine educacional de grande circulação no País. Em uma matéria sobre *Gramsci*, numa seção dedicada aos grandes pensadores da educação, logo no primeiro parágrafo, lê-se a afirmação: “Embora comprometido com um projeto político que deveria culminar com uma revolução proletária, Gramsci se distinguia de seus pares por desacreditar de uma tomada de poder que não fosse precedida por mudanças de mentalidade.”(P.36). Ora, não há contraste nem oposição entre a proposta pedagógica de Gramsci e a perspectiva revolucionária proletária. Muito pelo contrário! É impossível, na perspectiva defendida por ele, pensar a primeira sem a realização da segunda. É preciso lembrar, com Dias, que, desde os escritos pré-carcerários, “*Gramsci (...) expressa seu pensamento sob o estímulo do partido e da revolução.*”(Grifos do autor, 2000, p.54). Suas reflexões sobre educação não podem ser compreendidas se dissociadas de seu projeto revolucionário de constituição de uma sociedade socialista nem muito menos do papel que o partido, como organização revolucionária da classe trabalhadora capaz de potencializar sua luta, assume na superação da propriedade privada e do trabalho assalariado. Fazer isto significa anular a substancialidade e a riqueza de suas contribuições pedagógicas.

Compreendemos que a ausência de categorias centrais do pensamento de Gramsci, como revolução, luta de classes e partido revolucionário, deve-se, em certa medida, à força e à eficácia da ofensiva econômica, política e ideológica do capital em crise. A esse respeito, concordamos com Del Roio, quando assinala que

A "desconstrução" da classe operária e de seu movimento político-cultural pela ação de uma massa de intelectuais orgânicos do capital postados na organização da produção e nos meios de difusão da informação, com a generalização do ideário pós-moderno, torna incompreensíveis e sem sentido as questões postas por Gramsci. Para um mundo no qual predomina a fragmentação dos sujeitos e no qual não há sentido qualquer noção de

totalidade contraditória do real, não é possível perscrutar a emancipação humana da alienação do trabalho imposta pelo capital, rumo a um humanismo integral. (2005, p.18).

Acrescente-se à minimização da dimensão revolucionária do pensamento de Gramsci a existência de uma “fratura” no interior de seu *corpus* teórico, percebido no posicionamento dos autores que, para tratar da problemática educacional, utilizam como referência exclusiva os textos do período da produção de Gramsci no cárcere. Os escritos carcerários, certamente, têm mais densidade teórica, e deles Gramsci se ocupou por mais de dez anos, além de serem os privilegiados para a tradução e divulgação de suas idéias no Brasil. Não obstante, há de se pesar o fato de que a escrita cifrada de Gramsci, utilizada para driblar a censura fascista de Mussolini, possibilita uma multiplicidade de interpretações que oscilam, muitas vezes, entre perspectivas inconciliáveis. Isto, de certo modo, comprometeu a apropriação de seu pensamento, provocando desacordos intelectuais que, seguramente, resvalaram em questões vitais para o movimento revolucionário socialista. Além disso, há de se reconhecer, conforme aponta Germino, que “os *Cadernos do Cárcere não podem ser compreendidos por si sós, separadamente dos escritos pré-carcerários.*” (Grifos do Autor, 2003, p.131).

A desconsideração dos escritos pré-carcerários na análise do pensamento de Gramsci, sobretudo por anular sua rica experiência como militante comunista junto ao movimento operário italiano, é um dos fatores que contribui, como diz Germino, “para a extração de determinadas idéias ou passagens de contexto que permitem dar apoio ao projeto pessoal do expropriador, seja de que natureza for (2003, p.131)”. Problemas e lacunas na utilização de categorias como hegemonia, escola, intelectuais orgânicos, intelectuais tradicionais, ideologia, contra-ideologia decorre desse tipo de leitura “fraturada” de Gramsci.

De modo geral, no campo da educação, autores filiados ao pensamento de Gramsci apresentam algumas idéias comuns, a saber: (i) fazem a crítica às análises de Louis Althusser acerca dos aparelhos ideológicos de Estado e do papel desempenhado pela ideologia dominante no sentido unilateral de garantia da reprodução das relações capitalistas de exploração, (ii) advogam, a partir de algumas categorias gramscianas – como hegemonia e sociedade civil – a necessidade de uma ação educativa escolar capaz de desarticular a ideologia dominante, e que venha a possibilitar a criação de uma

contra-ideologia; (iii) afirmam o papel dos educadores como intelectuais orgânicos destinados a promover a “contra-hegemonia”; (iv) apregoam o papel da escola na formação de uma nova cultura (uma nova concepção do mundo).

Não obstante a valorização das dimensões fundamentais do pensamento de Gramsci, chamou nossa atenção a existência de alguns problemas, tais como: (i) redução da concepção gramsciana de escola à organização escolar tradicional; (ii) minimização da unidade orgânica apregoada por Gramsci entre o ideário e o modo de ação do partido revolucionário e a consecução de trabalhos educativo-culturais contra-hegemônicos; (iii) utilização vaga e nebulosa dos conceitos de sociedade civil e hegemonia.

2 Redução da concepção gramsciana de escola à organização escolar formal

Os textos analisados, de modo geral, restringem a concepção pedagógica de Gramsci à organização didático-pedagógica, o que é uma distorção. Vejamos, por exemplo, os textos de Viola e Fernandes (1999) e Santos (2000). Os primeiros, a partir dos pontos comuns entre Gramsci e Freire, discutem a relação autonomia, emancipação e formação de professores. A tese central dos autores é a de que

a construção da autonomia, através da ação pedagógica, é entendida, por Freire, como um imperativo ético enquanto para Gramsci, trata-se de um princípio de restauração moral e intelectual. Para ambos a *autonomia é produzida como uma possibilidade pedagógica de atuar com a sociedade no sentido de superar as concepções dominantes que se apresentam como pensamento e alternativas únicas, reguladoras não só das relações dos seres humanos com a natureza, mas, também, da definição dos espaços permitidos para o exercício da cidadania.* (Grifos nossos, VIOLA E FERNANDES, 1999, p.6).

Santos, por sua vez, a partir da conjunção das idéias de Freire e Gramsci, procura recuperar “categorias do campo didático que possam situar o professor no projeto de articulação teoria-prática.” (2000, p.10). A partir da análise dos princípios e da orientação metodológica da Escola Unitária (Gramsci) e da Pedagogia Libertadora (Freire), a autora procura identificar “o que ambas têm em comum e como podem contribuir para a construção de uma nova hegemonia.” (2000, p.16). O esforço teórico empreendido por ela converge para a noção de que a escola, como espaço de “contra-hegemonia”, é um instrumento importante na elaboração de uma nova cultura popular.

Não obstante as análises de Gramsci, acerca do papel desempenhado pela escola capitalista, serem ricas e instigantes, há de se lembrar que a relação pedagógica, como uma relação de hegemonia, não se circunscreve à dinâmica interna da sala de aula. No caderno número 10, numa nota intitulada *Introduzione allo studio della filosofia*, Gramsci diz que:

(...) a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente "escolares", através das quais as novas gerações entram em contato com as antigas e absorvem suas experiências e seus valores historicamente necessários, "amadurecendo" e desenvolvendo uma personalidade própria, histórica e culturalmente superior. Esta relação existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpos de exército. (1975, p.1331)

Nessa passagem, podemos observar que Gramsci compreende a relação pedagógica para além de seu sentido *stricto*. *Grosso modo*, podemos dizer que ele a concebe como experiência coletiva de emancipação. A obra educativa dos bolcheviques para a elevação intelectual das massas e viabilização de sua participação na constituição do projeto revolucionário russo exemplifica, ainda que parcialmente, a idéia segundo a qual a relação pedagógica, como uma relação de hegemonia, não se restringe à interação professor-aluno. Ressaltem-se, ainda, suas reflexões acerca da necessidade imperiosa do capitalismo fordista de formar um novo tipo humano, adaptado às condições de trabalho, nutrição, habitação, costume etc., requerida pela vida na indústria e suas considerações sobre o fato de como tal preocupação, existente entre os industriais, se expressava nas iniciativas "educativas" (aspeado pelo próprio Gramsci) proposta nos livros dos ideólogos do novo industrialismo, como Henry Ford e André Phillip.

Para Gramsci, conforme nos mostra Ruiz, o Fordismo possui uma lógica que transcende o ambiente fabril, sendo, antes de tudo, "*um projeto educacional geral que visa criar um novo homem em consonância com a exigência de organização e programação econômica que o capitalismo necessitava para continuar como sistema economicamente viável*" (Grifos nossos, 1998, p.36). Por fim, há de se destacar a tarefa educativa e formativa atribuída por Gramsci ao Estado,

(...) que sempre tem o fim de criar novos e mais altos tipos de civilização, de adequar a "civilização" e a moralidade das mais vastas massas populares às necessidades de desenvolvimento contínuo do aparelho econômico de produção, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (1975, p.1576).

Quando Gramsci assevera a importância da escola na desarticulação da ideologia dominante e de elaboração de uma forma superior de cultura (nova concepção do mundo), ele compreende o significado de escola em sentido ampliado, situando-se no próprio terreno da hegemonia como síntese teórico-prática do movimento revolucionário de transformação social que exige organicidade, seja do pensamento filosófico, seja da solidez organizativa e de centralização cultural. Ressalte-se também o fato de que sua concepção da relação entre teoria e prática é outra: fecunda, densa e distante das comuns considerações de pedagogos escolares. Em conformidade com o princípio de unidade entre teoria e prática exposta por Marx na II Tese sobre *Feuerbach*, portanto, crítico ao tratamento escolástico da questão, Gramsci concebe essa unidade como devir histórico, como ponto de chegada do movimento universal da classe operária, mediante o qual as contradições específicas do modo de produção capitalista serão superadas. Esta concepção não guarda similitude com os “devaneios didaticistas” que brotam de cabeças idealistas que povoam o meio escolar.

À luz do pensamento de Gramsci, podemos acentuar que a escola não se reduz ao aparelho escolar convencional, mas engloba um conjunto de organismos oriundos do mundo do trabalho potencialmente formativos: escolas de partido, instituições de elaboração da vida cultural, como revistas e jornais operários (a célebre experiência de *L'Ordine Nuovo*, por exemplo), meios para organizar e difundir determinado tipo de cultura, como clubes, associações culturais, institutos de cultura popular etc.

O equacionamento acerca do papel que a organização escolar formal assume na difusão de uma nova concepção de mundo capaz de responder aos interesses históricos postos pela luta dos trabalhadores passa, necessariamente, pela compreensão de seus vínculos com as inúmeras possibilidades educativas oriundas do mundo do trabalho, tais como: as experiências revolucionárias de superação do capitalismo, as lutas empreendidas pelos trabalhadores contra os burgueses na defesa de seus interesses (greves); o papel educativo dos conselhos de fábrica; o papel informativo e formativo exercido pelos jornais operários etc. Entender as possibilidades da escola na perspectiva da classe trabalhadora, portanto, exige compreender que sua atuação se vincula organicamente à atuação formativa dos diversos instrumentos de luta da classe

trabalhadora (partidos, sindicatos, associações, conselhos de fábrica, movimentos camponeses etc).

Os autores revisados desconsideram, ignoram ou minimizam esse vínculo, que pode ser conceituado, de forma ampla, como unidade orgânica entre a prática revolucionária da classe trabalhadora e a realização de ações formativas voltadas para a elevação da consciência de classe das massas. E, ainda, ao creditarem exclusivamente à organização escolar o poder de construção de uma hegemonia de novo tipo da classe trabalhadora, demonstram certa imprecisão teórica com relação ao pensamento de Gramsci. Dizemos que, no limite, essa atitude, além de alimentar o idealismo pedagógico que credita à escola força suficiente para “transformar a sociedade”, contribui para afastar a reflexão político-pedagógica de Gramsci da questão que norteou toda sua vida, que foi a consecução da revolução socialista. Vejamos, por exemplo, a afirmação de Mayo, segundo a qual

Antônio Gramsci via na educação e na formação cultural de adultos a chave para a criação da ação contra-hegemônica. Ele considerava essenciais esses processos para que os grupos sociais subordinados se engajassem com sucesso na "guerra de posição" necessária para desafiar o Estado burguês e transformá-lo em um Estado que representasse interesses mais amplos. (...) O desafio é, a partir dos insights de Gramsci, desenvolver uma estratégia de educação de adultos que contribuirá para transformar a sociedade em uma outra que represente os interesses de todos aqueles grupos de pessoas que, sob as atuais circunstâncias, ocupam uma posição subordinada na estrutura de poder. (Grifos nossos, 2004, p.53).

Essa idéia, por ecoar fortemente no chamado campo pedagógico progressista, deve ser problematizada. De fato, Gramsci considera que escola – assim como os partidos, os sindicatos, as igrejas, os meios de comunicação em massa – é um instrumento de propagação da hegemonia de uma classe sobre as outras. Com a complexidade da luta de classes, Gramsci defende a idéia de que as classes dominantes, para assegurarem o poder, não se utilizam apenas dos aparelhos coercitivos de Estado (forças armadas, polícia etc), mas, também, para garantir a difusão de suas idéias entre as classes subalternas, se servem do conjunto superestrutural da sociedade civil. Em acordo com Marx, ele considera que o domínio material e intelectual de uma classe sobre as demais sucede mediante o uso da força e/ou do consenso requeridos em cada situação histórica determinada em que se vê refletido, no plano superestrutural, o antagonismo entre as classes sociais.

Marx, em *O Capital*, garante que:

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital e, do outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força trabalho. *Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume, aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes.* (Grifos nossos, 2003, p.851).

Nessa passagem, ele destaca, como exigência à reprodução do capital, não apenas a renovação dos meios de trabalho, mas também a interiorização, mediante o desenvolvimento da educação burguesa (entendida em sentido amplo), dos valores e da moral necessária à reprodução social capitalista.

Nos *Cadernos*, como é bastante conhecido, Gramsci sustenta a idéia de que a dominação cultural é um dos fatores que permite as classes dominantes manterem e assegurarem o poder econômico e político, isto é, garantirem a sua hegemonia. A partir do conceito de bloco histórico, ele nos mostra que, organicamente vinculada ao desenvolvimento das condições materiais de produção, se desenvolve uma superestrutura “necessária” com a função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal. Seguindo essa perspectiva de análise, Gramsci chama a atenção para o papel que os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil (a escola, a igreja, os partidos, os sindicatos, os meios de comunicação etc) assumem no plano das idéias, mormente no que diz respeito à sedimentação das relações sociais do modo de produção capitalista. Gramsci sustenta, todavia, que eles podem ser, em certa medida, importantes para a desarticulação dessas idéias, assim como podem contribuir para a elaborar uma concepção de mundo capaz de atender satisfatoriamente os interesses históricos do proletariado. Eis por que, organicamente vinculados ao projeto de superação da sociedade capitalista, os partidos, os sindicatos, as escolas e os organismos culturais proletários poderiam vir a desempenhar um papel importante na formação de uma hegemonia de novo tipo. Nessa perspectiva, *a hegemonia, que nasce e se desenvolve na fábrica a partir da luta dos trabalhadores em prol da formação de um novo ordenamento econômico-político* (GRAMSCI, 2004a; 2004c), emerge não só como meio de exercício de poder para assegurar a reprodução das relações sociais capitalistas, mas, também, como objetivo estratégico de uma classe que pretende fundar um novo bloco-histórico.

A redução da concepção gramsciana de escola à organização didático-pedagógica produz uma lacuna para o entendimento da idéia segundo a qual a elaboração de uma hegemonia de novo tipo poderia e deveria ser complementada com ações pedagógicas capazes de propagar uma nova concepção de mundo. Não obstante esta constatação, vale enfatizar que, mesmo quando se reduz a compreensão gramsciana de escola à organização didático-pedagógica, algumas observações devem ser feitas.

É importante destacar o fato de que em Gramsci o sentido lato conferido à atividade e à organização escolar não dilui a especificidade da instituição escolar como espaço e tempo de educação e formação da nova geração nem secundariza o seu papel para o processo de socialização e aquisição dos conhecimentos acerca das leis naturais e das leis produzidas socialmente pela atividade do homem.

A organização escolar formal, na qualidade de aparelho privado de hegemonia e por meio de seus intelectuais orgânicos, pode vir a assumir um papel tático para a conquista do poder pelas classes subalternas. Empregamos o adjetivo tático porque compreendemos que a escola só pode exercer suas funções genuinamente formadoras (a transmissão adequada do saber historicamente acumulado pelos homens como parte integrante de sua formação omnilateral) numa sociedade que vá para além da lógica do capital. Enquanto vivermos numa forma societária radicalmente dividida entre aqueles que pensam e os que executam, alicerçada sob a lógica da exploração do homem pelo homem, isto é, numa sociedade que se erige a partir da valorização das necessidades de expansão indefinida do capital e não das necessidades humanas, a escola está destinada a servir à reprodução das relações sociais capitalistas. Isto não significa, contudo, desconsiderar, sem mais, seu papel na criação e difusão de uma concepção de mundo que atenda aos interesses históricos dos trabalhadores, ainda que sob os marcos do capitalismo. Se, organicamente vinculada ao movimento operário de transformação do real (seja no sentido industrial, seja no senso político), a escola convencional pode vir a auxiliar na divulgação de uma nova concepção do mundo. Nas palavras de Gramsci:

Com o seu ensino, a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, e de leis civis e estatais, produto de uma atividade humana, que são estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo; (...) (1975, p.1540).

Quando esse for o caso, para que essa função não seja realizada de forma idealista e romântica, faz-se necessária sua vinculação com um projeto revolucionário e sua articulação com os diversos organismos culturais formativos oriundos do mundo do trabalho, em especial, com o partido revolucionário, na luta pela elevação intelectual, moral e cultural das massas. O partido revolucionário, segundo Gramsci, pelo fato de reunir indivíduos que demonstram clara e forte vontade de construir a sociedade socialista e por potencializar a vontade coletiva das massas, é a *mola propulsora* da revolução socialista. Uma de suas funções residiria na preparação da classe trabalhadora para a gestão social, mediante uma ação política voltada para a formação da consciência de classe das massas. Para tanto, o trabalho pedagógico de propagação do marxismo no seio da classe trabalhadora, processo intitulado por Gramsci de “preparação espiritual da revolução”, é absolutamente fundamental ao quefazer revolucionário.

Acompanhando os escritos pré-carcerários de Gramsci, observamos que, no célebre artigo *Uomni o macchine?* (1916), sua primeira observação com relação à problemática educacional reside justamente na incapacidade do PSI em elaborar um programa escolar que se diferencie daquele proposto pelos burgueses. Diz ele:

O nosso partido ainda não se posicionou sobre um programa escolar concreto, que se diferencie dos atuais. Até agora, nos contentamos em afirmar o princípio geral da necessidade de cultura, seja elementar, profissional ou superior; desenvolvemos este princípio, propagamo-o com vigor e energia. Podemos afirmar que a diminuição do analfabetismo na Itália deve-se menos às leis sobre instrução obrigatória do que à vida espiritual, ao sentimento de certas necessidades da vida interior, que a propaganda socialista soube suscitar nos estratos proletários do povo italiano. Mas não andamos mais do que isso. Na Itália, a escola continuou sendo um organismo estritamente burguês, no pior sentido da palavra. (GRAMSCI, 1980, p.669).

Em *La prima pietra* (1916), por sua vez, Gramsci faz questão de deixar claro que a atuação da instituição escolar não é a-histórica, por conseguinte, não pode ser analisada de forma abstrata. No capitalismo, ela serve muito mais aos interesses de produção e reprodução das relações sociais capitalistas do que aos de elevação do conhecimento e formação de uma consciência superior, sobretudo da classe trabalhadora. Diz Gramsci:

Que as classes dirigentes e os intelectuais que estão a seu serviço vão impor as grandes massas de trabalhadores rurais e urbanos um plano de educação que venha a formar um estado de consciência e uma mentalidade em conformidade com seus propósitos de dominação é algo demasiadamente natural, inclusive, toda a história das instituições pedagógicas confirmam isto. (1980, p.642).

Para Marx, sob o domínio do capital, o trabalhador perde sua humanidade e passa a ser visto tão-somente como acessório de uma máquina. E a educação que lhe é oferecida é aquela que lhe permite se reproduzir unicamente como força de trabalho (2004, p.482 – 483). E, para Gramsci, a verdadeira face da escola, sob a lógica do capital, se resume a “uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos por um mestre, sem idéias gerias, sem cultura geral, sem alma, mas somente com olho infalível e mão firme.” (1980, p.671). Contra esse modelo, o comunista sardo propõe uma educação socialista de novo tipo.

Em 1916, isto é, 16 anos antes das reflexões carcerárias acerca do princípio educativo da escola unitária, Gramsci sustenta a idéia de que o programa de educação do proletariado deveria ser gestado a partir dos organismos que o próprio proletariado já constituiu em defesa de seus interesses. Daí a idéia de que a escola deveria ser mantida sob o controle dos organismos políticos proletários (sindicatos, associações, conselhos de fábrica, partidos políticos, movimentos populares...). Segundo Gramsci, “O problema da educação é o máximo *problema de classe*, por isso, não pode ser resolvido a não ser sob o ponto de vista de classe, que é o único que permite a avaliação proletária das instituições sociais e das leis.” (1980, p.643).

Se, na perspectiva das classes dominantes, a ação pedagógica, articulada à ação política dos partidos que lhes representam, atende a seus interesses, numa perspectiva contra-hegemônica e revolucionária, a ação pedagógica escolar deve estar organicamente vinculada ao ideário e ao modo de ação do partido revolucionário, que, por um lado, seria o grande responsável pela formação dos intelectuais orgânicos à classe trabalhadora, e, por outro, o organizador e realizador de uma reforma intelectual e também moral entre as massas, “o que significa criar o terreno para um ulterior desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular no sentido de efetuar uma forma superior e total de civilização moderna.” (1975, p.1560).

Por vontade coletiva nacional-popular, entenda-se superação dos resíduos corporativos da classe trabalhadora, “exercício real da hegemonia sobre toda a sociedade”(GRAMSCI, 1986, p.170), ou seja: elaboração de um grau de consciência capaz de permitir “uma iniciativa política que englobe a totalidade dos estratos sociais

de uma nação, capaz de incidir sobre a universalidade diferenciada do conjunto das relações sociais.”(COUTINHO, 1999, p.169). No que tange a sua constituição, tarefa genuína do moderno príncipe, Gramsci indica a necessidade de um trabalho de elaboração de uma nova cultura, superior e universal, para a qual a escola poderia desempenhar um papel importante. Organicamente vinculada aos movimentos sociais que lutam pela constituição de um novo ordenamento social, a escola poderia vir a desempenhar um papel importante, na medida em que sua ação contribuísse para a difusão de uma nova concepção de mundo

liberta de toda magia ou bruxaria, [que] fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para a compreensão do movimento e do devir, para a avaliação da soma de esforços e sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro. (GRAMSCI, 1975, p.1541)

Considerando que o “moderno príncipe” é, por excelência, o grande elaborador e difusor dessa nova concepção, somos levado a afirmar que Gramsci articula dialeticamente as possibilidades contra-hegemônicas exercidas pela escola ao ideário e ao modo de atuação do partido revolucionário. Esta perspectiva de análise, por conseguinte, leva-nos à segunda observação.

2.3 Distorção idealista da reflexão gramsciana entre a unidade teórico-prática do partido revolucionário e a consecução de trabalhos educativo-culturais contra-hegemônicos

Outra lacuna identificada nos textos analisados diz respeito à centralidade do partido revolucionário na consecução de ações educativas contra-ideológicas. A esse respeito, inclusive, Carmem Sylvia Vidigal Moraes, já em 1978, observava que

É sintomático observar que estão [referência aos intelectuais franceses e ao educadores brasileiros] de acordo com Gramsci no que se refere ao processo de imposição da ideologia dominante, mas discordam radicalmente de suas análises a respeito do partido revolucionário como “Príncipe Moderno”, “intérprete de uma vontade coletiva”: do papel dos intelectuais enquanto elemento absolutamente indispensável à estratégia revolucionária em função de sua posição como elementos de ligação entre estrutura e a superestrutura. (MORAES, 1978, p.72-73).

Exemplo emblemático dessa omissão pode ser encontrado no livro *Gramsci e a Escola*, de Luna Galano Mochcovitch. Num trabalho especificamente destinado à recuperação da idéia gramsciana de escola, a discussão acerca da relação partido - escola sequer é ventilada. Os principais conceitos gramscianos (Intelectual Orgânico, Intelectual Tradicional, Hegemonia, Conceção Ampliada de Estado, Bloco Histórico) são apresentados, menos o do “Moderno Príncipe”.

Santos, por sua vez, embora reconheça a importância atribuída por Gramsci ao partido na formação política das classes trabalhadoras, assinala que:

(...) é importante considerar as conotações que [ele] atribui a esse conceito. (...) | Além da concepção usual de partido político no sentido restrito, [Gramsci] acrescenta um mais amplo: (...). | É em consonância com essa concepção mais ampla que iremos atribuir à escola a função de partidária dos interesses das classes populares, desde que seja assumida como tal pela diversas parcelas da sociedade civil, sobretudo pelos educadores. (2000, p.38-39)

É bem verdade, conforme aponta a autora, que, no cárcere, Gramsci amplia a concepção de partido. Além de considerar os partidos como expressões ou frações de classe (concepção de Engels), Gramsci também leva em consideração todos os organismos sociais nos quais já se tenha iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Gramsci, contudo, nunca desconsiderou a concepção marxiana clássica segundo a qual “o proletariado só pode atuar como classe constituindo-se em um partido político distinto, em oposição a todos os velhos partidos constituídos pelas classes possuidoras.” (MARX, s/d, p.324). Quando a autora declina da concepção usual de partido em favor de sua concepção ampliada, ela opera uma dicotomia impensável nas formulações de Gramsci.

Ainda a esse respeito, vejamos também o modo de apropriação feita por Paulo Freire do pensamento de Gramsci. Este se torna uma referência importante para Freire a partir da segunda metade da década de 1970. O livro *Cartas à Guiné Bissau*, por exemplo, revela a forte influência de Gramsci no desenvolvimento de seu pensamento. Nos escritos correspondentes a essa fase, Freire relaciona o papel do professor ao conceito de intelectual orgânico, de Gramsci. Num texto de 1978, *A alfabetização de adultos: é ela um quefazer neutro*, isto fica evidente. O alfabetizador é caracterizado como aquele que não apenas deve executar bem a ação docente, mas,

fundamentalmente, entender seu papel na sociedade. A partir da publicação desse texto, as influências e as referências a Gramsci se tornarão frequentes.

No livro *Pedagogia: diálogo e conflito*, juntamente com Sérgio Guimarães e Moacir Gadotti, Freire discute questões referentes ao papel da educação na edificação do socialismo. Em seus depoimentos acerca do papel da escola na transformação da sociedade capitalista, Freire parte do princípio gramsciano de unidade orgânica entre os intelectuais e as massas. Suas contribuições específicas, todavia, residem no método de ação dos intelectuais. Retomando as teses centrais da *Pedagogia do Oprimido*, ele denuncia a concepção bancária da educação presente na prática pedagógica predominante entre os educadores. Em sua opinião, um educador revolucionário não pode utilizar o mesmo método de ação que o um educador reacionário (conquista, divisão, manipulação e invasão cultural).

Na *Pedagogia do Oprimido*, Freire propõe uma ação educativa que desvele a realidade opressora em sua totalidade e contradições, levando homens e mulheres a se tornarem conscientes da exploração em que vivem, portanto, instigando-os(as) a lutarem pela transformação da sociedade em que estão inseridos. No quarto capítulo do referido livro, assinala o papel que as lideranças revolucionárias assumem na organização das massas oprimidas a partir de duas formas de intervenção cultural: a ação cultural antidialógica e a ação cultural dialógica. A teoria da ação cultural antidialógica é uma forma deliberada e sistematizada de ação ideológica que incide sobre a estrutura social, a fim de conservá-la, ou seja, ela existe para garantir o *status-quo*. Suas características básicas são: (i) a necessidade da conquista, (ii) a divisão dos oprimidos, (iii) a manipulação exercida pelas elites no sentido de conformar as massas populares a seus objetivos e, finalmente, (iv) a invasão cultural. A teoria da ação cultural dialógica, por sua vez, é uma forma de ação que incide sobre a estrutura social, a fim de garantir sua transformação. Tendo como núcleo fundante o diálogo, isto é, o encontro dos seres humanos empenhados na reflexão e na transformação do mundo, suas características fundamentais são: (i) a colaboração; (ii) a união, (iii) a organização e a (iv) síntese cultural.

É a partir dessas duas formas de compreensão antitéticas acerca do trabalho educativo que podemos, segundo Freire, entender a relação das lideranças (intelectuais)

com as massas. O papel do educador revolucionário (ou intelectual revolucionário), como chama Freire, é analisado a partir da preocupação gramsciana em saber como fazer para que a classe trabalhadora se aproprie dos meios teórico-metodológicos de apreensão da dialética objetiva da realidade social. Ressalte-se que, em Gramsci, o conceito de hegemonia engloba aspectos gnosiológicos (necessidade de conhecimento das condições objetivas) e da política (vontade e decisão de querer utilizá-la). Em suas palavras: “a realização de um aparato hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, é um fato de conhecimento ...”(1975, p.1250).

Para Paulo Freire,

Uma das tarefas do intelectual revolucionário é exatamente esta: a de possibilitar, através do desafio, da colaboração, da não-possessão do método, mas da comunhão do método com a classe trabalhadora, possibilitar que ela reveja ou reconheça o que já conhece. E, ao reconhecer o que já conhecia, conheça melhor. O que significa esse "conheça melhor?" Significa exatamente, e agora eu citaria Mao Tsé-Tung, ultrapassar esse conhecimento que se fixa ao nível da sensibilidade dos fatos conhecidos, para alcançar a razão de ser dos fatos. (2000, p.69).

Não obstante a aceitação da análise gramsciana com relação ao papel dos intelectuais, sobretudo no que diz respeito à exigência posta por Gramsci nos *Cadernos*, de unidade orgânica entre os intelectuais e as massas, Freire se limita à noção corrente de intelectual.

Para Gramsci, a ação cultural formativa, compreendida como parte integrante de um projeto revolucionário, assume importância fundamental na luta pela abolição da sociedade de classes. Em acordo com a idéia de Marx, contida na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*, segundo a qual a teoria se transforma em força material tão logo se apodere das massas, Gramsci considerava absolutamente fundamental que as massas se apoderassem da filosofia da práxis (marxismo) como instrumento de compreensão e de transformação da realidade. Segundo ele,

A filosofia da *práxis* não tende a resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade (...) ela é a própria teoria de tais contradições, não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter consentimento e exercer hegemonia sobre a classe subalternas, é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades...”(1986, p.70).

Nesta perspectiva, a organização/ ação cultural seria planejada e executada a partir dos objetivos traçados pelo partido revolucionário, ou seja, a partir do que Gramsci chamou de reforma intelectual e moral. Já Freire, embora reconheça que nenhuma proposta educacional é a-partidária, não atribui, da mesma forma que Gramsci, uma importância tão decisiva à relação dialética entre o modo de atuação do partido revolucionário e o desenvolvimento de ações pedagógicas emancipatórias.

É bem verdade que, no livro *Cartas à Guiné Bissau*, Freire operacionaliza sua pedagogia do oprimido a partir dos objetivos traçados pelo partido revolucionário africano (PAICG). Faz-se necessário reconhecer, no entanto, que a problemática acerca das relações do partido com a educação não se desenvolve em escritos posteriores (pelo menos nos textos mais conhecidos). Existe uma questão de fundo que talvez explique essa ausência. Trata-se da “politicidade” do ato educativo. Sua idéia de que a prática educativa se revela política em todos os seus atos e momentos, não importando onde, quando e quem está desenvolvendo essa prática não equivale em Gramsci à unidade entre o ideário e o modo de atuação do partido revolucionário e a consecução de trabalhos educativo-culturais contra hegemônicos.

Mayo (2004), embora reconheça a importância atribuída pelo comunista sardo ao papel educativo do partido (p.16-18; p.100), ignora sua ação no processo auto-emancipatório das massas. Ao falar em limitações do pensamento de Gramsci para um projeto contemporâneo de “transformação social”, o autor ainda menciona a ausência de questões relacionadas às relações de gênero (p.101 -102) e àquelas que envolvem as relações entre regulação sexual e produção (incidência de assédio sexual, homofóbico e racial no local de trabalho) (p.103-104). O equívoco de Mayo estar em desconsiderar o contexto histórico onde as idéias de Gramsci foram produzidas. Observe-se que, no primeiro quartel do século XX, estas questões sequer se apresentavam para ele.

A consideração de alguns aspectos do pensamento gramsciano e a desconsideração ou minimização de outros são problemáticas. Isto porque, os textos analisados, por não darem a devida atenção à unidade defendida por Gramsci entre o ideário e a ação do partido revolucionário e as possibilidades de trabalhos educativo-culturais contra-hegemônicos, omitem uma dimensão fundamental de seu pensamento, a saber: a

práxis revolucionária da classe trabalhadora em vista da construção de uma nova forma de sociabilidade que aponte para além dos estreitos limites impostos pelo capital. Omitem, assim, o fato de que as preocupações centrais de Gramsci relacionavam-se à constituição e consecução da **revolução proletária** em sociedades capitalistas complexas e avançadas. Pensando o processo revolucionário nestas sociedades, Gramsci destaca o papel do partido como elemento importante na auto-emancipação das massas. Para a realização desta empreitada, por sua vez, considera que a educação, a cultura e os intelectuais assumem papel fundamental.

O problema central desse tipo de apropriação, que desconsidera a unidade teórico-prática do partido revolucionário e a consecução de trabalhos educativo-culturais contra-hegemônicos, está na utilização das análises gramscianas sobre a educação, a cultura e os intelectuais, dissociadas do objetivo maior, que é o da revolução socialista. A realização desse corte, além de mutilar o pensamento do autor, converge para a formação de uma visão idealista, liberal e romântica de Gramsci, contribuindo, assim, para afastá-lo do campo teórico-prático do marxismo.

2.4 Imprecisão dos conceitos gramscianos de Sociedade Civil e Hegemonia

Em nossa última observação, problematizamos, ainda que de maneira preliminar, o uso dos conceitos gramscianos de Sociedade Civil e Hegemonia. Os textos analisados, de modo geral, levantam a idéia de que esses conceitos permitiriam pensar o problema da educação para além das teorias “crítico-reprodutivistas”, isto é, assentiriam elaborar um conceito emancipatório de educação em que uma escola “crítica” e “transformadora” assumiria importante força política. É a partir daí que podemos entender a emersão e a valorização do pensamento de Gramsci, que

pode ser caracterizado, dentro da tradição do pensamento marxista, como o autor que se preocupa não somente em identificar como se dá a reprodução da ideologia das classes dominantes, mas também em detectar como a ideologia dominante pode ser redefinida e desestruturada a partir de uma perspectiva que mais se coadune com os interesses das classes subalternas (...). (MANFRENDI, 1984 p.49).

Ou, ainda, Mochcovitch, também nessa linha de reconhecimento da contribuição do pensamento de Gramsci para a reflexão do papel da escola na sociedade capitalista, considera que:

A maioria dos estudiosos dos problemas educacionais que seguem a orientação marxista têm afirmado que à escola está reservada a função de reproduzir desigualdades sociais, (...) O grande pensador marxista italiano Antonio Gramsci (...) nos diz algo diferente sobre a escola e a sua função: ela pode ser, em certa medida, transformadora, sempre que possa proporcionar às classes subalternas os meios iniciais para que, após uma longa trajetória de conscientização e luta, se organizem e se tornem capazes de “governar” aqueles que as governam. (1988, p.7).

Buscar compreender, à luz do pensamento de Gramsci, o papel que a escola (na perspectiva da classe trabalhadora) assume numa sociedade capitalista, como observa a referida autora, implica recuperar o sentido atribuído por Gramsci ao conceito de Sociedade Civil. Embora a influência das idéias que chamavam a atenção para o caráter reprodutivista da educação escolar tenha provocado uma crítica necessária, há de se considerar que essa influência também produziu certo ceticismo, decerto desmobilizador, em relação ao quefazer educativo. Na contramão deste movimento, alguns teóricos, à luz do pensamento de Gramsci, lembraram o risco de se descurar a dialeticidade ontológica da escola, considerando-se o caráter contraditório de sua função social.

Educadores brasileiros, críticos das relações sociais capitalistas, sobretudo na década de 1980, no esforço de compreender o papel que a escola assume numa sociedade capitalista, passaram a questionar a crença na neutralidade da educação e a chamar a atenção para o fato de que a prática pedagógica escolar não se reduz a um conjunto de técnicas e métodos de ensino. A célebre afirmação freireana de que “os problemas básicos da pedagogia não são estritamente pedagógicos, mas políticos e ideológicos”(1978a, p.69) representa emblematicamente este período. A partir daí, tornou-se uma espécie de consenso a idéia de que o fenômeno educativo escolar não poderia mais ser analisado de forma abstrata e a-histórica, mas a partir de seus condicionantes econômicos, políticos e sociais. A prática educativa escolar, por conseguinte, passou a ser contextualizada e suas determinações buscadas para além do aspecto técnico.

Não obstante as notáveis contribuições teóricas dos conceitos gramscianos de sociedade civil e hegemonia, faz-se necessário problematizar a difusão desses conceitos no campo educacional. Sua utilização torna-se problemática a partir do momento em que se minimiza a centralidade da luta de classes na explicação do movimento histórico e se desconsidera o papel do partido revolucionário na elaboração de ações pedagógicas contra-hegemônicas. E, ainda, ao se tratar da necessidade de superação da contradição entre capital e trabalho, de modo abstrato e deslocado dos legítimos conceitos de sociedade civil e hegemonia.

Lembremo-nos de que, nos dias atuais, o conceito gramsciano de sociedade civil passa por uma “ressignificação” profunda. Sua utilização, no âmbito educacional, se presta a fins inteiramente exógenos ao campo ideopolítico marxista, como exemplo, para justificar o desaparecimento dos conflitos e das classes. Isto é feito, em especial, pelos neoliberais e pós-modernos. A revalorização da unidade de idéias “sociedade civil”, identificada, por exemplo, a partir da análise dos documentos do Banco Mundial, é resultado de um movimento ideológico conservador formado por “críticos do Estado autoritário”, dirigentes de governos militares e neoliberais. Estes representariam um bloco orgânico em torno da tese de uma *nova era*, em que os antagonismos centrados nas contradições capital e trabalho não teriam mais lugar (LEHER, 2002).

Concomitantemente a essa ofensiva ideológica conservadora, percebe-se nas formas de expressão ideológica dos *novos movimentos sociais* (NMS) e das ONGs o emprego da locução sociedade civil, com sentido idealizado e, ao mesmo tempo, reduzido à atuação pragmática desses organismos. Embora os NMS exerçam papel importante na atual conjuntura, faz-se necessário lembrar que eles incorporam às suas ações práticas a idéia de que as contradições sociais se resolveriam somente na esfera da sociedade civil. Tais movimentos, enxergados pela óptica dominante, são importantes e eficazes “parceiros do Estado na implementação de determinadas políticas.” (LEHER, 2002, p.162). Fazendo a crítica a esse entendimento, prossegue Leher (2002), acentuando que os NMS, atuando desse modo, contribuem para a *despolitização* das políticas e colaboram com o movimento que intenta dismantelar o Estado keynesiano, aludido como *ineficiente*. (id; p.162).

Ressalte-se que em Gramsci a categoria sociedade civil relaciona-se a dois elementos básicos : (i) a concepção ampliada de Estado; e (ii) conceito de hegemonia. Assim pensada, distingue-se até mesmo do modo como é tratado pelos fundadores do marxismo. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels utilizam a dicção sociedade civil para indicar “o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas” (1998b, p. 33); Gramsci, por sua vez, para mostrar o conjunto de organizações privadas responsáveis pelas operações de hegemonia. Considere-se, contudo, que a referida distinção não significa ruptura com relação à perspectiva marxista.

Tome-se, por exemplo, a afirmação gramsciana segundo a qual “*Entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e sua coerção, está a sociedade civil e esta deve ser radicalmente e concretamente transformada não somente na letra das leis e nos livros dos cientistas;(...*” (Grifos nossos, GRAMSCI, 1975, p.1253 – 1254). Nesta citação, observamos que o conceito de sociedade civil em Gramsci distingue-se do de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, ao ser utilizado como uma esfera intermediária do Estado-coerção e a estrutura econômica; todavia, e isso é absolutamente fundamental, ele não é empregado de forma deslocada à atuação do Estado nem muito menos de suas determinações estruturais. Antes de prosseguirmos, convém lembrar que o conceito de Estado em Marx e Engels está diretamente relacionado com o conjunto de aparelhos repressivos de que se serve a burguesia para fazer valer seus interesses. Longe, pois, de ser a materialização concreta dos interesses gerais da sociedade, o Estado existiria, efetivamente, para administrar os negócios da classe dominante; no caso da sociedade capitalista, os interesses da burguesia. Para isso, o Estado burguês precisa, além de mascarar o seu real papel, regular a luta de classes e assegurar o equilíbrio da ordem social (MARX & ENGELS, 1998a; 1998b) .

Gramsci, contudo, vivendo num contexto histórico diferente, **amplia** essa visão: “(...) por Estado, deve-se entender, além do aparelho governamental, o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil.” (1975, p.801). Ele parte do conceito de sociedade civil para demonstrar que a classe dominante não mantém o poder apenas mediante a coerção, mas, também, por intermédio do consentimento operado no interior das instituições da sociedade civil (escola, igrejas, partidos, sindicatos, meios de

comunicação em massa, etc.), responsáveis pela difusão da concepção de mundo dominante, as quais, não obstante exercerem papel importante para a reprodução das relações sociais capitalistas, carregam possibilidades de vir a servir à luta revolucionária da classe operária.

Ao falar de seu estudo sobre os intelectuais, numa carta enviada a sua cunhada (Tatiana Schucht), Gramsci deixa clara sua concepção acerca das categorias Sociedade Civil e Estado.

Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e justamente na sociedade civil em particular operam os intelectuais (Benedetto Croce, por exemplo, é uma espécie de papa leigo e instrumento efficacíssimo de hegemonia ainda quando vez por outra esteja em desacordo com este ou aquele governo, etc.). (1987, p.224).

Esta distinção, quando mal interpretada, leva a considerações equivocadas sobre a fidelidade de Gramsci ao marxismo e a uma pseudo-dicotomia entre estrutura e superestrutura, donde emerge a idéia de que a emancipação humana não seria mais realizada a partir da superação das contradições geradas a partir do antagonismo entre capital e trabalho, mas desde um realinhamento de forças na esfera da superestrutura (novo tipo de Estado, construção do socialismo a partir de conquistas e reformas parlamentares, revolução a partir das mentalidades etc).

É exatamente neste ponto que começam os maiores problemas relativamente à interpretação da proposta político-pedagógica de Gramsci, mormente no que diz respeito às teorizações pedagógicas que buscam afastar suas idéias do campo teórico-prático do marxismo. Em sua *História da Pedagogia*, o italiano Franco Cambi (1999) faz uma afirmação em que essa perspectiva de análise fica evidente:

No mundo contemporâneo – caracterizado pelo individualismo e pela dicotomia entre dominantes e dominados, (...) –, *não é partindo da estrutura (a economia) que se pode transformar a realidade, mas sim operando em particular a partir da superestrutura (a ideologia, a cultura)*. Em torno de uma revolução da mentalidade é possível agregar diversas classes ou grupos sociais, interessados na mudança ("bloco histórico"), para construir uma "hegemonia" cultural e depois política (e não vice-versa), da qual o "Partido novo" (revolucionário e proletário, de massa e artífice da estratégia política visando ao exercício da hegemonia) é intérprete e avalista. (Grifos nossos, p.562 – 563).

Deve-se fixar a idéia de que Marx, à luz do pressuposto materialista segundo o qual o modo de produção da vida material determina o processo geral da produção da vida social, política e espiritual, ou seja, que a existência determina a consciência, considera a estrutura econômica como fundante do ser social. Em suas palavras: “o homem precisa estar em condições de viver para fazer história.” (1998a, p.21- 22). O primeiro ato histórico é a produção dos meios necessários que permitem a satisfação das necessidades de comer, vestir-se, beber, ter habitação e algumas coisas mais”(ID.IBIDEM, p.21 – 22). Captar a conexão objetiva entre o processo de produção da existência material dos homens e o processo de formação do conjunto superestrutural permitiu a Marx demonstrar como os antagonismos entre as classes sociais se refletem também nas formas da consciência (social, teórica, política, espiritual, artística etc) e seus respectivos organismos de disseminação. Segundo Marx: “a classe que tem à sua disposição meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que à ela sejam submetidas as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual.” (ID.IBIDEM, p.48).

Gramsci, ao contrário do que se apregoa, não rompe com essa perspectiva. Existem várias passagens em seus escritos onde isso resta evidente. Vejamos, por exemplo, um trecho do artigo *Il nostro Marx* (1918):

Para conhecer com exatidão quais são os fins históricos de um país, de uma sociedade, de um grupo, é preciso conhecer, antes de tudo, quais são os sistemas e as relações de produção e de troca daquele país, daquela sociedade. Sem este conhecimento, será possível compilar monografias parciais, dissertações úteis para a história da cultura, será possível recolher reflexos secundários, todavia, não se fará história, não se conseguirá apreender o núcleo da atividade prática em toda a sua sólida densidade. (GRAMSCI, 2004c, p.167-168).

Dezesseis anos depois, numa nota carcerária intitulada *Analisi delle situazioni: rapporti di forza* (1932 – 1934), Gramsci diz:

Uma relação de forças sociais estritamente ligadas à estrutura objetiva, independentemente da vontade dos homens, que pode ser medida com os sistemas das ciências exatas ou físicas. (...) Este enfileiramento fundamental permite estudar se na sociedade existem as condições necessárias e suficientes para sua transformação, isto é, permite controlar o grau de realismo e de atualidade das diversas ideologias que nascem sobre seu terreno, no terreno das contradições que o mesmo gerou durante o seu desenvolvimento. (GRAMSCI, 1975, p.1583).

Ressalte-se, ainda, que Gramsci, embora opere uma distinção conceitual relativamente à concepção de sociedade civil em Marx e Engels (1998b), não perde de vista o papel determinante da estrutura econômica. Suas reflexões sobre a sociedade burguesa, porém, o levam a acreditar que as lutas proletárias pelo estabelecimento da “sociedade regulada” (comunista) perpassam o âmbito da sociedade civil. Se, em outros períodos históricos, a predominância do Estado-coerção impunha à luta de classes uma estratégia de ataque frontal (guerra de “movimento”), voltada diretamente para a conquista do Estado em sentido restrito, nas formações do tipo “ocidentais”, deve-se buscar, concomitantemente às lutas que se dão no “chão da fábrica”, a conquista de espaços e posições (“guerra de posições”) que garantam a hegemonia da classe dominada.

Um grupo social pode e não pode deixar de ser dirigente já antes da conquista do poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, ou seja, possuindo-o fortemente nos punhos, transforma-se em dominante mas deve continuar a ser também dirigente. (GRAMSCI, 1975, p.2010).

Isto não implica dizer que Gramsci descarte a possibilidade de uma ruptura revolucionária com relação à ordem capitalista. Entenda-se, ao contrário, como preocupação com relação ao processo de formação da hegemonia revolucionária. A revolução proletária, afirmará Gramsci repetida vezes, deve se assentar em bases sólidas e duradouras. Isto porque não basta apenas a conquista do poder, é preciso mantê-lo nas mãos, continuar a ser dirigente. Já em 1920, exprime Gramsci: “a revolução não é necessariamente proletária e comunista quando se propõe e consegue abater o governo político do Estado burguês. (2004c, p.217)”. No cárcere, em suas reflexões sobre o processo de unificação italiano, ele deixa claro que muitas insurreições fracassam, dentre outros motivos, porque não são precedidas por uma preparação ideológica de grande fôlego, “organicamente predisposta para despertar as paixões populares e tornar possível a concentração e a explosão simultânea.” (1975, p.1769).

As breves considerações aqui expostas, portanto, nos levam a crer que o conceito gramsciano de Sociedade Civil não pode ser utilizado de forma idealizada e deslocada das relações sociais de produção e, por via de consequência, do modo de atuação do Estado-coerção. Fazer essa desarticulação é aniquilar a importância da reflexão gramsciana sobre a sociedade civil. Este entendimento é importante para o

enfrentamento do momento contemporâneo que busca “ressignificar” o conceito de sociedade civil, tão ao gosto de intelectuais que se assumem pós-marxistas ou pós-modernos, e no qual serve a disseminação da idéia de que a luta de classe se realizaria e se efetivaria na esfera da civil, agora entendida, simplesmente, como terceiro setor.

Indicações teórico-metodológicas para uma leitura objetiva do pensamento político-pedagógico de Gramsci

Da problemática utilização das idéias de Gramsci no campo educacional brasileiro se ocuparam Nosella (1992) e Saviani (2005), denunciando a leitura abstrata, fragmentada e descontextualizada que foi feita do comunista sardo. Também Carlos Eduardo Vieira (1999), em seu estudo sobre o historicismo gramsciano e a pesquisa educacional no Brasil, revela a existência, por parte dos educadores brasileiros, de um procedimento teórico que privilegia a compreensão lógico-formal dos conceitos de Gramsci. Nessa perspectiva, pouco importa quem são os interlocutores, o que interessa é a lógica que preside o texto. Essa apropriação permitiu que as categorias trabalhadas por Gramsci fossem utilizadas nos mais variados projetos intelectuais; ou seja, a ausência de uma perspectiva historicista possibilitou a transformação do pensamento gramsciano em um modelo abstrato e aplicável genericamente. Isso aconteceu, segundo o autor, por que se pretendeu reconstruir a teoria gramsciana sem analisá-la no contexto histórico em que fora produzida. Segundo Vieira,

As categorias gramscianas, “instrumentalizadas” e formalizadas, tornaram-se onicompreensivas. Os limites das categorias e a análise concreta de situação concreta foram sacrificados em favor de esquematizações áridas, todas repletas de catarses, hegemônias e emergentes blocos históricos. Em outras palavras, não bastando ser incompreendido na sua proposição historicista, Gramsci foi “instrumentalizado” como pensador de categorias, ou melhor, de fórmulas a - históricas de entendimento do real. A recusa de uma interpretação formalista do pensamento gramsciano – extensiva a todos os pensadores que, por razões diversas, encontram-se em discussão no âmbito da pesquisa em educação – permanece atual e deve ser reiterada para evitar as simplificações teóricas que, muito mais que esterilizar o pensamento de um autor, contribuem para a esterilização do procedimento científico. (1999, p.53).

Saviani também reconhece que essa tendência esteve presente na década de 1980, particularmente no que diz respeito “a leitura não suficientemente historicizada de

um autor historicista por excelência como é o caso de Gramsci.”(2005, p.7). Observa, todavia, que ela não pode ser menosprezada. Isto porque “foi a leitura possível nas condições históricas então vividas e só no quadro dessas condições ela pode ser adequadamente compreendida.”(2005, p.7). E, ainda, considera que conceitos como “hegemonia”, “bloco-histórico”, “intelectual orgânico”, “intelectual tradicional” e “ideologia” auxiliaram os educadores a se desprenderem de uma compreensão pedagógica excessivamente “didaticista”. Isto o faz defender a necessidade de uma releitura do pensamento gramsciano.

A superação da apropriação abstrata e descontextualizada de Gramsci exige tentar entendê-lo, conforme aponta Lukács, no contexto histórico em que atuou. Em suas palavras, “Para ser corretamente avaliado, Gramsci precisa ser situado historicamente, precisa ser compreendido no seu meio, na sua situação.” (LUKÁCS, 2002, p.126). Seguindo essa perspectiva de análise, faz-se necessário reconhecer a influência da 1ª Guerra Mundial, o sucesso inicial da Revolução Russa, a esperança revolucionária do pós-guerra, a ascensão do fascismo e o fracasso das tentativas revolucionárias na Europa como fatos importantes na formação e desenvolvimento do pensamento gramsciano.

Esse tipo de procedimento metodológico não significa circunscrevê-lo ao contexto histórico em que surgiu, anulando a substancialidade filosófica de sua proposta, nem simplesmente agregar à análise teórica informações sobre o lugar e o tempo onde as idéias foram produzidas. Como anota Spriano: “Ler historicamente a produção política de Gramsci não significa querer diminuir de sua atualidade agressiva, pelo contrário. Significa entender os motivos válidos de um método vivo, (...) (1976, p.43)”.

Dois fatores podem concorrer para a superação da leitura formalista, abstrata e a-histórica feita pelos educadores a propósito do pensamento de Gramsci. O primeiro diz respeito ao interesse crescente de pesquisadores em expor a concepção gramsciana de educação a partir da totalidade de seus escritos e não apenas a partir dos escritos carcerários. Ao darem a devida atenção ao contexto histórico em que as análises, polêmicas e debates foram tecidos, esses estudos contribuem significativamente para o entendimento mais fidedigno do pensamento de Gramsci, contribuindo, inclusive, para a valorização central de seus escritos, isto é, a perspectiva revolucionária. O segundo

refere-se aos resultados práticos das iniciativas atuais de reedição da obra de Gramsci para a divulgação de seu pensamento no Brasil em sua inteireza. Anteriormente, não obstante a importante iniciativa da disseminação das idéias de Gramsci, o modo como foram publicados seus trabalhos seccionou, de certa maneira, a unidade ideopolítica de seu pensamento. Para Dias (1996, p.110), “a maneira pela qual Gramsci foi editado no Brasil não permitiu a compreensão da sua obra e do alcance dela”.

Isto sem falar nas falhas de tradução reconhecidas pelo próprio tradutor Carlos Nelson Coutinho, para quem

Decerto, essa velha edição brasileira não era isenta de problemas. Por temor da censura ditatorial, a editora substituiu o título do primeiro volume temático dos *Cadernos* -- que, em italiano, como se sabe, chama-se *Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce* -- por um outro considerado menos "subversivo", ou seja, *Concepção dialética da história*. Essa alteração, contudo, não me parece ter prejudicado a leitura de Gramsci entre nós. Bem mais grave, sem dúvida, foi o fato de que a Civilização Brasileira suprimiu das edições então publicadas e depois reimpressas os prefácios contidos na velha edição temática, onde se dizia claramente que aqueles volumes agrupavam as notas carcerárias de Gramsci segundo uma base temática, ou seja, segundo critérios que não haviam sido estabelecidos pelo próprio Gramsci (ainda que tenham sido mais ou menos sugeridos por ele) e sob títulos escolhidos pelos editores e não pelo próprio autor. Além disso, foram também suprimidos dessa velha edição os longos índices da primeira edição italiana, nos quais se fixava a origem das diversas notas desses volumes temáticos nos 29 cadernos que Gramsci escrevera no cárcere. (COUTINHO, 2001, p.37 - 38).

Some-se, ainda, aos problemas apresentados por Coutinho a falta de tradução dos escritos gramscianos anteriores ao cárcere. Salvo algumas exceções, como o escrito sobre *A Questão Meridional*, não havia nenhum texto de Gramsci desse período traduzido no Brasil.

Para finalizar este capítulo, queremos deixar claro que a nossa interpretação para os desvios e equívocos cometidos por aqueles que se apropriaram de modo parcial e insuficiente das idéias de Gramsci, mormente os educadores com os quais nos ocupamos, longe de ser um julgamento moral, pretendeu evidenciar as razões, as condições histórico-sociais e as implicações prático-políticas desse tipo de apropriação. Reforçando o expresso anteriormente, esse tipo de problema advém da “destotalização” da obra de Gramsci, ou seja, da fragmentação de seu pensamento mediante o deslocamento de suas categorias da luta revolucionária socialista com o qual Gramsci estava comprometido. Gramsci, em acordo com os fundadores do marxismo, estava

imbuído do espírito da *Décima primeira Tese sobre Feuerbach*, segundo o qual não se trata de “interpretar o mundo de forma diferente, o que importa é *mudá-lo*”.

3- NOTAS HISTÓRICAS PARA A COMPREENSÃO DAS IDÉIAS DE GRAMSCI SOBRE FORMAÇÃO POLÍTICA

3.1 Introdução

Breve incursão na biografia de Gramsci revela que o início de sua militância remonta a 1911, isto é, quando ele tinha vinte anos. Data dessa época seu artigo escolar *Oprimidos e Opressores*, redigido, provavelmente, em novembro de 1910. Numa redação sobre colonialismo, Gramsci faz inflamada crítica aos interesses capitalistas dos países europeus em face dos povos menos desenvolvidos. Os homens, diz ele, em vez de destruírem uns aos outros, deveriam somar forças para “lutar contra a natureza e torná-la sempre mais útil às necessidades humanas”(P.43). Numa referência à Revolução Francesa, Gramsci revela os primeiros elementos de sua aprendizagem socialista. Segundo ele, embora a revolução de 1789 tenha acabado com muitos privilégios, “não fez nada mais do que substituir a dominação de uma classe por outra”(P.44). Não obstante, Gramsci reconheceu uma grande lição deste acontecimento: “os privilégios e as diferenças sociais, sendo produtos da sociedade e não da natureza, podem ser superados”(P.46). No final do texto, ele expressa sua indignação com relação à impossibilidade das massas, em face de suas condições objetivas, de se apoderarem da riqueza espiritual historicamente acumulada pelos homens. E vaticina: “(...) que os dominantes não se arrependam por terem deixado as massas no estado de ignorância e de ferocidade em que se encontram agora!”(GRAMSCI, 2004a,p.46).

Três anos após a elaboração desse texto, Gramsci estabelece os primeiros contatos com o movimento operário turinense. Nessa época, ele começa a fazer parte dos grupos de operários e estudantes que formavam a fração da esquerda revolucionária da cidade de Turim. Em 1916, já no PSI, começa a trabalhar diretamente com formação política, proferindo conferências nos círculos operários turinenses sobre Romain Rolland, Comuna de Paris, Revolução Francesa, Marx, Andrea Costa etc. Ainda nesse ano, conduz em *Il Grido del Popolo* uma campanha a favor da renovação cultural e ideológica do movimento socialista e, paralelamente, com a ajuda de um companheiro do partido, publica comentários, notícias e documentários sobre o desenvolvimento da revolução na Rússia. O semanário socialista era acompanhado, entre 1917 e 1918, por textos de Lênin, Trotski, Antonio Labriola, Hegel, Kautski etc. Segundo o relato de um companheiro de Gramsci:

O pequeno semanal de propaganda de partido transformou-se em 1918 numa revista de cultura de pensamento. Publicou as primeiras traduções dos escritos russos, assim como fez a exegese política da ação bolchevique. O organizador deste estudo era o cérebro de Gramsci. (GOBETTI apud CAPRIOGLIO, 1980, p.XXXIV).

A inter-relação de economia com a política e a cultura constitui-se marca central do pensamento gramsciano no biênio 1917/1918. Nesses anos, emerge com força a idéia de que a organização, a cultura e o saber são elementos indispensáveis à formação política dos trabalhadores. Num texto dessa época, Gramsci diz: “Os burgueses podem até ser ignorantes. Mas não os proletários. Os proletários têm o dever de não ser ignorantes” (2004a, p.117). No final de 1918, Gramsci propõe a criação de um instituto de cultura proletária e sustenta a idéia de integrar a ação política e econômica com um organismo de atividade cultural. Como a proposta não foi acolhida no PSI, ele, juntamente com alguns jovens – Attilio Carena, Andrea Viglongo e Carlo Boccardo – funda um “Clube de vida moral”, voltado à educação política de jovens socialistas.

Em 1919, Gramsci desenvolve entre os soldados sardos da brigada Sassari, residentes temporariamente em Turim, uma eficaz propaganda socialista. Em abril de 1919, juntamente com os companheiros de partido Tasca, Terracni e Togliatti, Gramsci reparte a idéia de um jornal de cultura socialista (*L'Ordine Nuovo*). A idéia inicial diz respeito à necessidade de o proletariado formular uma cultura própria, base essencial para o desenvolvimento de uma consciência revolucionária. Esta, por sua vez, deveria

ser fortalecida pela aquisição de instrumentos amplos e gerais. Para Gramsci (2004a, p.391), todos os assuntos que interessassem à luta revolucionária do movimento operário (a organização revolucionária das massas, a transferência da luta sindical do terreno estreitamente corporativista e reformista para a seara da luta revolucionária, o controle sobre a produção, a ditadura do proletariado e a questão dos conselhos de fábrica etc.) deveriam ser apresentados no jornal, de modo que os trabalhadores pudessem criar um hábito intelectual de debate e discussão.

Em 1920, Gramsci participa ativamente da “escola de cultura”, criada em novembro de 1919 pela revista. Nela, dá algumas lições sobre a Revolução Russa. Juntamente com Piero Ciuffo, cria o círculo socialista sardo. No mês de agosto, Gramsci se separa de Togliati e Terracini e se recusa a entrar na fração comunista eleitoral da seção socialista de Turim, reunindo em torno de si um pequeno grupo chamado “Educação Comunista”, que se voltará para ações pedagógicas junto aos operários fabris. Nesse mesmo ano, em setembro, participa ativamente da célebre tentativa de ocupação das fábricas de Turim. A originalidade da reflexão de Gramsci nesse período reside em sua insistência na análise dos conselhos de fábrica como instrumentos potencialmente revolucionários, destacando-se, sobretudo, a proposição de que a classe operária precisa aprender a exercitar o controle da produção de modo a subtrair dos capitalistas suas funções de poder e de controle. No início de 1921, funda, juntamente com Zino Zini e outros companheiros de partido (agora Partido Comunista da Itália), o Instituto de Cultura Proletária, seção do *Prolekult* de Moscou.

Ressalte-se que, em 1922, com a chegada dos fascistas ao poder, as atividades de formação política diminuem, mas não desaparecem. Numa carta ao comitê executivo do partido, Gramsci comunica entusiasmadamente a decisão do executivo do PCd'I de publicar um novo cotidiano operário.

Em 1924, projeta fundar uma revista trimestral de estudos marxistas e de cultura política, com o título “Crítica Proletária”, que se constitui uma nova série de “*L'Ordine Nuovo*”. Propõe, ainda, a criação de uma antologia dos escritos de Marx e Engels sobre o materialismo histórico. Nesse mesmo ano, Gramsci lança em Roma o primeiro número do quinzenal “*L'Ordine Nuovo. Resenha de política e de cultura operária*”, no qual se lê na primeira capa: “*L'Ordine Nuovo* propõe suscitar nas massas operárias e camponesas uma vanguarda revolucionária capaz de criar o Estado dos conselhos dos

operários e camponeses assim como criar as condições para o advento e estabilidade da sociedade comunista”.

Em 1925, num momento de ascensão do fascismo, Gramsci colabora na criação de uma escola de partido, cujas atividades formativas se desenvolviam por correspondência. Viaja a Moscou para participar dos trabalhos da V Sessão do Executivo Ampliado da Internacional Comunista (21 de março – 6 de abril) e, lá, intervém nos trabalhos de agitação e propaganda. Em abril, sai dois fascículos da escola de partido. Em 1926, já no cárcere, Gramsci organiza uma escola para prisioneiros, ficando responsável pelos estudos histórico-literários.

3.1 Sobre a unificação do Estado italiano (*risorgimento*)

Quanto mais uma classe dominante é capaz de acolher em seus quadros os homens mais valiosos das classes dominadas, tanto mais sólido é seu domínio. (Karl Marx, O Capital)

A Itália, ao contrário de outros países europeus, como a Inglaterra e a França, passou por um processo tardio de formação do Estado. Nas palavras de Gramsci: “A idéia do Estado liberal ou parlamentar, próprio da economia liberista do capitalismo, não se difundiu em Itália como nas outras nações.”(1976, p.292). Embora sua constituição remonte ao início do século XIX (1815), foi somente a partir de 1848 que surgiram os elementos essenciais à configuração do moderno Estado italiano (crescente industrialização do Continente europeu a partir de 1830; necessidade do Estado de se equiparar às grandes potências, principalmente a França e a Inglaterra; radicalização dos movimentos populares que lutavam pela unificação das penínsulas etc.). Até então, a Itália era dividida em vários reinos que apresentavam leis e impostos que estorvavam a livre circulação de mercadorias.

A partir da união de interesses entre a burguesia setentrional e os latifundiários do sul, numa aliança astuciosamente voltada a barrar a participação política das massas, desencadeou-se, mediante um movimento político-militar, a unificação italiana, também chamada de *risorgimento*. Ressalte-se que, embora a unificação tenha possibilitado o surgimento de condições propícias ao desenvolvimento da base industrial italiana, porquanto aboliu os obstáculos que impediam o desenvolvimento da infra-estrutura

capitalista, a política conservadora, protecionista e centralizadora do novo Estado acentuou as distâncias econômicas e culturais entre o norte e o sul. Segundo Gramsci,

... a unidade não foi feita sobre uma base igualitária, mas como hegemonia do Norte sobre o Mezzogiorno na relação territorial cidade-campo, isto é, que o Norte concretamente era uma sanguessuga que se enriquecia às custas do sul e que seu desenvolvimento econômico-industrial estava em relação direta com o empobrecimento da economia e da agricultura meridional. (1975, p.2021-2022).

No *risorgimento*, os anseios históricos de mudanças radicais pleiteados pelas massas foram ignorados, mistificados ou reprimidos. Sem mudanças estruturais profundas, a unificação reduziu-se a um arco de alianças entre a velha aristocracia italiana e a burguesia moderada. Marcada por práticas políticas inescrupulosas de grupos restritos, ela deu origem a um modelo de Estado que restringia a participação política das massas, ao mesmo tempo em que ampliava os mecanismos burocráticos de controle social. No cárcere, Gramsci analisou o desdobramento social e político desse processo a partir da idéia de “revolução passiva” ou “restauração-revolução”, conceito que significa a modernização do Estado mediante uma série de reformas políticas implantadas com a finalidade de obstaculizar qualquer tipo de intervenção política mais radical das massas (por exemplo, uma revolução jacobina). Segundo Gramsci, na Itália, diferentemente do que ocorreu na França, as exigências foram satisfeitas

(...) em pequenas doses, legalmente, mediante reformas. Desta forma, se conseguiu salvar a posição política e econômica das velhas classes feudais, bem como evitar que as massas populares atravessassem um período de experiências políticas como aquelas verificadas na França nos anos de jacobinismo. (1831 e 1848). (1975, p.1227).

Destarte, a unificação italiana não transformou a estrutura econômico-política do passado, assim como não foi capaz de instaurar um Estado democrático liberal. Sem a presença da participação popular, o Estado tornou-se presa fácil dos grupos burgueses regionais que, com seus respectivos programas governamentais, tinham como objetivo primordial ampliar seus mercados para fazer circular suas mercadorias.

O vínculo de pequenos grupos burgueses com o Estado, sobretudo a subordinação deste aos interesses daquele, deu origem ao protecionismo estatal na vida política italiana. Não obstante as desastrosas conseqüências políticas para a maioria do povo italiano, que não tinha suas reivindicações básicas atendidas (habitação, educação,

saúde etc), o protecionismo permitiu a criação do sistema de fábrica do País para o qual o Estado funcionava como gerador de riquezas privadas à custa do dinheiro público.

Os desdobramentos do protecionismo estatal tiveram influência fundamental no desenvolvimento do capitalismo italiano, particularmente no que diz respeito à configuração da luta de classes no final século XIX. Em primeiro lugar, porque fez com que a burguesia italiana se apresentasse como um agregado de corporações umbilicalmente ligadas à ação protecionista do Estado. Em segundo, a ausência de partidos políticos com objetivos claros e definidos reduzia a nascente burguesia a um bando de politiquinhos e parasitas. Nas palavras de Gramsci, “A Itália é o país que, nas condições criadas pelo Ressurgimento e pelo seu modo de desenvolvimento, possui o maior peso de pessoas parasitárias, isto é, que vive sem intervir de maneira alguma na vida produtiva.” (1975, p.1996).

Tais circunstâncias dificultaram a articulação da burguesia como classe, o que, por sua vez, só vai se efetivar a partir de suas lutas contra o proletariado no período da I Guerra Mundial. Marcada pelo corporativismo e pela incapacidade endógena de unir-se em torno de interesses nacionais, a “burguesia” italiana subordinava-se completamente à decisão de facções minoritárias. Segundo Gramsci,

É certíssimo que a introdução e o desenvolvimento do capitalismo na Itália não ocorre segundo um ponto de vista nacional, mas segundo estreitos pontos de vista regionais e de grupos restritos, e em grande parte não cumpriram suas tarefas, determinando uma emigração patológica, nunca reabsorvida, e cuja necessidade jamais cessou, arruinando economicamente regiões inteiras. (1975, p.1992).

A incapacidade da nascente burguesia italiana de se afinar ao ideário do liberalismo levava-a a uma ação política que, em nome dos interesses gerais daquela nação, reduzia-se a simples defesa dos interesses restritos de setores de classes, que, por sua vez, lutavam por medidas protecionistas contrárias aos interesses das massas (DIAS, 2000, p.64). Gramsci faz excelente caracterização desse quadro histórico, quando assinala que

Fatos amadurecem na sombra, poucas mãos (não submetidas a nenhum controle) tecem a rede da vida coletiva — e a massa ignora, porque não está preocupada com isso. Os destinos de uma época são manipulados de acordo com pontos de vista estreitos, com finalidades imediatas, com ambições e paixões pessoais de pequenos grupos ativos — e a massa dos homens ignora, porque a ela nada disso importa. (GRAMSCI, 2004c, p.134-135).

A análise desenvolvida por Gramsci no cárcere sobre esse contexto lhe permitirá elaborar conceitos fundamentais para a Ciência Política. Tomemos, por exemplo, o conceito de transformismo, que significa a elaboração de uma nova classe dirigente mediante a absorção gradual e contínua dos elementos combativos surgidos do grupo adversário. Na formação do Estado italiano, Gramsci destaca dois períodos de transformismo. O primeiro, que se estende de 1860 a 1900, também chamado de transformismo “molecular”, é marcado pela cooptação de sujeitos pertencentes aos partidos democráticos de oposição que, posteriormente, se incorporam individualmente à classe política conservadora e moderada. O segundo, mais abrangente, é marcado pela absorção de grupos opositores inteiros (no caso da Itália, por exemplo, grupos radicais anarquistas e sindicalistas enérgicos que passam ao campo moderado) (GRAMSCI, 1975, p.962-963).

Como aponta Schlesener, o fenômeno do transformismo “se estendia a toda política do país, mantinha o poder e a força do executivo; o legislativo ligado às classes burguesas regionais, refletia por sua vez a política clientelista e oportunista de homens que barganhavam para se manterem no poder (...) (2002, p.23)”. Deste modo, a prática política da “burguesia” italiana “abria espaço para a corrupção e o oportunismo.”(P.24). Na caracterização feita por Gramsci,

... não têm [os burgueses] o sentido da universalidade da lei [...]. Não têm uma vida moral. Agem por fins imediatos, particularíssimos. Para atingir um deles, sacrificam tudo: a verdade, a justiça, as leis mais profundas e mais inatingíveis da humanidade. Para destruir um adversário, sacrificam todas as garantias de defesa de todos os cidadãos, até mesmo as suas próprias garantias de defesa. (1996, p.83).

Vale destacar, portanto, o fato de que o Estado italiano não chegava sequer a ter uma estrutura liberal; ele era, nas palavras de Gramsci (2004a,p.169), “uma palavra vazia, uma falácia”. Sob a aparência de um ordenamento democrático, o Estado italiano conservou a estrutura de um Estado despótico. A legislação nacional, por exemplo, não encontrava ressonância na prática do cotidiano; não passava de uma letra morta. Segundo Dias, a burguesia italiana “*percebe a lei não como produto da vida social, mas como mero instrumento de repressão/ desorganização das massas, como algo a que não se deve dar muito importância.*” (2000,p.64).

Por fim, há de se considerar ainda que o processo de unificação do Estado italiano “chocou-se irredutivelmente com a questão religiosa, ou melhor, com o conjunto dos problemas econômicos e políticos inerentes aos formidáveis interesses constituídos em tantos anos de teocracia.”(GRAMSCI, 1976a, p.292). No primeiro momento, a subordinação da ação estatal à igreja católica fez com que a Itália não tivesse uma vida política própria dos organismos estatais modernos. A falta de unidade nacional da burguesia, somada a sua incapacidade de opor à ação doutrinária católica uma ação ideológica laica originou a necessidade de alianças com as autoridades eclesiásticas; ou seja, para conseguir governar politicamente, bem como dominar ideologicamente, os liberais foram levados a encontrar formas de articulação com a igreja. Nas palavras de Gramsci,

Os homens de Estado foram instigados pela preocupação de descobrir um compromisso com o catolicismo, de subordinar ao Estado liberal as energias católicas divididas e obter delas a colaboração para renovar a mentalidade italiana, unificando-a, para suscitar ou consolidar a disciplina nacional através do mito religioso. (1976, p.292).

Inicialmente, a conjugação de interesses não se efetivou, pois “não era possível conciliar duas forças absolutamente irredutíveis, como o Estado laico e o catolicismo” (Op.cit, p.293). E assim, o resultado foi completamente diferente do esperado. Diante do poder e da hegemonia da igreja, o liberalismo subordinou-se ao catolicismo, que se consolidou legalmente com o pacto Gentiloni. Por meio deste, a igreja pôde ampliar a difusão de suas idéias sobre a sociedade, mediante (i) ampliação da rede de jornais; (ii) garantia à escola privada; (iii) defesa da instrução religiosa nas escolas comunais; e (iv) defesa da investidura dos católicos em todas as instâncias estatais etc. (DIAS, 2004a; SCHLESENER, 2002). Gramsci define a articulação entre liberais e igreja como uma “ação astuciosa e tenaz para reduzir o Estado a uma verdadeira teocracia, para submeter a administração pública ao controle indirecto da hierarquia eclesiástica.”(1976a, p.293).

O desenvolvimento do capitalismo, contudo, passa a dissolver a força ideológica da igreja, minando a autoridade eclesiástica em suas bases, ao mesmo tempo em que “... a plebe agrícola transforma-se em proletariado e aspira, ainda que confusa e vagamente, à sua independência de mito religioso” (Op.cit, p.294). Se, inicialmente, a igreja católica estorvou o desenvolvimento do Estado laico e liberal, com o desenvolvimento do capitalismo, a correlação de forças entre os interesses liberais e os eclesiásticos

começa a se inverter radicalmente. O acirramento da luta de classes faz com que a igreja seja obrigada a tomar uma posição ante as contradições ocasionadas pelo capitalismo (problemas sociais ensejados pela guerra, avanço do socialismo, fortalecimento das organizações sindicais e partidárias, defesa dos ideais de liberdade e participação política etc). É neste momento que o Estado passa a absorver sua força e a transforma num instrumento eficaz de governo e controle das massas. Doravante, a ação estatal de ordenação e regulação da ordem burguesa passa a ser complementada com a atuação da igreja na sociedade civil, que exercia um papel formador de uma concepção de mundo nas duas instituições de preparação ideológica: a escola e a família (SCHLESENER, 2002, p.28).

No *Cárcere*, Gramsci dedicou um dos seus cadernos especiais ao papel da igreja católica durante o *risorgimento*, a saber: *Azione Cattolica*. Nos escritos pré-carcerários, o eficiente trabalho de difusão ideológica dos católicos é analisado por Gramsci em suas mais variadas dimensões. Em *Seriedade*, artigo publicado no periódico socialista *Avanti!*, em 1917, por exemplo, ele diz: “Deixar que a consciência das crianças seja manipulada pelos padres, seja seduzida pela vaidade, pelo clericalismo, pelo lacrimoso espírito cristão, é permitir que os meninos sejam submetidos a uma violência.” (2004a, p.99). A crítica gramsciana a esse tipo de educação é bastante incisiva: “Os pais de família proletários devem tentar impedir que essa ação antieducativa das cerimônias religiosas prossiga”(Op.cit, p.100). Para Gramsci, não se deve criar nenhuma hipoteca sobre o caráter e o futuro das crianças. Os pais, principalmente os pais proletários, devem fornecer elementos de reflexão para que elas possam, no futuro, escolher o caminho que melhor lhes convenha. Na Itália, dirá, as crianças não recebem nenhuma educação religiosa, antes são habituadas a práticas formais e ritos exteriores. Na época, a igreja, mediante artigo publicado no jornal “Momento”, reage à crítica gramsciana, defendendo a idéia de que as crianças não são capazes de compreender a política e a luta de classes. Em sua tréplica, Gramsci (1980, p.693-694) lembra que os conflitos sociais permeiam o cotidiano das crianças proletárias.

É a partir da crítica à unificação do Estado italiano que podemos entender as primeiras elaborações de Gramsci relativamente à formação política proletária, sobretudo no que diz respeito à necessidade de participação direta das massas na

formulação e concretização do quefazer revolucionário. O desenvolvimento do capitalismo na Itália, os limites da burguesia na consolidação do liberalismo e a força ideológica da igreja católica na vida nacional italiana, certamente, estruturavam a luta de classes de modo complexo. Não temos dúvidas de que, na elaboração de sua estratégia revolucionária, Gramsci levou em consideração todos esses elementos. Tome-se, por exemplo, a idéia desenvolvida ao longo do *bienio rosso*, segundo a qual a revolução proletária não pode ser realizada somente por meio de um golpe parlamentar ou de uma insurreição. A configuração do moderno Estado italiano, sobretudo por estruturar a luta de classe sob novas formas e determinações, leva Gramsci a acreditar que a revolução precisa ser fundada em bases sólidas e duradouras. Isto exige experiências políticas de participação nos rumos da sociedade, o que pode ser entendido, no caso da revolução socialista, como participação direta e permanente das massas na gestão e efetivação do quefazer revolucionário. Nesse contexto, a formação política proletária emerge como elemento indispensável ao fortalecimento e à combatividade da luta dos trabalhadores contra os capitalistas.

A força da igreja católica sobre o povo italiano, sobretudo seu papel na ordenação e na regulação da ordem burguesa, auxilia-nos a entender por que, em suas reflexões sobre o *risorgimento*, Gramsci defende a necessidade de uma reforma intelectual e moral entre as massas. A ação militante de Gramsci junto ao movimento operário italiano mostra-lhe que era necessário fazer a crítica à influência católica na formação da concepção de mundo dos trabalhadores. Indiretamente, ele parece demonstrar que, da mesma forma como a igreja católica estorvou, no primeiro momento, o processo de desenvolvimento do Estado liberal, ela também pode vir a estorvar o desenvolvimento do Estado operário. Se a hegemonia política de uma classe não se expressa apenas mediante a coerção, mas, também, por meio do consenso obtido na sociedade civil, a partir da atuação dos aparelhos privados de hegemonia (neste caso, a igreja), é absolutamente fundamental que o partido revolucionário não se furte à tarefa de difundir uma nova concepção de mundo (marxismo) capaz de atender aos interesses das massas, bem como ao papel de formar os agentes responsáveis por sua organização e “homogeneização ideológica” (intelectuais). A constatação de Gramsci de que o partido revolucionário deve integrar um trabalho de elevação intelectual e cultural das massas à luta política e econômica abre-nos caminho para compreendermos as

possibilidades da formação política para o desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores.

Acompanhando os escritos pré-carcerários, percebemos que a primeira crítica de Gramsci à letargia e à passividade a que foram submetidas às massas italianas ao longo do *risorgimento* se encontra na revista de propaganda socialista *La Città Futura*, publicada no dia 2 de fevereiro de 1917, escrita e produzida inteiramente por ele e que foi destinada à formação política dos jovens. A tese central demonstrada é a de que a participação consciente das massas no processo revolucionário – e não só da vanguarda revolucionária – é fundamental para o desenvolvimento e concretização da revolução socialista. Não obstante a forte influência do neo-idealismo crociano, o que se expressa em posicionamentos de Gramsci que resvalam para o voluntarismo, os textos reunidos neste periódico são importantes porque: (i) demonstram a eficácia da ideologia burguesa, como materialização/ organizações das relações políticas; (ii) desmascaram a idéia de que o Estado liberal é um Estado “acima” da luta de classes; (iii) afirmam que o rompimento com a ordem burguesa significa o rompimento com a idealidade burguesa; (iv) definem o socialismo como uma forma de sociabilidade que, ao promover a socialização da riqueza, permite o desenvolvimento integral da personalidade humana (DIAS, 2000, p.55 – 65).

Em *La Città Futura*, Gramsci também faz uma dura crítica ao fatalismo histórico defendido pelos socialistas positivistas do PSI, que, por acreditarem que as contradições ensejadas pelo capitalismo levariam inexoravelmente ao socialismo, defendiam a formação lenta e gradual do processo revolucionário a partir de conquistas parlamentares. Para Gramsci, ao contrário, era absolutamente fundamental que o proletariado questionasse e criticasse a ordem burguesa, particularmente no que diz respeito a sua naturalização e à perda de sua historicidade. Na sua compreensão, os socialistas não deveriam se contentar com o programa reformista de reivindicações imediatas e de participação restrita na democracia burguesa – consequência direta da visão histórica fatalista –, mas trabalhar ativamente para criar condições para a constituição de um Estado proletário. Em seus argumentos, assinalava que, “Os revolucionários não devem substituir uma ordem por outra”, mas “devem instaurar uma ordem si”, isto é, onde “a riqueza não seja instrumento de escravidão, mas que, sendo de

todos de modo impessoal, dê a cada um os meios para todo o bem-estar possível.” (GRAMSCI, 2004a, p.83).

A ação revolucionária da classe trabalhadora, por isso, deveria estar voltada para a constituição de um movimento capaz de explicitar a estreiteza e a vacuidade da “democracia” surgida com o *risorgimento*, assim como fazer uma crítica radical aos critérios de cidadania e às idéias que permeavam a ação política burguesa (SCHLESENER, 2002, p.29 – 30). Os textos que vão de 1916 a 1918 indicam claramente que a consecução desses objetivos se daria a partir da criação de órgãos formativos proletários direcionados para a elevação da consciência de classe dos trabalhadores. São essas as questões que norteiam, em grande parte, a reflexão gramsciana pré-carcerária sobre formação política proletária.

A análise de *La Città Futura*, por exemplo, evidencia a atenção de Gramsci destinada às possibilidades formativas produzidas a partir da inserção juvenil nas lutas sociais e nas batalhas políticas. Em suas palavras,

Um jovem que se inscreve no movimento juvenil socialista realiza um ato de independência e de libertação.(...) Quem não se submete a uma disciplina política é precisamente matéria em estado gasoso, ou matéria poluída por elementos estranhos: portanto, inútil e prejudicial. *A disciplina política faz precipitar estas impurezas e fornece ao espírito sua melhor liga, fornece à vida uma finalidade, sem a qual a vida não vale a pena ser vivida.* (GRAMSCI, 2004a, p.87).

Dezessete anos após essa afirmação, já no cárcere, Gramsci enfatizará a importância dos trabalhadores partilharem, de maneira consciente e crítica, uma concepção de mundo que lhes permita participar ativamente da elaboração histórica. Para Gramsci, os indivíduos não podem aceitar, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade. Em *La Città Futura*, ao enfatizar a importância da militância política, ele deixa claro que a adoção de uma concepção crítica do mundo por parte dos trabalhadores não pode ser concebida de forma a-histórica e abstrata, mas organicamente à participação nos movimentos que intentam a superação do capitalismo. Delineia-se, então, a idéia de que o engajamento dos indivíduos nos partidos, sindicatos e associações proletárias, ao contribuir de forma decisiva para a elaboração de sua identidade de classe, é um *moto-contínuo* de formação política.

A riqueza pedagógica desse processo se explicita quando Gramsci problematiza os altos índices de analfabetismo na Itália. Na época em que *La Città Futura* foi escrita, 1/3 da população era composta por analfabetos. Gramsci analisa a questão a partir de duas hipóteses relacionadas. Para ele, o fato de as pessoas circunscreverem suas vidas à paróquia e à família levam-nas a não sentir a necessidade de aprender a língua italiana, “já que para a vida paroquial e familiar basta o dialeto ...”(2004a, p.88). O aprendizado da língua não aparece como uma necessidade, “torna-se um suplício, uma imposição de prepotentes. (Op.cit, p.88)”. O trabalho de formação política do PSI, ao despertar o interesse dos trabalhadores acerca de sua realidade circundante e fazê-los se reconhecerem como sujeitos históricos, cumpria um papel educativo fundamental. Na análise de Gramsci, isto favoreceria mais a alfabetização do que todas as leis sobre o ensino obrigatório. E isto porque

A propaganda socialista desperta (...) o sentimento vivo de que não se é apenas indivíduo de um pequeno círculo de interesses imediatos (a paróquia e a família), mas cidadão de um mundo mais amplo, junto com outros cidadãos com os quais é preciso trocar idéias, esperanças, dores. (op.cit, 2004a, p.88).

Para Gramsci, a alfabetização dos trabalhadores podia ter um papel emancipatório, na medida em que, mediada por motivações que dessem sentido ao esforço necessário para aprender, possibilitasse o aprendizado da língua e uma atitude curiosa e crítica em face do mundo: “A cultura, a alfabetização, adquirem assim uma finalidade; e, enquanto essa finalidade viver nas consciências, o amor pelo saber se afirmará imperiosamente.” (Op.cit, p.88).

Ao vincular o projeto pedagógico de elevação intelectual das massas ao projeto revolucionário de transformação da sociedade de classes, Gramsci recupera a idéia marxiana segundo a qual o homem, ao transformar a sociedade em que está inserido, se transforma, se forma e se educa. Na afirmação marxiana: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.” (MARX, 1999, p.52).

Seguindo essa perspectiva de análise, argumentamos que as possibilidades de um trabalho de formação política são equacionadas em função dos interesses de classe e resolvidas como um problema de classe. Essas idéias nos permitem um balanço

preliminar. À luz dos fundadores do marxismo, temos a noção de que, à medida que os trabalhadores vão se organizando em associações, sindicatos e em partidos políticos, sua luta contra os capitalistas vai se fortalecendo; eles vão adquirindo consciência de sua força e, deste modo, vão se formando como classe antagônica ao capital. Para Gramsci, na medida em que a necessidade de desvelamento da estrutura funcional capitalista se transforma em estímulo para o desenvolvimento intelectual dos trabalhadores, a luta organizada contra o capital deixa de ser apenas econômico-política e passa a ser também uma luta cultural. Eis aqui uma das dimensões daquilo que Gramsci chamou de processo catártico: “A estrutura da força exterior que esmaga o homem, que o assimila e o torna passivo, se transforma em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova iniciativa.” (1975, p. 1244).

3.2 Sobre a participação da Itália na I Guerra Mundial

Como é sabido, a I Guerra Mundial (1914 -1918) foi desencadeada a partir das disputas imperialistas sobre colônias e mercados. Sua concretização histórica, longe de resolver os problemas ocasionados pelo desenvolvimento do capitalismo (necessidade de mercado consumidor), trouxe à tona suas contradições fundamentais (explicitação do papel do Estado como gestor dos interesses burgueses, corrida armamentista, intensificação da luta mundial por novos mercados, intensificação da exploração do trabalho mediante decretos governamentais que forçavam a militarização compulsória da força de trabalho etc). Em 1914, Gramsci diz: “o presente momento histórico é de indizível gravidade, suas conseqüências podem ser gravíssimas.”(2004a, p.46).

A Itália, que entrou na guerra em 1915, saiu dela politicamente arrasada. Fora a anexação de Trieste, Trentino e Ístria pelo tratado de *Saint-Germain*, não conseguiu mais nada. Do ponto de vista econômico, contudo, a guerra realizou uma verdadeira revolução industrial no País, pois: (i) possibilitou, pela exacerbação do protecionismo – uma das características centrais do *risorgimento*, a acumulação de capitais em condições monopólicas; (ii) ampliou a extração de mais-valia; (iii) forneceu condições propícias para os industriais ampliarem a estrutura básica da desigualdade e da exploração (DIAS, 2000, p.66). Na caracterização feita por Gramsci,

Quatro anos de guerra mudaram rapidamente o ambiente econômico e espiritual. Uma gigantesca mão-de-obra foi improvisada; a violência imanente às relações entre assalariados e empresários revelou-se de modo evidente e identificável até mesmo pelas mentes mais obtusas. E revelou-se

de modo não menos espetacular que esta violência tem como instrumento o Estado burguês, em todos os seus poderes e ordenamentos: desde o governo que tem como apêndices os comitês de mobilização, as delegacias de polícia, os carabinieri, os carcereiros, até o ordenamento judiciário que se presta às violações constitucionais promovidas pelos ministros democráticos, até o Parlamento eletivo que, com sua imensa covardia, permite que sejam violadas as liberdades mais elementares. O crescimento industrial adquiriu dimensões milagrosas por causa dessa violência de classe elevada a um nível extremo. (2004a, p.215).

As condições de coerção estatal da força de trabalho, respaldadas pelos decretos governamentais que possibilitavam a militarização da força de trabalho italiana, possibilitaram o surgimento de uma poderosa estrutura industrial. Com a classe operária sujeita a uma disciplina quase militar, a indústria deu um salto extraordinário. A transformação de Turim na capital industrial e operária da Itália decorre, fundamentalmente, deste fato. O desenvolvimento promovido pela guerra transformou o aparato produtivo, a estrutura social, a caracterização demográfica, bem como o aspecto urbanístico da cidade. Se a guerra foi exitosa para os industriais, para a maioria da população foi catastrófica: só nos primeiros seis meses de participação na guerra, a Itália perdeu 66 mil homens, deixou 190 mil feridos e teve 22 mil prisioneiros. Tais condições, contudo, possibilitaram o crescimento, sobretudo nas camadas proletárias, dos sentimentos de insatisfação com relação à participação da Itália na guerra.

Em 1917, a partir da difusão, em âmbito nacional, de notícias que falavam do esgotamento das tropas de combate, o descontentamento popular cresce e, a partir das primeiras informações provenientes da Rússia sobre a revolução de fevereiro, radicaliza-se. Em Turim, a falta gêneros de primeira necessidade, juntamente com o aumento do número de mendigos, órfãos e soldados mutilados, não tardou para originar uma situação social explosiva, com agitação das massas, sobretudo pela idéia amplamente difundida no seio da classe operária de “fazer como na Rússia” (DIAS, 2000, p.252).

Em agosto de 1917, a tensão social dá os primeiros sinais do que seria o clima revolucionário do pós-guerra. Naquele ano, por ocasião de uma visita dos delegados dos *soviets* de Moscou e Petrogrado à Itália, o PSI organizou grandes comícios e manifestações públicas contra a guerra. O grito entusiasmado das massas nas ruas de “Viva Lênin!” e a combatividade dos trabalhadores em greve parecem antecipar o clima

de entusiasmo e esperança revolucionários do *bienio rosso*. A guerra, seguramente, assinalava um momento histórico decisivo para o movimento operário italiano.

Em *Para uma Renovação do Partido Socialista*, artigo publicado em 1920, ao fazer uma pequena retrospectiva histórica desse período, Gramsci demonstra que seu partido não possuía uma linha política de ação clara, unitária e revolucionária com relação à guerra. Na época, o problema que dividia a Itália era saber qual seu posicionamento em face do conflito. No PSI, a questão oscilava entre duas perspectivas: de um lado, a resolução proposta pela direção do PSI e pelo grupo parlamentar de proclamar “neutralidade absoluta” para a Itália. Angelo Tasca, grande amigo de Gramsci neste período, sustentava a idéia de que o proletariado não tinha a capacidade de dominar os acontecimentos e que, portanto, a neutralidade era a única ação possível (GRAMSCI, 1980, p.15). Do outro lado, a tese de Benedito Mussolini, que abria a possibilidade de participação da Itália no conflito (GRAMSCI, 1980, p.14-15).

No periódico socialista *Il Grido del Popolo* do dia 31 de outubro de 1914, Gramsci intervém nesse debate com o “maldito” artigo *Neutralità attiva ed operante*. Com efeito, na opinião de Santucci, trata-se do primeiro texto político importante de Gramsci, “un texto (...) meditado que, desde las primeras líneas, denota una visión madura del socialismo y una firme autonomía de juicio frente a otras posiciones sobre el problema de la guerra.”(1996, p.38).

Nesse texto, Gramsci concordava com a idéia de que o PSI deveria defender a neutralidade com relação à Guerra, contudo, recusava o posicionamento defendido pela ala reformista, segundo a qual o proletariado italiano deveria se manter numa atitude de neutralidade absoluta. Os reformistas, assinala Gramsci, “gostariam que o proletariado assistisse aos eventos como espectador imparcial, deixando que tais eventos criem sua hora, ao passo que os adversários criam por si mesmos sua própria hora e preparam sua plataforma para a luta de classes.”(2004a, p.48).

Partindo do pressuposto de que o proletariado não poderia ficar alheio à tragicidade que o circundava, Gramsci atribuía ao PSI a tarefa de revelar às massas a idéia de que, no âmago daquele conflito, estava a luta de classes. Segundo Gramsci, os revolucionários não

(...) devem se contentar com a fórmula provisória da "neutralidade absoluta", mas devem transformá-la em outra, ou seja, "neutralidade ativa e operante". O que significa reempregar à vida da nação seu genuíno e estrito caráter de luta de classe, na medida em que a classe trabalhadora, obrigando a classe detentora do poder a assumir suas responsabilidades, obrigando-a a levar até o fim as premissas de onde extrai sua razão de existir, a pôr à prova a preparação através da qual buscou atingir o objetivo que se propunha, obriga-a (no nosso caso, na Itália) a reconhecer que fracassou completamente em sua meta, já que levou a nação, da qual se dizia a única representante, a um beco sem saída, do qual essa nação só pode escapar se abandonar à sua própria sorte todas as instituições que são diretamente responsáveis pelo seu tristíssimo atual estado de coisas. (GRAMSCI, 1980, p.12).

Gramsci considerava que, se as condições objetivas já estavam postas para o desenvolvimento de um período revolucionário, caberia então desenvolver um trabalho de formação política que auxiliasse o estabelecimento das condições subjetivas necessárias à práxis revolucionária. Para ele, a guerra fornecia uma lição prática de socialismo revolucionário, pois

... surgiu uma nova consciência, uma consciência de classe; e não só na fábrica, mas também na trincheira, que oferece muitas condições de vida semelhantes àquelas da fábrica. Essa consciência é elementar: ainda não foi formada pela conscientização doutrinária. É matéria bruta ainda não modelada. O artesão desta modelagem deve ser nossa doutrina. O movimento proletário deve absorver esta massa; deve discipliná-la, ajudá-la a se tornar consciente de seus próprios carecimentos materiais e espirituais; deve educar os indivíduos que a compõem no sentido de que se solidarizem entre si de modo permanente e orgânico; deve difundir nas consciências individuais a convicção firme, precisa, racionalmente adquirida, de que somente na organização política e econômica reside o caminho da salvação individual e social, (...) (2004a, p.215)

Nessa passagem, o eixo central da argumentação gramsciana aponta para a idéia de que, de modo contraditório, a guerra contribuiu para a formação de uma consciência de classe entre os trabalhadores e, assim sendo, o movimento revolucionário não poderia se furtar à tarefa de realizar um trabalho pedagógico capaz de complementar a ação revolucionária das massas. Gramsci parece deixar claro que a compreensão, por parte do proletariado, do estado de coisas ensejado pelo capitalismo era uma necessidade à concretização do quefazer revolucionário. Desta forma, era absolutamente fundamental que as massas compreendessem seu papel em face do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Eis por que as relações entre socialismo, educação e cultura são temáticas recorrentes nos textos jornalísticos de Gramsci durante a I Guerra.

3.3 Sobre o impacto da Revolução Russa na elaboração das idéias de Gramsci sobre formação política

A elaboração das idéias de Gramsci sobre formação política, expressas nos escritos de 1917, ganha densidade teórica com os acontecimentos iniciais da Revolução Russa e que vinham mobilizando toda a esquerda européia. O proletariado europeu vislumbrou na Revolução de 1917 um modelo historicamente realizado de uma sociedade capaz de liquidar a opressão e a miséria. Este, seguramente, transformou a psicologia da classe trabalhadora, injetou novo ânimo em seus partidos e sindicatos, abalou a burguesia mundial, bem como contribuiu, segundo os historiadores, de forma decisiva para o fim da I Guerra Mundial. Seus efeitos, portanto, são fundamentais para a elaboração do *corpus* teórico gramsciano. Ademais, e isso é de fundamental importância, a atuação dos bolcheviques contribuiu enormemente para corroborar a crítica gramsciana à interpretação mecanicista e positivista do pensamento de Marx.

Textos como *Notas sobre a Revolução Russa*, *Os maximalistas russos*, *O Relojoeiro*, *A Rússia é socialista*, *A situação política na Rússia* revelam a atenção de Gramsci sobre os primeiros acontecimentos revolucionários na Rússia. A análise desses escritos revela que, desde o início, Gramsci concebe a Revolução de 1917 como socialista, pois sua concretização histórica, pelo menos em sua primeira fase, foi baseada em um programa universal “capaz de mobilizar todas as consciências, e não na dominação da sociedade por uma minoria, dotada de programas particularistas.”(DIAS, 2000, p.81). Ressalte-se, todavia, que o vislumbre inicial de Gramsci não o impediu de manter uma posição crítica com relação ao seu desenvolvimento posterior, mormente no que diz respeito à fase stalinista.

Nos escritos de 1917, a análise mais original de Gramsci acerca da revolução bolchevique aparece no artigo *Revolução contra O Capital*. O polêmico título decorre do fato de que, na Rússia, paradoxalmente, *O Capital*, de Marx, era muito mais o livro dos burgueses do que dos proletários, pois sua utilização era invocada para demonstrar que a Revolução propugnada pelos bolcheviques não era possível. Para os reformistas russos (mencheviques), os problemas advindos da queda do czarismo deveriam ser resolvidos pela burguesia, pois esta criaria as condições de desenvolvimento das forças

produtivas, de modo a tornar possível, no futuro, a sociedade socialista. Nessa perspectiva, a revolução deveria ser adiada em nome de uma evolução histórica prevista pelas “leis científicas” que apontavam inexoravelmente para o socialismo (DIAS, 2000, p.83). Na crítica à interpretação dogmática e sectária do pensamento de Marx, Gramsci diz:

Marx previu o previsível. Não podia prever a guerra europeia, ou, melhor, não podia prever que essa guerra teria a duração e os efeitos que teve. Não podia prever que essa guerra, em três anos de indizíveis sofrimentos, de indizíveis misérias, criaria na Rússia a vontade coletiva popular que criou. (GRAMSCI, 2004c, p.157).

E, enfatizando o caráter de classe da Revolução Russa, destaca como os antagonismos entre os interesses do proletariado e da burguesia se constituem o motor da história,

é através da luta de classe cada vez mais intensa que as duas classes do mundo capitalista criam a história. O proletariado sente sua atual miséria, está em permanente estado de mal-estar e pressiona a burguesia para melhorar suas próprias condições. Luta, obriga a burguesia a melhorar a técnica da produção, a tornar a produção mais *útil para* que seja possível a satisfação de suas necessidades mais urgentes. É uma difícil corrida para o melhor, que acelera o ritmo da produção, que aumenta continuamente a soma dos bens que servirão à coletividade. E, nessa corrida, muitos caem, tornando mais urgente o desejo dos que restam; e a massa está sempre em sobressalto, passando cada vez mais de caos-povo a pensamento organizado, tornando-se cada vez mais consciente do próprio poder, da própria capacidade de assumir a responsabilidade social, de converter-se em árbitro do próprio destino. (Op.cit, p.157-168).

Em acordo com as idéias de Marx e Engels (1998b), em *O Manifesto Comunista*, Gramsci reconhece que o desenvolvimento da indústria possibilita não só o crescimento quantitativo do proletariado, mas também oferece condições históricas ideais para o reconhecimento dos trabalhadores como partícipes de uma mesma classe. Isto acontece porque as condições de vida a que os trabalhadores estão reduzidos levam-nos a se igualarem cada vez mais em torno de interesses e aspirações comuns.

Gramsci lembra que foram os efeitos nefastos advindos da participação da Rússia na guerra – produto histórico brutal da luta de classes – que serviram como elementos pré-revolucionários, na medida em que contribuíram para organizar a vontade coletiva do povo russo. A esse respeito, ressaltamos que, antes mesmo da entrada da Rússia na Guerra, as condições de vida do povo russo eram muito difíceis. A massa camponesa vivia sob um regime de escravidão pelos grandes senhores de terra e as

massas urbanas eram submetidas a uma intensa exploração da força de trabalho. A falta de alimentos provocada pela guerra piorou essas condições e levou grande parte da população à miséria e à morte.

Além das condições objetivas de miséria e penúria do povo russo, que foram decisivas para o desencadeamento da Revolução, Gramsci destaca a importância do trabalho de formação política desenvolvido pelos bolcheviques na organização e “homogeneização” ideológica da classe trabalhadora. Na sua compreensão, os bolcheviques deram um passo decisivo em direção à elevação cultural, espiritual e intelectual das massas a partir do momento em que se esforçaram para criar as condições subjetivas necessárias ao desenvolvimento da práxis revolucionária.

A pregação socialista criou a vontade social do povo russo. Por que deveria ele esperar que a história da Inglaterra se repetisse na Rússia, que na Rússia se formasse uma burguesia, que a luta de classes fosse criada para que nascesse a consciência de classe e, finalmente, a catástrofe do mundo capitalista? (GRAMSCI, 2004c, p.158).

Para além do economicismo da II Internacional, que estabelecia uma relação mecânica entre estrutura e superestrutura, Gramsci assinala que não são os

(...) fatos econômicos, brutos, mas o homem, a sociedade dos homens, dos homens que se aproximam uns dos outros, entendem-se entre si, desenvolvem através destes contatos (civilização) uma vontade social, coletiva, e compreendem os fatos econômicos, e os julgam, e os adequam à sua vontade, até que essa vontade se torne o motor da economia, a plasmadora da realidade objetiva, a qual vive, e se move, e adquire o caráter de matéria telúrica em ebulição, que pode ser dirigida para onde a vontade quiser, do modo como a vontade quiser. (GRAMSCI, 2004c, p.156)

A ênfase de Gramsci na importância de criação de uma vontade racional não arbitrária, como elemento fundamental à ação revolucionária, não significa, todavia, anulação da relação dialética entre estrutura (forças produtivas) e superestrutura (a política, a cultura etc.), mas demonstração de que o trabalho tenaz e cotidiano de formação política das massas assume papel importante naquilo que ele chamou, em *L'Ordine Nuovo*, de “preparação espiritual da revolução socialista”. Na análise gramsciana, o cuidado dos revolucionários no sentido de impedir a cristalização de uma concepção e de uma ação que se reduzisse à resolução dos problemas mais imediatos (fase econômico-corporativo) levou à formação de grupos de intelectuais que trabalhavam com as massas no sentido de formá-las politicamente. Nos textos sobre a Revolução Russa, Gramsci caracteriza-os como motores do processo revolucionário.

Mediante suas atividades, “a revolução não pára, não fecha o seu ciclo.” (2004a, p.104-105).

Para Gramsci, dar importância às ações pedagógicas junto às massas não enfraquece a noção de que a formação política proletária se realiza, fundamentalmente, na luta contra o capital. De fato, o desenvolvimento e a concretização dos eventos revolucionários de 1917 é que contribuíram para elevar a consciência política das massas. Ao transferir para a classe trabalhadora a direção do mecanismo governamental, a Revolução Russa deu às massas a consciência de sua força histórica. A originalidade da reflexão gramsciana reside em mostrar que, ao fazer com que todas as dimensões da vida se tornassem revolucionária (substituição de pensamentos, hábitos, valores e atitudes), ela não foi apenas um evento econômico-político, mas, também, cultural. Eis por que, para Gramsci, a revolução socialista deve ser compreendida em duas dimensões dialeticamente relacionadas: tanto como um movimento de força para instituir uma nova ordem social, quanto como um movimento radical de mudanças dos costumes, valores, hábitos e atitudes (SCHLESENER, 2005, p.35).

Os eventos ocorridos na Rússia demonstram praticamente a importância da formação política proletária como dimensão constitutiva indispensável na preparação e desenvolvimento da revolução socialista. Os desdobramentos iniciais da Revolução Russa fornecem um exemplo histórico fundamental para a idéia de que os trabalhadores se formam politicamente quando participam ativamente da luta em prol do socialismo e que tal fim pode e deve ser potencializado com ações formativas complementares.

Como procuramos evidenciar neste capítulo, mais do que um propagandista, Gramsci foi um observador atento a tudo o que acontecia ao seu redor. Nada lhe escapava: recorria sempre aos instrumentos das ciências humanas para interpretar os fatos e julgar as idéias. Seus “construtos” eram sempre norteados pelo “convencimento de que la teoría que no se puede traducir en actos es una abstracción inútil y que las acciones que no se fundamentan em la teoría son impulsos estériles.”(FIORI, 1968, p.122).

A leitura dos textos jornalísticos de Gramsci mostra-nos que seu estilo é eminentemente dialógico. Seus escritos são quase sempre direcionados a alguém.

Problematiza, critica, cria polêmicas, chama para o debate. De fato, é a partir da interlocução de Gramsci com os principais representantes das duas grandes tendências do PSI que podemos acompanhar o desenvolvimento de suas idéias produzidas antes do cárcere.

No que diz respeito às reflexões sobre formação política, dizemos, pois, que elas emergem a partir da inter-relação de fatores históricos e pessoais. No plano pessoal, a intensa atividade militante de Gramsci junto ao movimento operário italiano foi fundamental; e, no terreno histórico, os eventos que marcaram a Itália no período que vai do final do século XIX ao início do século XX, as quais foram decisivas para a emersão de Gramsci na problemática de formação política da classe trabalhadora conforme se pode constatar nos textos que abrem o período que vai de 1916 a 1920 .

4 – FORMAÇÃO POLÍTICA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE NO JOVEM GRAMSCI (1916 A 1920)

4.1 Introdução

Da constatação de lacunas, equívocos e distorções detectadas no trabalho de alguns estudiosos e divulgadores do pensamento de Gramsci, especialmente os pedagogos, apresentados e discutidos no segundo capítulo desta Dissertação, nosso objeto de estudo foi-se ampliando e ganhando densidade com o estudo dos escritos gramscianos anteriores ao cárcere, ou seja, do período correspondente aos anos de 1916 a 1920.

Embora sejam textos jornalísticos, como dirá Gramsci no cárcere, “destinados a morrerem no final de cada dia”, reconhecemos que eles prenunciam conceitos fundamentais de sua teoria revolucionária, quais sejam: hegemonia, intelectual orgânico e tradicional, bloco histórico etc. Ademais, faz-se necessário lembrar que a produção jornalística gramsciana neste período era formativa, isto é, do tipo que “não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas intenta criar e desenvolver estas necessidades e, portanto, suscitar, em certo sentido, o seu público e de estender progressivamente a área.”(GRAMSCI, 1975, p.2259). E mais, como o próprio Gramsci indica nos *Cadernos*, na análise do pensamento de um autor (ele fazia uma referência explícita à Marx), até os escritos mais secundários devem ser levados em consideração para a apreensão correta do desenvolvimento de suas idéias.

Neste trabalho, nos apoiamos na noção de que a compreensão do pensamento político-pedagógico de Gramsci não ocorre imediatamente, mas por mediações. E a primeira mediação para o equacionamento de suas idéias político-pedagógicas diz respeito à forma como se desenvolvem em seu pensamento a elaboração e a efetivação do projeto revolucionário de transformação da sociedade capitalista. A segunda mediação seria a compreensão do papel que o partido revolucionário assume nesse processo. Seguindo essa perspectiva de análise, o entendimento das idéias de Gramsci acerca do papel que a educação assume no fortalecimento da luta revolucionária da classe trabalhadora passa, necessariamente, pelo entendimento mais amplo de suas

proposições acerca da necessidade de elevação política, intelectual e cultural das massas, vale dizer, a partir dos entendimentos de Gramsci acerca da necessidade de formação e desenvolvimento de uma nova concepção de mundo (marxista) constituída mediante a realização de uma reforma intelectual e moral encetada pelo partido revolucionário; proposições estas que já se anunciam nos escritos pré-carcerários, como veremos neste capítulo.

4.2 O conceito de formação política nos textos gramscianos de 1916 a 1918

A burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria. (Marx e Engels, O Manifesto Comunista)

A análise preliminar dos escritos de Marx e Engels (1998, 2003, 2003b, 2004) aponta para a noção de que o conceito de formação política deve ser compreendido em dois sentidos dialeticamente relacionados, a saber: um lato e outro estrito. Em sentido largo, sua significação está relacionada às lutas do proletariado pela constituição do socialismo. Nesta perspectiva, a formação política proletária, que se realiza de forma orgânica à luta da classe trabalhadora contra o capital, busca auxiliar a concretização de uma práxis revolucionária voltada para a formação de um grau de consciência capaz de permitir uma iniciativa que, para além da consecução de interesses econômicos imediatos (aumento salarial, condições de trabalho, jornada de trabalho etc.) está dirigida para a totalidade das relações sociais, isto é, para a formação de um novo bloco-histórico. Este processo se inicia

Quando os trabalhadores descobrem que, quanto mais trabalham, mais produzem riquezas para os outros, quanto mais cresce a força produtiva de seu trabalho, mais precária se torna sua função de meio de expandir o capital; quando vêem que a intensidade da concorrência entre eles mesmos depende totalmente da pressão da superpopulação relativa; quando, por isso, procuram organizar uma ação conjunta dos empregados e desempregados através dos sindicatos etc., para destruir ou enfraquecer as conseqüências ruinosas daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe, então protestam em altos brados o capital e seu defensor, o economista político, contra a violação da “eterna” e, por assim dizer, “sacrossanta” lei da oferta e da procura. (Grifos nossos, MARX, 2003, p.744)

Conforme demonstrado por Marx em *A Sagrada Família*, todavia, a descoberta do antagonismo estrutural da sociabilidade burguesa não é um produto mecânico e fatalístico das contradições do capital; ela está mediatamente relacionada ao surgimento

e ao desenvolvimento das lutas da classe trabalhadora. De fato, a luta do proletariado contra a burguesia inicia-se com seu aparecimento histórico. Em *O Manifesto Comunista*, de 1848, Marx e Engels demonstraram que o surgimento da grande indústria aglomera num mesmo local trabalhadores que, no primeiro momento, além de não se conhecerem, competem entre si. A luta pela manutenção do salário, contudo, espécie de denominador comum, leva-os à resistência e à coalizão: “(...) com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela.”(MARX e ENGELS, 1998, p.47). A dominação do capital, portanto, cria para as massas não apenas uma situação comum de exploração e miséria, mas, e isso é absolutamente fundamental, interesses políticos comuns. Eis por que essas massas, em face do capital, formam uma classe, embora, no primeiro momento, ainda não seja *para si*, pois é na luta organizada contra sua lógica de reprodução que isto se realiza (MARX, 2001, p.151).

À necessidade de organismos que potencializem a luta dos trabalhadores contra o capital corresponde a necessidade de repensar a formação política por meio de ações pedagógicas desenvolvidas no interior dos partidos, sindicatos, movimentos e associações proletárias direcionadas para a elevação da consciência de classe das massas trabalhadoras (sentido estreito). Ressaltemos, todavia, que esta exigência não se impõe como justificativa para a idéia de que a revolução socialista depende do esclarecimento e da educação dos trabalhadores. Este trabalho pedagógico não é uma condição prévia para a ação revolucionária, contudo é condição necessária “para todo movimento cultural que pretende substituir o senso comum e a velha concepção do mundo em geral.” (1975, p.1392).

O tratamento teórico da relação entre condições objetivas e condições subjetivas necessárias ao movimento revolucionário feito por Gramsci afina-se com a terceira tese de Marx contra Feuerbach na qual estão presentes tanto a crítica à visão mecanicista, que apregoa a transformação do homem a partir de uma mudança nas circunstâncias como a óptica idealista dos jovens hegelianos, que viam na educação e na transformação das consciências o caminho para a transformação do homem e do mundo.

Gramsci critica esse tipo de dicotomia, fazendo, inclusive, uma autocrítica ao marxismo, afirmando que: “no mais recente desenvolvimento da filosofia da práxis, o

aprofundamento do conceito de unidade entre teoria e prática permaneceu ainda em fase inicial: subsiste ainda resíduos de mecanicismo ...”(1975, p.1386). Assim, à luz do pensamento clássico marxista, é válido dizer que a existência das condições objetivas isoladas não produz movimento revolucionário nem as condições subjetivas em si movem moinho. Segundo Gramsci, “não existe uma ‘realidade’ em si mesmo e por si mesmo, mas apenas em relação histórica com os homens que a modificam.”(GRAMSCI, 1986, p.34). “A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou autotransformação só pode ser interpretada e racionalmente compreendida como *prática revolucionária*” (MARX, 1987, p.32), vale dizer: é na luta do proletariado pela abolição das relações sociais de exploração (auto-emancipação operária) que se processa a unidade orgânica entre a autotransformação do homem e a transformação das circunstâncias.

A partir de sua militância junto ao movimento operário italiano no primeiro quarto do século XX, Gramsci desenvolve, amplia e enriquece as idéias de Marx e Engels sobre formação política. Sua produção bibliográfica neste período é marcada por uma variedade infinita de interesses. Para além de assuntos especificamente políticos, Gramsci revela uma abertura intelectual de amplo alcance. Só em 1916, são cerca de 600 artigos que tratam dos mais variados temas (economia, religião, pedagogia, artes, moral etc). De fundamental importância para a compreensão de suas idéias neste período é o texto *Socialismo e Cultura*, publicado no jornal socialista “*Il Grido del Popolo* no dia 29 de janeiro de 1916. Lido em conjunto com os escritos da época, percebe-se o esforço de Gramsci na elaboração dos princípios que serviriam de base para o processo de formação política dos trabalhadores. Na época em que foi redigido, o PSI retomava uma velha questão, qual seja, a importância do estudo, do saber e da cultura para a revolução. Em linhas gerais, a polêmica que se apresentava para Gramsci era: “A formação política, a cultura e o estudo são importantes para a luta da classe trabalhadora”?

A questão, aparentemente simples, se torna um divisor de águas no interior do PSI. De um lado, a tendência que era avessa à idéia de um trabalho formativo realizado por fora, destinado à elevação intelectual das massas; do outro, a que pleiteava a idéia de que os esforços empreendidos pelo partido deveriam convergir para o

desenvolvimento intelectual e cultural das massas. A primeira é expressa nas palavras de Maria Giudice, na época, redatora-chefe do periódico *Il grido del popolo* (PSI): “Estamos acostumbrados a leer menos en los libros de la teoria y a leer más en el libro de la vida... Sabemos que la masa actúa no como piensa y razona, sino como siente; cuando sentirá socialísticamente, sin tanta teoria, actuará en sentido socialista.” (apud FIORI, 1968, p.123).

Amadeo Bordiga (1889 – 1970), de modo análogo, sustentava que não se deve valorizar demais a necessidade do estudo, pois “no se hace uno socialista por la instrucción sino por lãs necesidades reales de la clase que se pertenece” (BORDIGA apud FIORI, 1966, p.123). Em sua compreensão, a escola nada mais é que “uma potente arma de conservação nas mãos da classe dominante”(apud DIAS, 2004, p.69). Por isso, defendia o argumento de que a juventude, em vez de perder tempo com os estudos e a escola, deveria “tomar parte ativa na vida das organizações de ofício, fazendo a mais intensa propaganda socialista entre os companheiros organizados; (...)” (BORDIGA apud DIAS, 2004, p.69).

Em contrapartida a esse posicionamento, que dava primazia à ação militante em detrimento de toda e qualquer forma de ação cultural, os reformistas propunham que a educação socialista deveria, antes de tudo, “elevar a alma e a mente da juventude proletária, com uma instrução genérica, literária”, capaz de “dar ao Partido militantes conscientes e seguros; (...)” (TASCA apud DIAS, 2004, p.70).

Gramsci, numa posição crítica ao unilateralismo, à época ainda incipiente, presente tanto nas formulações conservadoras do PSI, representadas nas idéias de Tasca, como no pseudo-radicalismo dos integrantes do movimento maximalista, liderado por Bordiga – ressaltamos, por quem Gramsci nutria alguma simpatia, não obstante ser contra o imobilismo e a fraseologia oca – esforça-se na feitura e difusão de um entendimento de cultura como síntese entre pensamento e ação revolucionária, concepção sobre a qual se concentrará nas suas reflexões sobre a importância de uma reforma intelectual e moral *na e para* a constituição da base do socialismo.

A idéia central de *Socialismo e Cultura* deixa claro que Gramsci reconhece a importância da cultura para a organização e para a luta dos trabalhadores. Explícita,

ainda, sua crítica à concepção de cultura segundo a qual o homem não é visto a não ser sob a forma de um recipiente a encher de dados empíricos e fatos desconexos, que “ele depois deverá arquivar em seu cérebro como nas colunas de um dicionário para poder em que cada ocasião concreta responder aos vários estímulos do mundo exterior.”(GRAMSCI, 1980, p.100). E prossegue, observando que essa concepção de cultura - enciclopédica, dogmática, abstrata e a-histórica - é prejudicial, sobretudo para a formação política do proletariado, pois serve apenas para criar pessoas que acreditam ser “superior ao restante da humanidade apenas porque armazenaram na memória certa quantidade de dados e datas que vomitam em cada ocasião para fazer quase que uma barreira entre si e os outros.” (op.cit, 1980, p.100).

Para além da concepção burguesa de cultura, que concebe os indivíduos como sujeitos passivos, bem como do conceito, também estreito, presente nas formulações dos dirigentes do movimento operário, Gramsci define cultura como (a) “exercício de pensamento, aquisição de idéias gerais, hábito para conectar causas e efeitos” (GRAMSCI, 2004b, p.155), bem como (b) “organização, disciplina do próprio eu interior, domínio da própria personalidade, conquista de consciência superior, compreensão do próprio valor histórico, da própria função na vida, dos próprios direitos e deveres.” (GRAMSCI, 1980, p.100 - 101). A inter-relação das duas citações expressa a riqueza da concepção gramsciana de cultura, que se traduz com o vínculo com o conceito de hegemonia; cultura como instrumento importante da classe trabalhadora na constituição de sua identidade de classe.

Grosso modo, podemos dizer que Gramsci traz à tona uma noção de cultura como formação da personalidade que se faz e se potencializa a partir da auto-reflexão coletiva, do trabalho de crítica e do desenvolvimento do pensamento reflexivo. Para o proletariado, formar uma personalidade significa desenvolver uma consciência de classe, distinguir-se da classe antagônica; ter consciência de seu devir histórico e dos objetivos a serem alcançados com a luta revolucionária; adquirir a noção exata do próprio poder e dos meios para expressá-lo na ação política contra a burguesia; constituir cotidianamente uma vida política independente da classe antagônica. Eis por que a cultura é importante para a formação da consciência política dos trabalhadores.

Acompanhando os escritos que vão de 1916 a 1918, percebemos que Gramsci analisa o papel da formação política no desenvolvimento da consciência de classe sob vários ângulos. Seu posicionamento em face da Revolução Francesa, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento e ao delineamento da consciência de classe da burguesia, permite-nos apreender um desses ângulos. Para Gramsci, “pouco a pouco, de estrato em estrato, a humanidade adquire consciência do próprio valor e conquista o direito de viver independentemente dos esquemas e dos direitos de minorias que se afirmaram no momento histórico anterior.” (GRAMSCI, 1980, p.101). Sobre a revolução de 1789, ele nos lembra que a burguesia abateu os inúmeros privilégios feudais, afirmando os direitos do indivíduo à liberdade e à iniciativa individual. O desenvolvimento das forças produtivas, juntamente com sua luta contra o antigo regime, favoreceu o delineamento de sua consciência de classe e possibilitou a emersão de seu dever e de sua missão histórica. Eis porque ela “já conhece necessariamente a si mesma, tem consciência, ainda que confusa e fragmentária, de seu poder e de sua missão.” (GRAMSCI, 2004c, p.168).

A ênfase de Gramsci no reconhecimento da unidade de teoria e prática com um dever histórico mostra-nos que a formação política dos indivíduos está intimamente relacionada à formação de sua identidade de classe “obtida através da luta de ‘hegemonias’ políticas de direção contrastantes...” (1986, p.21). Destarte, esta expressão evidencia a filiação de Gramsci ao pensamento marxista original, isto é, em acordo com a idéia de Marx e Engels, em *O Manifesto Comunista*, segundo a qual os trabalhadores se formam politicamente quando lutam contra as condições de alienação em que estão inseridos, bem como quando se reconhecem como membros integrantes de uma mesma classe, isto é, com necessidades, intentos e aspirações comuns. Além disso, em Gramsci resta claro que esse processo constitutivo acontece no ato histórico de síntese dialética entre objetividade e subjetividade.

Delineia-se para o jovem Gramsci a idéia de que a gestação e a efetivação da consciência de classe dos trabalhadores não se realiza unilateralmente a partir da agudeza das contradições produzidas pelo capitalismo, ou pelas determinações da vontade revolucionária, mas na conjugação orgânica entre a reflexão acerca das

condições aviltantes de exploração e alienação e a luta para abolição dessas relações.

Em suas palavras,

(...) essa consciência se forma não sob a pressão brutal das necessidades fisiológicas, mas através da reflexão inteligente (primeiro de alguns e depois de toda uma classe) sobre as razões de certos fatos e sobre os meios para convertê-los, de ocasião de vassalagem, em bandeira de rebelião e de reconstrução social. (GRAMSCI, 1980, p.101).

Nessa passagem, retirada de suas reflexões críticas sobre a deformação da II Internacional, que, na época, transformava o marxismo na ciência das leis objetivas que apontava, escatologicamente, para o comunismo, Gramsci recupera a importância da práxis humana na construção histórica, ao reaver o papel da subjetividade na constituição das condições necessárias à revolução socialista, e não só, também a idéia de que a história é regida por leis naturais e eternas que se realizam fora da vontade dos homens. Para Gramsci, ao contrário, “é através da crítica à civilização capitalista que se forma ou se está formando a consciência unitária do proletariado: e crítica quer dizer cultura, e não evolução espontânea e natural.” (1980, p. 102).

O homem, diz ele, diferentemente da natureza, é marcado, *no e pelo* trabalho, pela capacidade de transformação, de criação histórica. “Se não fosse assim, seria impossível explicar por que, tendo sempre existido explorados e exploradores, o socialismo ainda não se realizou.” (GRAMSCI, 1980, p.101). Gramsci assinala a possibilidade de transformação revolucionária da realidade porque reconhece que esta realidade é produzida historicamente pelos homens; ou seja, se, *no e pelo* trabalho, o homem muda e transforma a natureza a fim de adaptá-la para atendimento de suas necessidades materiais, a partir de sua atividade prático-revolucionária, ele também pode transformar a realidade humano-social, pois, diferentemente da natureza, ele mesmo produz essa realidade. Eis por que o trabalho de elevação cultural das massas, ao criar condições para o auto-reconhecimento dos trabalhadores como indivíduos históricos, poderia contribuir para a transformação da sociedade capitalista.

Num interessante paralelo entre a Revolução Francesa e a Revolução Socialista, por exemplo, Gramsci destaca a importância da ação cultural na formação das condições subjetivas necessárias à práxis revolucionária. Na sua compreensão, não se pode compreender a força e a solidez da Revolução Francesa sem se considerar o período cultural que a antecedeu (o Iluminismo). O Iluminismo

... não foi apenas um fenômeno de intelectualismo pedante e árido, similar ao que vemos diante dos nossos olhos e que encontra a sua maior manifestação nas universidades populares de ínfima ordem. Foi ele mesmo uma magnífica revolução, mediante a qual (...) formou-se uma internacional espiritual burguesa, sensível em todos os seus elementos às dores e às desgraças comuns, e que foi a melhor preparação para a sangrenta revolta que depois teve lugar na França. (...) As baionetas dos exércitos de Napoleão encontravam o caminho já preparado por um exército invisível de livros, de opúsculos, que vinham de Paris como enxames desde a primeira metade do século XVIII e que haviam preparado homens e instituições para a necessária renovação. Mais tarde, quando os fatos da França solidificaram as consciências, bastou um movimento popular em Paris para suscitar outros similares em Milão, em Viena e nos centros menores. (GRAMSCI, 1980, p.101 -102).

Para Gramsci, somente aos olhos de certo marxismo evolucionista e determinista, os fatores culturais podem parecer desprezíveis. E mais: a ênfase no determinismo e a minimização da subjetividade na constituição histórica transformam a doutrina de Marx na “doutrina da inércia do proletariado”(GRAMSCI, 2004a, p.131), posição esta na qual a importância da ofensiva proletária contra os abusos do capital é subtraída em favor de uma lógica positivista imobilista, que dá como certos o fim do capitalismo e o surgimento do socialismo.

Contrapondo-se a essa visão “mecânica de fatalismo positivista” relativamente ao surgimento do socialismo, Gramsci faz questão de deixar claro que as indicações basilares do marxismo são importantes instrumentos de compreensão da realidade e não “uma hipoteca sobre o presente e o futuro.”(2004a, p.132 – 133). Enquanto o mecanicismo dos socialistas positivistas conduz a uma cisão na unidade entre objetividade e subjetividade, Gramsci, pelo contrário, sustenta que “o homem e a realidade, o instrumento de trabalho e a vontade, não são separados entre si, mas se identificam no *ato histórico*.”(Grifos do autor, 2004a, p.132-133). Para além do economicismo da II Internacional, que concebia a relação entre estrutura e superestrutura de forma mecânica e unilateral, e afinado com o pensamento de Marx, Gramsci retoma a reflexão acerca da necessária unidade do ato histórico entre objetividade e subjetividade.

4.3 O papel dos instrumentos de luta da classe trabalhadora na formação política das massas

O setor mais culto da classe operária compreende que o futuro de sua classe e, portanto, da humanidade, depende da formação da classe operária que há de vir. Karl Marx, Instruções aos delegados do conselho central provisório, AIT, 1868.

A Revolução de 1789 e a Revolução de 1917 consolidam em Gramsci a noção de que os indivíduos se formam politicamente, ao lutarem em prol de um novo ordenamento econômico-político. E sua inserção como militante comunista no movimento operário turinense leva-o ao reconhecimento de que os partidos, sindicatos, institutos de cultura e associações proletárias, ao se colocarem como agentes responsáveis pelo desvelamento dos mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista, desempenhariam um papel importante na formação política das massas, particularmente no que diz respeito à formação de uma subjetividade rica, atuante e classista.

Turim era a cidade mais desenvolvida da Itália. No primeiro quarto do século XX, foi palco de incontáveis greves e lutas operárias. De um lado, possuía a indústria mais avançada do País; por outro, uma massa proletária desenvolvida, forte e combativa. Gramsci (2004, p.387) a considerava “a Petrogrado da revolução proletária italiana” e tinha seu proletariado como “o dirigente espiritual das massas operárias italianas”. Não obstante, porém, o alto grau de desenvolvimento de suas atividades políticas e econômicas, o que se expressava mediante a constituição de uma individualidade de classe bem diferenciada, Gramsci apregoa a necessidade de um organismo formativo para o fortalecimento de suas lutas:

Na complexa vida do movimento proletário falta um órgão, sentimos que falta um órgão. Deveria existir, paralelamente ao jornal, às organizações econômicas, ao partido político, um órgão de controle, desinteressado, que fosse o fermento perene de vida nova, de análise nova, que favorecesse, aprofundasse e coordenasse as discussões, fora de todas as contingências políticas e econômicas. (1976a, p.170).

E prossegue avaliando as implicações da ausência desse órgão para a dinâmica dos debates e encaminhamentos no interior do movimento operário organizado:

Uma das maiores lacunas de nossa atividade é precisamente esta: sempre discutimos os problemas e estabelecemos as diretrizes de nossa ação somente diante de casos concretos. Coagidos assim pela urgência, damos aos problemas soluções apressadas, no sentido de que nem todos os que participam do movimento assimilaram as questões em seus termos exatos e, portanto, mesmo que venham a seguir a diretriz estabelecida, o farão mais

por espírito de disciplina e pela confiança que depositam nos dirigentes do que por convicção íntima, por espontaneidade racional. (2004a, p.123-124).

Partindo do pressuposto de que o socialismo deve ser edificado cotidianamente, mediante a participação efetiva dos trabalhadores na escolha dos objetivos a serem alcançados e não somente após a tomada do poder com a instauração da ditadura do proletariado, Gramsci se tornou um “propagandista” da idéia de que o trabalho de formação política promovido pelo partido deveria favorecer a discussão livre e exaustiva de todos os problemas, de modo a contribuir para o amadurecimento das convicções necessárias à ação revolucionária. Para ele,

O movimento socialista se desenvolve, agrupa multidões formadas por indivíduos que estão preparados em diferentes graus para a ação consciente, para a convivência social no futuro regime. (...) socialismo é organização, e organização não só política e econômica, mas também e sobretudo de saber e de vontade, obtida através da atividade cultural. (GRAMSCI, 2004a, p.212-213).

Nessa passagem, Gramsci revela que, embora a formação política dos trabalhadores ocorra de forma orgânica à luta contra o capital, o trabalho tenaz e cotidiano de elevação política das massas contribui sobremaneira para o fortalecimento da ação revolucionária. Esse trabalho pedagógico é concebido a partir da análise de organismos que, oriundos do mundo do trabalho, são potencialmente formativos. De fato, Gramsci constata que a vida social da classe trabalhadora é rica em instituições que se articulam em múltiplas atividades formativas (associações de cultura, institutos de cultura popular, escolas de partido, jornais operários, clubes culturais etc). Para ele, o grande desafio era fazer com que essas instituições desenvolvessem ações formativas direcionadas para a elevação da consciência de classe dos trabalhadores, de modo a prepará-los para enfrentar sua missão histórica, que é a formação do socialismo.

Tomando, por exemplo, o papel da imprensa operária na formação política dos trabalhadores, Gramsci considerava que o jornal operário cumpre papel educativo importante na formação da consciência de classe dos trabalhadores, na medida em que contribui para sua unidade e organização. Em um artigo publicado no dia 8 de junho de 1916 (*Labirinto*), Gramsci chama atenção para as possibilidades da imprensa operária no fortalecimento da luta sindical. A idéia central levantada é a de que a organização sindical, encerrada em si mesma, “é um obstáculo à construção do socialismo, e não é

de jeito nenhum um propulsor do progresso.”(1980, p.352). Em vez de unir e manter coesos os trabalhadores, a ação atomística dos sindicatos “pulveriza as forças proletárias.”(GRAMSCI,1980, p.352). Eis por que as organizações sindicais deveriam ser integradas e complementadas com órgãos educativo-culturais que elevassem a consciência política das massas.

Gramsci sustenta a posição de que a greve, por promover a união, a organização e a coesão dos trabalhadores, é um momento profícuo de formação política, no entanto ela não pode existir permanentemente. É exatamente neste ponto que emerge o papel do jornal operário como a “voz do partido que cada dia ligará novos espíritos, novas energias.” (1980, p.353). A exposição e o confronto de idéias promovidas pelo jornal operário seriam instrumentos educativos importantes porque contribuiriam para a criação de um elemento absolutamente fundamental à formação política do proletariado: o hábito intelectual das massas operárias. Essa idéia, originada em 1916, ganhará força prática e expressão três anos mais tarde, a partir da célebre experiência de formação política proletária do jornal *L'Ordine Nuovo*.

Em 1917, Pellegrino, militante socialista, propõe a criação de uma “Associação de Cultura” entre os operários turineses. Tal associação deveria ser um local que despertasse o interesse dos trabalhadores pelo movimento político, de modo a contribuir para o amadurecimento das convicções necessárias à ação revolucionária. Gramsci acolhe a proposta com simpatia e pormenoriza-a no artigo “*Per una associazione di cultura*”, destacando uma condição fundamental às associações culturais proletárias: “deve possuir objetivos de classe e limites de classe”. Note-se que Gramsci faz questão de deixar claro que o trabalho de formação política necessário à revolução deve ser elaborado a partir dos organismos que o proletariado já constituiu em defesa de seus interesses.

De modo geral, Gramsci atribuiu aos institutos de cultura proletária um papel fundamental na elaboração do que chama de uma “convicção firme e generalizada” no proletariado a respeito dos fins a serem alcançados com a revolução socialista. Na sua compreensão, é exatamente pela ausência dessa convicção que em momentos históricos decisivos acontecem deserções, vacilações, rixas internas e questões pessoais. ” (2004a, p.124). A seu ver, é na discussão e no debate amplo dos problemas desenvolvidos por

meio de um trabalho tenaz e cotidiano que se fortalece a ação revolucionária. De modo mais específico, ele apresenta duas funções básicas para estes institutos de cultura proletária. A primeira é combater a “mentalidade dogmática e intolerante criada no povo italiano pela educação católica e jesuítica.” (P.125). Opor-se a esse tipo de influência era absolutamente fundamental à constituição do projeto revolucionário. Daí o papel das associações na contraposição dessa idéia e preparo de uma nova concepção de mundo capaz de renovar a mentalidade italiana.

A segunda é contribuir para enfrentar a situação concreta de paralisia dos intelectuais. “Os intelectuais representam um peso morto em nosso movimento, já que não têm uma tarefa específica, adequada à sua capacidade. Essa tarefa seria assim encontrada, seria posto à prova o seu intelectualismo, a capacidade de manifestarem sua inteligência.” (GRAMSCI, 2004a, p.124-125). Temos aqui, ainda que expressa de forma enunciativa, a gênese da reflexão carcerária acerca do papel que os intelectuais assumem na concretização do quefazer revolucionário.

As idéias levantadas em *Per un’associazione di cultura* complementam-se com outros dois artigos do período, a saber: *Filantropia, buona volontà e organizzazione* (*Avanti!*, 24 de dezembro de 1917) e *Cultura e lotta di classe* (I Grido del Pqopolo, 25 de maio de 1918). Nestes textos, Gramsci exprime a proposta de que a formação política dos trabalhadores fosse desenvolvida de modo que todos aprendessem a desenvolver uma atividade de discussão e reflexão: “Não é a conferência que se deve importar, mas o trabalho minucioso de discussão e de investigação dos problemas, no qual todos participam, todos dão sua contribuição, todos são contemporaneamente mestres e discípulos.” (GRAMSCI, 2004c, p.156). Manifesta-se aqui, claramente, a preocupação de Gramsci com o desenvolvimento do pensamento reflexivo, crítico e dialógico.

Temos a idéia de que, ao discutir os problemas econômicos, políticos, éticos e filosóficos, os socialistas contribuiriam para suscitar um novo hábito – mais livre, crítico e politizado; contribuiriam, enfim, para elevar a consciência política das massas; ou seja, para Gramsci, mais do que observar passivamente a realidade, impõe-se tentar compreendê-la para, desta forma, intervir de forma mais conseqüente na luta política. Note-se que, na perspectiva pedagógica defendida por Gramsci, o trabalhador não só é

convidado a manter uma postura ativa durante as formações, como também é estimulado a contribuir com os saberes advindos de suas práticas de classe.

E, com relação ao grau de dificuldade dos textos a serem utilizados nas formações, Gramsci diz:

(...) o tom dos escritos e da propaganda deve, todavia, ser um tanto mais superior a esta média [referência aos operários culturalmente mais elevados] a fim de que haja um estímulo ao progresso intelectual, a fim de que ao menos certo número de trabalhadores saia do indistinto e genérico remastigar de opúsculos e consolide em seu espírito uma visão crítica e superior da história e do mundo em que vive e luta. (2004c, p.170)

A orientação teórico-metodológica apresentada aponta para a idéia de que não se deve subestimar a inteligência e a capacidade dos trabalhadores. Os textos deveriam ser selecionados de modo a fazer com que os trabalhadores superassem o senso comum e alcançassem as determinações fundamentais do real, seu movimento contraditório e seu devir histórico. Eles, por isso, deveriam servir de estímulo para o desenvolvimento intelectual dos trabalhadores. É importante ressaltar que, ao mesmo tempo em que Gramsci teorizava acerca da necessidade de complementar a ação econômico-política do proletariado com ações culturais formativas, ele formava grupos que buscavam a consecução desse propósito. Em 1918, juntamente com os jovens socialistas Carlos Bocardo, Attilio Carena e Andrea Viglongo, ele funda o *Clube de vida moral*, uma pequena mas estimulante tentativa de dar vida a uma escola de formação política. Sobre essa iniciativa, diz Gramsci:

Em Turim, cremos que não seja suficiente a pregação verbal dos princípios e das máximas morais que deverão necessariamente se instaurar com o advento da civilização socialista. Buscamos organizar essa pregação: dar exemplos novos, para a Itália, de associativismo. (2004a, p.145-146).

O objetivo maior do clube era habituar os jovens militantes socialistas à discussão desinteressada dos problemas econômicos, éticos e sociais enfrentados pelo movimento operário turinense. A proposta pedagógica tinha como objetivo fundamental levar os jovens a pensar, a raciocinar. A cultura, para além de um amontoado de fatos e conceitos abstratos, emergia como estímulo para o desenvolvimento do pensamento: “queremos fazer com que se habituem à pesquisa, à leitura feita com disciplina e método, à exposição simples e serena de suas convicções.” (GRAMSCI; 2004a, p.146).

Na carta enviada ao pedagogo Giuseppe Lombardo Radice (março de 1918), Gramsci descreve detalhadamente o funcionamento metodológico do grupo:

O jovem lê, faz um esquema, e depois, numa sessão coletiva, expõe aos presentes os resultados de suas pesquisas e de suas reflexões. Um dos presentes, caso se tenha preparado, ou eu mesmo, apresentamos objeções, sugerimos soluções diversas, ampliamos a abrangência de um conceito ou de um raciocínio. Abre-se assim uma discussão, que buscamos não encerrar até que todos os presentes tenham sido postos em condições de compreender e de assimilar os resultados do trabalho em comum. (Op.cit, p.145-146).

A ênfase de Gramsci na elaboração de trabalhos de formação política reforça a idéia de que o processo revolucionário não se reduz às dimensões econômicas e políticas, mas entrelaça-se à realização de trabalhos educativo-culturais capazes de sedimentar a consciência de classe dos trabalhadores. Arriscamos dizer que a experiência do *Clube de Vida Moral* prenuncia a importante experiência de formação política dos operários turinenses: *L'Ordine Nuovo*.

4.4 A experiência de formação política do jornal de propaganda socialista *L'Ordine Nuovo* e dos conselhos de fábrica de Turim (1919 – 1920)

É sempre na relação imediata entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto (...) onde há que se buscar o segredo mais profundo, e o fundamento oculto de todo edifício social, em uma palavra, a base da forma específica que reveste o Estado em um dado período. (Karl Marx, O Capital).

É evidente que hoje o que é preciso é um renascimento dos Sovietes, o sistema da democracia operária. Györg Lukács (Afirmção feita pouco antes de sua morte).

O fim da I Guerra provocou uma crise profunda na economia mundial. Segundo Hobsbawm (1995, p.43), “em meados da década de 1920, nos quais se pareceu ter deixado para trás a guerra e a perturbação pós-guerra, a economia mundial mergulhou na maior e mais dramática crise que conhecera desde a Revolução Industrial”. Para a Itália, assim como para a maioria dos países europeus que participaram diretamente do conflito, o custo humano da guerra foi brutal: 680 mil mortos; 680 mil prisioneiros;

mais de um milhão de feridos; 500 mil mutilados e 600 mil mortos pela gripe espanhola (DIAS, 2000, p.255).

Em Turim, o fim da guerra é concebido de forma preocupante, mormente no que diz respeito ao futuro de amplas massas da população (desemprego, fome, doenças, intensificação da exploração do trabalho etc). Os problemas sociais são ocasionados, principalmente, pelo aumento exorbitante dos preços relativos aos gêneros de primeira necessidade. Entre abril e julho de 1919, por exemplo, os inscritos nas listas de auxílio governamental saltam de aproximadamente de 1.700 a quase 14.000. Somado a isso, surgem dificuldades próprias de uma cidade que conheceu um extraordinário desenvolvimento em razão da atividade econômica bélica. Antes da guerra, a Itália era um país economicamente atrasado.

Segundo Duarte (1976), o crescimento em direção à era imperialista inicia-se no princípio do século XX

(...) com a classe operária sujeita a uma disciplina quase militar, estabelecem-se então os grandes monopólios, a dominação dos bancos, os lucros fabulosos, a especulação, as fusões, a redução drástica das pequenas empresas, o aumento espetacular da produção (9 000 veículos automóveis em 1914, 20 000 em 1918) do capital das grandes empresas (152% na indústria metalúrgica), da mão de obra empregada (na FIAT, e 7.000 para 30.000 operários). (p.8).

Com o fim da guerra, surge o problema da “reconversão”, isto é, o da necessidade de transformação dos setores bélicos em setores produtivos de outra natureza. Eis aqui o aparecimento de um grave problema: as indústrias que não conseguiam operar tal mudança eram inevitavelmente levadas à falência. A ameaça das falências, somada ao aumento contínuo do custo de vida, não tardou para ocasionar uma situação explosiva na Itália, sobretudo nas cidades mais desenvolvidas (Turim, Milão e Gênova). A radicalização popular, operada primeira pela guerra e depois pela crise, vai refletir-se “não só no crescimento das organizações tradicionais da classe trabalhadora, os partidos e os sindicatos, onde as massas afluíram aos milhares, como igualmente na irrupção da luta de classes em formas quer mais violentas, quer mais avançadas.”(DUARTE, 1976, p.9). De fato, as contradições do pós-guerra ensejaram conflitos que se manifestaram de modo evidente e contínuo ao longo de todo o primeiro

biênio (1919 – 1920); um biênio que em Turim, mais do que nas outras cidades, será marcado pelo acirramento da luta de classes (*bienio rosso*).

Embora as contradições do pós-guerra fornecessem condições propícias para a tomada do poder, Gramsci ressaltava a idéia de que os revolucionários não deveriam ceder à tentação de destruir por destruir, provocar a desordem pela desordem. Tratava-se, pelo contrário, da elaboração duma nova ordem, fundada, sobretudo, pela: (i) expulsão do capitalista da fábrica, (ii) pelo incremento da produção autogestionária operária, (iii) bem como pelo esforço de realizar um trabalho educativo-cultural capaz de elevar a consciência de classe do movimento operário italiano (GRAMSCI, 20004c, p. 201 – 226).

Nesse contexto, a atuação de Gramsci no seio do PSI se voltará para a preparação e organização das massas operárias para a revolução. A partir de 1919, suas atividades em torno dos processos de promoção cultural e formação política se intensificam. Destaque-se, em especial, a experiência formativa do jornal de orientação comunista *L'Ordine Nuovo*. Desde suas primeiras publicações, é o porta voz da idéia gramsciana segundo a qual a revolução comunista, para além de um ato meramente insurrecional, é um processo complexo em cuja base deve existir o esforço por parte dos trabalhadores de elaborarem uma consciência de classe fortalecida pela preparação cultural. Não é casual o fato de que no primeiro volume, de 1919, logo no cabeçalho, Gramsci atribua ao proletariado o esforço voltado para a necessidade de instruir-se, para a necessidade da batalha das idéias, do trabalho pedagógico e cultural: “Instruí-vos porque teremos necessidade de toda a vossa inteligência. Agitai-vos porque teremos necessidade de todo o vosso entusiasmo. Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força”.

Ao fim da segunda metade de 1919, *L'Ordine Nuovo* se caracterizará como órgão educativo-cultural do movimento dos conselhos de fábrica. A atividade desenvolvida pelo jornal demonstra a tese de que os trabalhos de formação política contribuem para o processo de elevação da consciência de classe dos trabalhadores, na medida em que correspondem às necessidades postas pelo movimento operário, isto é, quando são capazes de concretizar uma aspiração já latente na consciência das massas trabalhadoras. Segundo o relato de Vincenzo Bianco, operário que participou da

ocupação das fábricas no biênio 1919/1920, *L'Ordine Nuovo* fazia sucesso entre os trabalhadores porque era um jornal dirigido aos operários e falava de coisas que lhes interessavam: “era um jornal diferente dos outros, tratava problemas que os outros periódicos não tratavam e vinha ao encontro de nossas necessidades de estudar.”(Apud D’ORSI, 2004, p.71). De fato, a idéia de Gramsci era a de auxiliar os operários a crescerem e a apropriarem-se de instrumentos intelectuais, sem menosprezar, todavia, a constatação de que eles aprendem a partir de suas experiências e lutas cotidianas.

A importância do trabalho de formação política de *L'Ordine Nuovo*, segundo avalia o próprio Gramsci (2004c, p.204), é o de ter conseguido escutar as vozes do mundo do trabalho e de saber interpretá-las de acordo com as necessidades mais prementes do movimento operário. Em suas palavras,

Os operários amam *L'Ordine Nuovo* (e podemos afirmar isso com íntima satisfação). E por que os operários amam *L'Ordine Nuovo*? Porque, nos artigos do jornal, encontraram uma parte deles mesmos, a melhor parte deles mesmos. Porque sentiam que, nos artigos de *L'Ordine Nuovo*, estava presente a mesma indagação que eles se faziam: "Como podemos nos tornar livres? Como podemos nos tornar nós mesmos?" (2004a, p.404).

Ao resumir a linha editorial do jornal, Gramsci deixa claro que: “A constituição do Estado Operário deve fundar-se na fábrica, deve fundar-se na organização operária de fábrica de modo que o poder industrial, que hoje pertence aos proprietários privados, possa se transferir para outras mãos.” (2004c, p.204). Nesse período, como veremos mais adiante, a argumentação gramsciana aponta para a defesa de um ordenamento econômico-político que articule a justiça autêntica com a eficiência produtiva, a democracia com o autogoverno dos produtores.

É bem verdade que, após um ano da fundação do jornal, Gramsci traçará um balanço crítico que reduz sua primeira semana de publicação ao produto de um medíocre intelectualismo animado apenas pela boa vontade e por vagos propósitos. Em sua crítica perguntava-se: “Quem éramos? Quem representávamos? De que nova palavra éramos portadores?” Como o próprio Gramsci reconhecerá mais tarde, contudo, *L'Ordine Nuovo* se transformará no motor do movimento dos conselhos de fábrica; uma arma política e ideológica que tinha o propósito de fazer o proletariado adquirir, na prática revolucionária, uma consciência de classe dirigente. No sétimo número de *L'Ordine Nuovo*, no célebre artigo *Democrazia Operaia*, Gramsci apresenta, de forma

explícita, a problemática central do jornal: “Como ligar o presente ao futuro, satisfazendo as urgentes necessidades do presente e trabalhando utilmente para criar e “antecipar” o futuro?” (2004c, p.190).

A essa pergunta, Gramsci responde mostrando que as comissões internas de fábrica são “órgãos de democracia operária que ocorre libertar das limitações impostas pelos empresários, aos quais ocorre infundir vida nova e energia. (2004c, p.191)”. Elas “deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substitui o capitalismo em todas as suas funções úteis, de direção e de administração. (ID.IBIDEM, p.191)”. Conforme apresentado por Dias (2004b), as comissões internas eram comitês representativos dos operários dentro da fábrica. Criadas em 1906, elas se afirmaram como organismos capazes de exprimir os interesses imediatos dos operários italianos no próprio local de trabalho (normas disciplinares, horários, qualificações etc.). Com o passar do tempo e o desenvolvimento de suas atividades, sua ação política não demorou a produzir conflitos, seja com os empresários seja com os sindicalistas. Ressaltemos, portanto, que, antes mesmo de Gramsci e *L'Ordine Nuovo* começarem a estudar o problema das comissões internas, estas são já uma instituição há muito tempo reivindicada pelos operários.

A grande novidade apresentada por Gramsci em *Democrazia Operaia* reside justamente na colocação do problema das comissões internas como futuros órgãos do poder proletário na formação de uma democracia operária. Integradas com organizações camponesas, elas poderiam vir a funcionar como uma grande escola de formação política das massas, pois

(...) daria uma forma e uma disciplina permanentes às massas, (...) habituando-as à tenacidade e à perseverança, habituando-as a considerarem-se como um exército em campo que tem necessidade de uma firme coesão se não quer ser destruído e reduzido à escravidão. (GRAMSCI, 2004c, p.192)

Na fábrica, Antonio Gramsci vê o germe do Estado proletário, o núcleo da nova civilização de produtores a ser construída com a revolução comunista. Atento à configuração da luta de classes em Turim, no biênio 1919/1920, ele percebe que as oficinas com suas comissões internas, os círculos socialistas, as comunidades camponesas e os comitês de bairro são germens de vida proletária. Para ele, a questão central era fazer com que estas instituições crescessem, se desenvolvessem e amadurecessem de modo que se tornassem órgãos de um verdadeiro contrapoder. O

desenvolvimento dessas instituições, organicamente vinculado ao projeto revolucionário de constituição do Estado socialista, daria vida a uma autêntica experiência de auto-governo das classes proletárias. Na descrição feita por Gramsci

Um vasto campo de propaganda concreta revolucionária se abriria para os comunistas organizados no Partido e nos círculos de bairro. Os círculos, em conformidade com as seções urbanas, deveriam fazer um recenseamento das forças operárias da zona, bem como transformar-se na sede dos conselhos de bairro dos delegados de fábrica, o gânglio que articula e centraliza todas as energias proletárias do bairro. (...) O comitê de bairro deveria ser a emanção de *toda a classe trabalhadora* que habita o bairro, emanção legítima e influente, capaz de fazer respeitar uma disciplina, investida de poder, espontaneamente delegado, bem como capaz de ordenar o fechamento imediato e integral de cada trabalho em todo o bairro. (...) com a obra contínua de propaganda e de persuasão desenvolvida pelos elementos mais conscientes, obter-se-ia uma transformação radical da psicologia operária, far-se-ia a massa melhor preparada e capaz do exercício de poder, difundir-se-ia uma consciência dos deveres e dos direitos do companheiro e do trabalhador, que seria concreta e eficiente porque gerada espontaneamente pela experiência viva e histórica. (2004c, p.191 – 192)

Concomitantemente ao trabalho político, pedagógico e organizativo para transformar os centros de vida proletária em órgãos de autogoverno das massas, Gramsci destaca o papel educativo do partido, ao propor a difusão da doutrina comunista na formação da consciência de classe dos trabalhadores italianos: “O Partido deve continuar a ser o órgão de educação comunista, o fogo da fé, o depositário da doutrina, o poder supremo que harmoniza e conduz às metas as forças organizadas e disciplinadas das classes operárias e camponesas.”(2004c, p.191).

A partir de 1920, sobretudo quando Gramsci analisa o fracasso das tentativas revolucionárias na Itália, a problemática do partido emerge com força. Até o final de 1918 e em meados de 1919, todavia, ecoa a tese de que o partido revolucionário exerce papel educativo ao potencializar o poder de classe do proletariado de modo a torná-lo dirigente já antes da conquista do poder governamental.

A necessidade de elaboração de trabalhos de formação política junto às massas decorre para Gramsci de sua compreensão acerca do desenvolvimento do processo revolucionário. Concebendo a revolução comunista como algo complexo e difícil, Gramsci não a identifica apenas como um ato insurrecional, que se decide com a tomada do poder político burguês. Para Gramsci, a revolução só é proletária e comunista quando consegue favorecer a (i) liberação de forças produtivas proletárias e comunistas

elaboradas no seio da classe trabalhadora (conselhos), de modo que (ii) a expansão e a sistematização dessas forças sejam capazes de iniciar o trabalho necessário para estabelecer nova ordem nas relações de produção e distribuição.

Considerando a falta de experiência do proletariado na arte de governar, Gramsci sublinha a necessidade de elevar sua consciência política, a fim de torná-lo capaz de participar ativa e permanentemente da formação do Estado Socialista.

Somente um proletariado educado politicamente, que não se entregue ao desespero e ao desalento diante dos reveses possíveis e inevitáveis, que permaneça fiel e leal ao seu Estado apesar dos erros que indivíduos possam cometer e dos retrocessos que as condições reais da produção possam impor, somente um proletariado assim poderá exercer a ditadura, liquidar a herança maléfica do capitalismo e da guerra e realizar a Internacional comunista. (GRAMSCI, 2004a, p.255-256).

Note-se que o trabalho de formação de política entrelaça-se com a forma como Gramsci concebe o processo revolucionário, ou seja, a elevação da consciência política das massas é uma necessidade, porque a constituição do processo revolucionário, além de ser algo complexo e difícil, exige a participação qualificada do proletariado para a assunção do controle e gestão da nova sociedade. Segundo Gramsci (2004a, p.255 – 256), “não se muda de Estado com a simplicidade com que se muda de governo”.

Na compreensão de Gramsci, a formação das condições subjetivas necessárias à práxis revolucionária passa pelo atendimento de duas condições básicas: de um lado, a superação da óptica puramente sindical, fundada sobre a busca de objetivos limitados e imediatos; por outro, a assunção de um ponto de vista universal, ou seja, voltado para um novo ordenamento econômico-político. Segundo Gramsci, a criação do Estado socialista não é um ato taumatúrgico, mas um fazer-se, um processo de desenvolvimento. Por sua natureza, exige uma disciplina diversa daquela exigida pelo Estado burguês, que faz com que os trabalhadores tenham a ilusão de influir sobre as decisões políticas mais amplas. “Ao contrário (...), o Estado socialista exige a participação ativa e permanente dos companheiros na vida de suas instituições.” (GRAMSCI, 2004a, p.255). É por isso que sua constituição deve “se encarnar num tipo de organização que seja específico da atividade própria dos produtores e não dos assalariados escravos do capital.”(2004a, p.288). Não é casual o fato de que, a partir de julho 1919, o foco da atenção de Gramsci e de *L'Ordine Nuovo* se desloca, ainda que

não univocamente, na direção da fábrica, na análise de seus mecanismos, no estudo dos fatores da produção.

A idéia de que a criação do Estado socialista relaciona-se ao surgimento, desenvolvimento e ampliação dos poderes das instituições proletárias, sobretudo daquelas calcadas na fábrica, vai ganhando força (o conselho como célula primária da organização comunista). Em “O problema das comissões internas”, artigo publicado em *L’Ordine Nuovo* no dia 13 de setembro de 1919, Gramsci é peremptório, ao ressaltar que

(...) a luta de classe, no período atual da história da indústria capitalista, realiza-se em um novo tipo de organização proletária, que se baseia na fábrica e não na categoria profissional, na unidade de produção e não nos sindicatos de categoria nascidos da divisão do trabalho. Esse novo tipo de organização, desenvolvendo-se, articulando-se, enriquecendo-se de novas funções hierarquicamente ordenadas, constitui o fundamento do Estado socialista, o instrumento da ditadura proletária no campo da produção industrial. (2004a, p.272)

A tática gramsciana de formação do Estado socialista a partir da modificação das reações sociais de produção coaduna-se com uma das teses marxianas centrais exposta no *Prefácio à Crítica da Economia Política*, segundo a qual o fator ontologicamente primário na explicação da história diz respeito à forma como os homens produzem e reproduzem sua vida material.

Em acordo com a idéia de que a nova sociedade será edificada a partir da transformação radical das relações sociais de produção organicamente à elevação da consciência de classe dos trabalhadores, Gramsci propõe a transformação do “chão da fábrica” numa verdadeira “escola das capacidades reconstrutivas dos trabalhadores.”(GRAMSCI, 2004a, p.277). Trata-se, em suma, de um trabalho formativo que, organicamente ligado à posição que o trabalhador ocupa no processo produtivo, desencadeia um processo de educação no interior das unidades de trabalho; instaura uma prática de participação e discussão que efetivamente modifica as consciências; possibilita a ruptura com as relações e valores que sedimentam a sociedade capitalista; leva o operário a tomar consciência de sua situação de classe (DIAS, 2000, p.176; SCHLESENER, 2002, p.105). Esta constatação é importante porque afirma a exigência de pensar o desenvolvimento de suas idéias político-pedagógicas indissolavelmente ligadas à problemática do mundo do trabalho.

4.5 O potencial formativo dos Conselhos de Fábrica

Novembro de 1919 é registrado como um mês histórico para os italianos, pois “pela primeira vez se votará, na Itália, pela proporcionalidade”(DIAS, 2004b, p.63). Depois das eleições de 1919, as conservadoras e tradicionais forças italianas perdem expressiva força política, seja no que concerne ao crescimento eleitoral dos socialistas (PSI), seja no que diz respeito ao crescimento da força política dos católicos, que se concentra no nascente Partido Popular Italiano (PPI). Em *Os revolucionários e as eleições*, artigo publicado em *L’Ordine Nuovo*, em 15 de novembro de 1919, Gramsci (2004a, p.303 -306) interpreta o resultado eleitoral de 1919 como o início de um processo radical de transformação da correlação de forças na vida política italiana. Adverte, contudo, para o grave perigo de um deslocamento dos interesses proletários, das ações de fábrica para ações meramente parlamentares, bem como para certa preponderância dos grupos parlamentares sobre o corpo majoritário do partido.

Para Gramsci, a crise do capitalismo não pode ser resolvida por dentro do parlamento, máscara da ditadura burguesa. Os conflitos, diz ele, devem ser superados “organicamente, não com pactos e promessas”. Ressalta, ainda, que a vitória expressiva do PSI nas urnas indica claramente o que querem as massas: um governo socialista que utilize o aparato administrativo, judiciário e militar do Estado burguês em prol do fortalecimento da luta revolucionária das massas. Por fim, observa que

É necessário convencer estas massas que a resolução dos terríveis problemas do período atual não é possível na medida em que o Estado é fundado na propriedade privada e na propriedade nacional-burocrática, na medida em que a produção industrial e agrícola é fundada na iniciativa individual e competitiva dos grandes capitalistas e dos grandes proprietários rurais. | É necessário convencê-la de que a solução radical deve ser procurada nas massas mesma, organizada de modo idôneo para constituir um aparato de poder social, para constituir o aparato do Estado Operário e Camponês, o Estado dos produtores. (GRAMSCI, 2004c, p.201).

O período que começa depois das eleições gerais – dezembro de 1919 – é determinante para o desenvolvimento dos conselhos de fábrica, sobretudo para a constituição dos primeiros Conselhos na FIAT. A partir daí, começa-se a visualizar a transformação de uma idéia em um forte movimento de massas que passa a ser reconhecido não somente no interior do PSI, mas, também, internacionalmente. Em “O movimento turinense dos conselhos de fábrica”, Gramsci faz um balanço das atividades desenvolvidas pelos conselhos, demonstrando que as greves

(...) perderam o seu caráter impulsivo, fortuito, e se tornaram a expressão da atividade consciente das massas revolucionárias. A organização técnica dos conselhos e das comissões internas, sua capacidade de ação se aperfeiçoou de tal modo que foi possível obter em cinco minutos a suspensão do trabalho de 16 mil operários dispersos em 42 seções da Fiat. Em 3 de dezembro de 1919, os conselhos de fábrica deram uma prova tangível de sua capacidade de dirigir movimentos de massa em grande estilo: dando execução a uma ordem da seção socialista, que concentrava em suas mãos todo o mecanismo do movimento de massa, os conselhos de fábrica mobilizaram, sem nenhuma preparação prévia, no curso de uma hora, 120 mil operários, enquadrados segundo as empresas. Uma hora depois, o exército proletário precipitou-se como uma avalanche em direção ao centro da cidade e varreu das ruas e das praças toda a canalha nacionalista e militarista. (2004a, p.395)

O ano de 1920 será decisivo para os conselhos de fábrica, assim como marca um ponto de inflexão na posição de Gramsci. Motivado pela possibilidade de propagação da revolução socialista na Europa e influenciado pelas idéias de Rosa Luxemburgo e Daniel de Leon, Gramsci começa a elaborar a linha de ação que se distingue radicalmente de alguns companheiros do *L'Ordine Nuovo*, sobretudo de Angelo Tasca. Em *O Programa de L'Ordine Nuovo*, artigo publicado em 14 de agosto de 1920, ele diz:

O que queria o companheiro Tasca? Queria que não se iniciasse diretamente nenhuma propaganda entre as massas operárias; queria um acordo com os secretários das federações e dos sindicatos; queria que fosse convocada uma reunião com estes secretários e que se elaborasse um plano para uma ação oficial. O grupo de *L'Ordine Nuovo* teria assim sido reduzido ao nível de uma clique irresponsável de presunçosos e de arrogantes. (GRAMSCI, 2004a, p.402).

Em agosto de 1920, Gramsci se separa de Togliatti e Terracini e funda, juntamente com Vincenzo Bianco, Battista Santhià e Andrea Viglongo, o grupo “Educação Comunista”, que se voltará para ações pedagógicas nas fábricas, em consideração ao potencial revolucionário hipotecado aos conselhos de fábrica. Eis aqui um novo ângulo para a compreensão das idéias de Gramsci sobre formação política. Se, anteriormente, tínhamos a noção de que os instrumentos de luta da classe trabalhadora deveriam ser complementados com órgãos educativos e culturais a fim de sedimentar a consciência de classe dos trabalhadores, a experiência teórico-prática dos conselhos levará Gramsci à proposição de que os trabalhadores se formam politicamente *no e pelo* trabalho.

Para Gramsci, os conselhos de fábrica deveriam substituir a figura do capitalista não apenas sob o plano simbólico, mas, sobretudo, sob o plano concreto e gerencial, ou seja, o controle operário deveria ser a demonstração da capacidade proletária de colocar

adiante a produção, racionalizando-a e melhorando-a, o que demonstraria, na prática, sua capacidade de ser classe dirigente antes mesmo da tomada do poder governamental. Ancora-se a idéia da fábrica como coração do Estado e do operário como elemento-base de edificação da sociedade socialista.

Os conselhos de fábrica seriam instrumentos profícuos de formação política por que permitiriam a formação de uma massa revolucionária que extrapolaria a luta econômico-corporativista (luta salarial, condições de trabalho, jornada de trabalho etc.), que questionaria em suas bases o ordenamento produtivo e distributivo capitalista. E mais: por entregar aos trabalhadores a responsabilidade direta da produção, eles criariam à psicologia do produtor, “do criador da história”. Eis por que o “conselho é o mais idôneo órgão de educação recíproca e de desenvolvimento do novo espírito social que o proletariado foi capaz de gerar a partir da experiência viva e fecunda da comunidade de trabalho”. (GRAMSCI, 2004a, p.289).

4.6 A ocupação das fábricas de Turim: experiência de formação política por excelência

Depois das eleições de novembro de 1919, registram-se dois momentos fundamentais para a vida política italiana: as greves de março-abril e a ocupação das fábricas em setembro de 1920 (DIAS, 2000, p.199; SCHLESENER, 2002, p.115). Trata-se, em linhas gerais, das tentativas de concretização da revolução socialista na Itália. O *locus* desses eventos são as fábricas: de um lado, a combatividade da classe operária italiana e sua luta pelo controle da produção; por outro, o oportunismo dos dirigentes socialistas (políticos e sindicais).

As greves de março-abril, expressão direta do fortalecimento político das comissões internas, estavam ligadas à insatisfação dos metalúrgicos com relação à

decisão operada pela direção da FIAT em substituir a hora solar pela hora legal nas fábricas. Os operários, em resposta à decisão patronal, fizeram uma greve que, em 13 de abril, se transformou em parede geral, envolvendo cerca de 500 mil operários e camponeses. Gramsci ressalta a importância dessa experiência para a formação política da classe operária turinense, ao anotar:

A greve geral (...) foi de grande importância educativa, já que demonstrou que a união prática dos operários e camponeses é possível e reafirmou a urgente necessidade de lutar contra todo o mecanismo burocrático das organizações sindicais, que são o mais sólido apoio para a ação oportunista dos parlamentares e dos reformistas, uma ação que visa ao sufocamento de todo movimento revolucionário das massas trabalhadoras. (2004a, p.397).

O movimento, todavia, sem o apoio dos sindicatos e da direção do PSI, terminou isolado e derrotado. Ressalte-se que seu fracasso não diminuiu o impulso revolucionário do movimento operário italiano. Sob o pretexto de aplicação da hora legal na fábrica, surge outra questão de que, tanto a vanguarda operária quanto os industriais se mostram conscientes: trata-se do poder, ou seja, se os operários, representados pelos conselhos, podem expulsar os capitalistas da fábrica de modo a impor novas normas de funcionamento da produção. A greve de março-abril, por isso, não deixa de ser uma antecipação da batalha de setembro, quando a ocupação das fábricas colocará a Itália diante da possibilidade de concretização da revolução socialista (DIAS, 2000, p.261 – 266; D’ORSI; 2004, p.73-74). Na análise de Gramsci,

Pela primeira vez na história (...) verificou-se o caso de um proletariado que foi à luta pelo controle da produção, sem ter sido levado à ação pela fome ou pelo desemprego. Além disso, não foi apenas uma minoria, uma vanguarda da classe que empreendeu a luta, mas foi toda a massa dos trabalhadores de Turim que veio a campo e travou o combate até o fim, sem preocupar-se com as privações e os sacrifícios. (2004a, p.384).

Em *Para uma Renovação do Partido Socialista*, artigo publicado no dia 8 de maio de 1920, ao analisar as causas daquele fracasso, Gramsci destaca a falta de coordenação, centralização revolucionária e visão política de seu partido. Na crítica de Gramsci, os organismos dirigentes do PSI “revelaram não compreender absolutamente nada da fase de desenvolvimento que a história nacional e internacional atravessa no período atual, nem tampouco da missão que cabe aos organismos de luta do proletariado revolucionário.” (2004a, p.354). Se, de um lado, ele apresenta os problemas que dizem respeito ao papel do PSI, por outro, chama a atenção para a crescente fortificação

organizativa das classes dominantes no sentido de assegurar a “ordem” do capital. Na sua compreensão,

A fase atual da luta de classe na Itália é a fase que precede ou a conquista do poder político pelo proletariado revolucionário, com a passagem para novos modos de produção e distribuição que permitam uma retomada da produtividade, ou uma tremenda reação por parte da classe proprietária e da casta governamental. (GRAMSCI, 2004a, p.354).

De fato, após a greve de abril, o conflito entre as classes torna-se cada vez mais acirrado. As camadas burguesas começam a observar com interesse crescente o movimento mussoliniano, que pode ser empregado como um instrumento útil para reprimir os protestos operários. O restabelecimento da COFINDUSTRIA, por exemplo, poderosa organização que reúne empresas metalúrgicas e mecânicas, expressa a vontade de reconquista dos poderes concedidos às comissões internas. A luta de classes entra agora na fase mais dura.

Em setembro de 1920, ante a resistência patronal de atendimento às reivindicações salariais e contra a vontade das organizações sindicais e do PSI, os operários turinenses ocupam as fábricas metal-mecânicas e passam a gerir a produção. O movimento se estende aos estabelecimentos dos setores têxteis, químicos, de calçados e de borracha, totalizando cerca de 500 fábricas italianas. *“Ato pedagógico por excelência, a tomada da fábrica coloca para o movimento a questão radical do exercício do poder, ainda que sob a forma de uma experiência limitada”* (Grifos do autor, DIAS, 2000, p.213).

Na ocupação das fábricas, assiste-se a uma verdadeira reviravolta na ordem existente. De fato, não é um movimento de mero protesto, mas a refutação da exploração capitalista e a formação de uma “nova ordem”. Nas palavras de Gramsci: “Hoje, com a ocupação operária, o poder despótico na fábrica foi quebrado.”(2004c, p.222). Inicia-se a concretização de um movimento no qual a representação operária passa a ser uma emanção direta das massas: “... os operários, na luta, ocupam as fábricas e querem continuar a produzir, (...) os chefes sindicais não podem mais dirigir, (...) a massa deve resolver por si, com os próprios meios, com os próprios homens, os problemas da fábrica”(Op.cit, p.222).

As fábricas, efetivamente, passam a ser o *locus* da democracia operária. A experiência da autogestão, ainda que efêmera, mostra que os operários se formam, fundamentalmente, *no e pelo* trabalho: “um dia como este vale para os operários tanto quanto dez anos de atividade normal, de propaganda normal, de normal absorção de noções e conceitos revolucionários.” (GRAMSCI, 2004c, p.222). Aqui, Gramsci evidencia que o exercício da autogestão produtiva (base para a expulsão da gerência capitalista da produção) é fundamental para a formação da classe trabalhadora como classe dirigente antes mesmo da tomada do poder governamental. Revela, ainda, que esse exercício assume importância fundamental na formação da consciência de classe dos trabalhadores, sobretudo porque contribui para o desenvolvimento de uma personalidade e uma vontade coletiva.

A ocupação das fábricas mostrará a Gramsci que este é um momento absolutamente indispensável para o desenvolvimento e a concretização do processo revolucionário. Revelará, contudo, que, por não controlar o poder estatal, é um poder limitado. Diz Gramsci: “... se a ocupação pura e simples das fábricas, por parte da classe trabalhadora, *indica* o grau de potência do proletariado, não produz em si, nem por si, nenhuma nova posição definitiva.” (2004c, p.226). Lukács (apud DUARTE, 1976, p.23), na época, acentuava que: “ou eles abandonam as fábricas, o que representa (...) uma vitória para os capitalistas, ou têm de derrubar o Estado capitalista pela força das armas, para poderem conservar as fábricas de que se apoderaram”.

Infelizmente, não obstante o esforço dos operários italianos, o movimento de setembro foi derrotado. Dentre as razões que explicam o fracasso, destacam-se: (i) a crescente dificuldade de abastecimento de matérias-primas; (ii) a impossibilidade da distribuição das mercadorias; (iii) a divisão do movimento; (iv) a falta de capacidade de estabelecer redes eficazes de solidariedade entre a fábrica e o exterior; e (v) a recusa do PSI e dos sindicatos em participar diretamente do conflito.

Em “Cronache dell ‘Ordine Nuovo’ ”, artigo publicado no dia 2 de outubro de 1920, Gramsci (2004c, p.229 – 230) faz um balanço da ocupação das fábricas e aponta as contribuições daquela experiência para a constituição do processo revolucionário italiano. A primeira foi ter demonstrado que os conselhos de fábrica se mostraram como instituições revolucionárias vitais e necessárias à classe operária italiana. A segunda

refere-se à necessidade de pôr a questão do conselho operário como fase absolutamente necessária ao processo revolucionário. Por fim, a estratégia dos conselhos não deixou de ser uma crítica radical à incapacidade das organizações tradicionais do proletariado (partidos e sindicatos), sobretudo porque se colocou contra a falta de democracia dessas organizações e contra o espírito burocrático que as governa.

A partir daí, a atenção de Gramsci se voltará cada vez mais para o papel que o partido comunista assume no processo revolucionário, assim como para a idéia segundo a qual a concretização da revolução socialista é mais complexa do que parece e que seu processo de preparação não é apenas econômico-político, mas também pedagógico e cultural. Segundo Schlesener (2005, p.43), “A experiência dos Conselhos foi fundamental para a elaboração posterior de uma concepção de partido, que se esboça na polémica e no dissenso com Togliatti e se explicita em *Cadernos do Cárcere*”.

Em 1921, Gramsci, juntamente com Amadeo Bordiga, rompe com o PSI e funda o Partido Comunista da Itália (PCI). Para Gramsci, um partido comunista deve: (i) possuir consciência exata da missão histórica do proletariado; (ii) saber guiar o proletariado para a realização de sua missão histórica; (iii) ser o partido das massas que querem se libertar da escravidão política e industrial pelos próprios meios, de modo autônomo; e (iv) ser o *locus* onde a revolta popular contra o Estado burguês encontre as forças organizadas capazes de iniciar a transformação do aparelho nacional de produção, no sentido de fazer dele não um instrumento de opressão plutocrática, mas um instrumento de libertação comunista. Essa reflexão se estenderá até os últimos dias de vida de Gramsci, sendo aprofundada nos célebres *Quaderni del Carcere*.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta parte, faremos um esforço de resumir as conclusões às quais chegamos ao longo da dissertação, no intuito de evidenciar as relações entre formação política e consciência de classe nos escritos gramscianos que vão de 1916 a 1920.

A crítica esboçada no segundo capítulo, realizada a partir da identificação de problemas e lacunas na apropriação do pensamento de Gramsci feita por parte de alguns educadores, aponta para a idéia preliminar de que categorias-chave de sua proposta (hegemonia, sociedade civil, intelectuais etc.) foram afastadas do campo teórico-prático do marxismo. Nossas leituras revelam que esses conceitos são utilizados, para usar as palavras de Edmundo Dias (1996, p.9), com os conteúdos quase que puramente liberais,

que, quando não situados em aberta oposição ao campo teórico-prático do marxismo, se afastam enormemente de seus princípios basilares.

Identificamos, de modo geral, certa tentativa de minimização da dimensão revolucionária do pensamento de Gramsci, o que se traduz a partir da ausência de categorias centrais, como revolução, luta de classes e partido revolucionário; bem como a existência daquilo que denominamos de uma “fratura” no interior do *corpus* teórico gramsciano, isto é, a desconsideração dos escritos que marcam sua militância comunista. A conjunção desses problemas se expressa, de maneira mais específica, a partir da (i) redução da concepção gramsciana de escola à organização escolar tradicional; (ii) minimização/desconsideração da unidade orgânica apregoada por Gramsci entre o ideário e o modo de ação do partido revolucionário e a consecução de trabalhos educativo-culturais contra-hegemônicos; e (iii) utilização vaga e nebulosa dos conceitos de hegemonia e sociedade civil.

A inter-relação dessas lacunas levou-nos à realização de um estudo centrado nas idéias de Gramsci sobre formação política e consciência de classe. A hipótese encetada é a de que, ao destacar o militante comunista Antonio Gramsci, fazendo e pensando a revolução na Itália, a análise dessa relação pode vir a subsidiar estudos ulteriores sobre formação política, assim como é possível contribuir para precisar alguns conceitos gramscianos já consolidados no campo pedagógico brasileiro, sobretudo o de hegemonia e o de educação.

Os escritos gramscianos que vão de 1916 a 1920 são profundamente marcados pela conjuntura mundial do primeiro quartel do século XX. Eles, de certa forma, sintetizam os problemas, as dúvidas, os anseios e as esperanças do movimento operário no período revolucionário desencadeado com a I Guerra Mundial. Nos textos deste período, Gramsci assinala que, embora o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas tenha contribuído para criar um estado comum de miséria, penúria e exploração, o trabalho educativo-cultural de elevação da consciência política das massas é absolutamente fundamental ao desenvolvimento e à sedimentação da consciência de classe dos trabalhadores; conceito que nesta época é definido como o reconhecimento, por parte deles, de seu devir histórico e dos objetivos a serem alcançados com a luta revolucionária.

Delineiam-se nesses escritos duas idéias fundamentais que marcam todo o *corpus* teórico gramsciano. A primeira diz respeito à recusa acerca da noção de que a agudeza das contradições do capitalismo leva inexoravelmente ao socialismo. A crítica de Gramsci à interpretação de Marx que era feita pela II Internacional e pelos socialistas positivistas o conduz a refutar a idéia de que o socialismo é um produto mecânico do desenvolvimento histórico. Tal atitude em face do pensamento marxiano foi fundamental para o recobro da subjetividade na elaboração histórica e, portanto, para a valorização do papel que uma consciência crítica, combativa e classista assume na concretização do quefazer revolucionário. A segunda refere-se à defesa intransigente de que a luta de classes não é apenas uma luta econômica, mas, também, cultural. As reflexões de Gramsci acerca dos desdobramentos da I Guerra Mundial e da Revolução Russa, conforme procuramos demonstrar no terceiro capítulo, evidenciam a importância da atividade educativo-cultural como elemento indispensável na elaboração da consciência de classe dos trabalhadores – proposição esta que não invalida a idéia mais ampla de que a formação dos trabalhadores como classe *para si* realiza-se cotidianamente na luta contra a lógica de produção e reprodução do capital.

A análise dos escritos pré-carcerários indica que o conceito de formação política é concebido, basicamente, a partir de dois ângulos inter-relacionados. Tendo como referência histórica a Revolução Francesa e a Revolução Russa, Gramsci mostra que os indivíduos iniciam sua formação política quando, ao lutar contra as condições de alienação em que estão inseridos, passam a se reconhecer como sujeitos pertencentes a uma das duas forças hegemônicas. No cárcere, Gramsci retoma essa problemática e assevera o caráter processual, dinâmico e contraditório do movimento político-prático da conquista da consciência de classe pelo operariado, observando que a “consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam.” (1975, p.1385).

Demonstrará, ainda, que a formação de um grau de consciência capaz de permitir a concretização de uma práxis revolucionária voltada para a formação de um novo bloco histórico passa por três fases: na primeira (a econômico-corporativa), os indivíduos já sentem a unidade homogênea do grupo profissional a qual pertencem, mas ainda têm

sua ação limitada à reprodução de interesses particulares; na segunda, já se estabelece uma rede de solidariedade entre os membros de um grupo social, ainda que no campo meramente econômico; e (iii) na terceira (definida como estritamente política), os indivíduos tomam consciência de seus interesses econômico-corporativos, superam-no e tornam-se uma classe apta a representar os interesses de outros grupos subordinados, até se combinarem com os interesses de toda a sociedade (GRAMSCI, 1975, p. 1583 - 1585).

Para Gramsci, entende Finelli, “uma classe não existe como sujeito histórico se não escapa de sua colocação passiva no interior das relações econômicas e se não adquire uma representação de si e do mundo autônoma e independente das idéias dominantes.” (2000, p.55). No caso da sociedade capitalista, Gramsci nos mostra que, à medida que o proletariado luta contra o estado de coisas, ele desenvolve sua consciência de classe, se transforma e se descobre como sujeito capaz de transformar a realidade histórico-social (unidade orgânica posta por Marx entre teoria e prática). Por isso, pode-se dizer que os trabalhadores se educam, fundamentalmente, no contexto da luta de classes. Essa indicação é importante, pois demonstra que as idéias pedagógicas de Gramsci, no sentido de que toda relação pedagógica é essencialmente uma relação de “hegemonia”, estão relacionadas à própria organização da classe trabalhadora para tomada do poder numa perspectiva revolucionária.

Ressaltemos, todavia, a noção de que, não obstante a formação política do proletariado ocorrer *na e pela* prática revolucionária, Gramsci indica que suas possibilidades formativas são catalisadas e potencializadas a partir do momento em que o partido revolucionário desenvolve atividades educativo-culturais nas quais os trabalhadores possam, ao responder às contradições postas por sua inserção no mundo produtivo (por exemplo, a contradição entre capital e trabalho), elaborar uma nova concepção de mundo – moderna, proletária e revolucionária. Segundo Gramsci, “Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, no mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções de mundo (...)” (1975, p.1387). Eis aqui outro ângulo para o equacionamento do problema.

Observamos que a militância de Gramsci no PSI e sua inserção junto ao movimento operário turinense levam-no a propor a formação política das massas a partir

da atuação de organismos que, oriundos do mundo do trabalho, são potencialmente formativos (institutos de cultura proletária, escolas de partido, associações, clubes, imprensa operária etc.). É por isso que, de 1917 em diante, ganha força a idéia de que a luta revolucionária deveria ser fortalecida a partir da elaboração de trabalhos educativo-culturais direcionados para a elevação da consciência política dos trabalhadores, mormente no que diz respeito à elaboração de sua identidade de classe.

Nesse período, a argumentação gramsciana aponta para a idéia de que o desvelamento da estrutura funcional capitalista contribuiria para difundir no seio da classe trabalhadora a noção de que somente na luta contra o capital residiria a solução dos problemas que afligem a maioria da população (exploração da força de trabalho, desemprego, miséria, fome etc.). À luz do pensamento de Gramsci, o conceito de formação política também pode ser definido como uma ação pedagógica que, desenvolvida no interior dos instrumentos de luta da classe trabalhadora (partidos, sindicatos, conselhos, associações, movimentos sociais etc.), está voltada para o desenvolvimento de um grau de consciência que, para além da contingência fenomênica da realidade empírica, busca a compreensão de suas determinações fundamentais. A esse respeito, deve-se fixar (sempre!) a centralidade da atividade prática e revolucionária da classe trabalhadora; na verdade, esta é um pressuposto fundamental para a consecução daquela. Fazer essa disjunção significa anular/esterilizar as possibilidades de elevação da consciência política das massas. Para Gramsci, o trabalho de formação de uma consciência crítica deslocado de uma ação prática e revolucionária para a superação do capitalismo não faz o menor sentido, “é uma questão puramente *escolástica*.” (II tese de Marx contra Feuerbach).

Observe-se que, já em 1917/1918, sentindo a necessidade de aprofundar o conceito de unidade entre teoria e prática, Gramsci semeia a reflexão sobre as condições para a criação de um grupo de intelectuais e o papel deste para a organização política do proletariado. Posteriormente, nos escritos carcerários, afirmará que “uma massa humana não se ‘distingue’, não se torna independente ‘por si’ ”.(1975, p.1386). Neste sentido, pode-se dizer que um trabalho de formação política busca “trabalhar na criação de elites intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos” .(1975, p.1392).

Os escritos gramscianos que vão de 1919 a 1920 revelam que a sociedade comunista não pode ser criada de cima para baixo, mediante leis e decretos; ela só pode ser o resultado da atividade histórica da classe trabalhadora, que organizará a produção sob novas formas e com uma nova ordem; ou seja, a participação real e efetiva dos operários na vida econômica e política é uma condição absolutamente necessária à revolução. Nos textos deste período, Gramsci nos mostra que, se a revolução não ousar tocar nas relações econômicas, inevitavelmente será obrigada a recuar diante da reação das classes proprietárias.

A partir da experiência histórica dos conselhos de fábrica, conforme procuramos demonstrar no quarto capítulo, Gramsci elabora uma concepção original de revolução, definindo-a como um movimento consciente das massas proletárias no sentido de dar substância ao poder político, agregando-lhe o poder econômico, ou seja, como um movimento capaz de introduzir na fábrica a ordem proletária, de transformar a fábrica na célula do novo Estado, de modo que este não deixe de ser um reflexo das novas relações de produção e distribuição advindas a partir da superação da propriedade privada e do trabalho assalariado. Daí advém, para Gramsci, a necessidade dos trabalhadores de se educarem para a gestão social, de modo a adquirirem a cultura e a psicologia de uma classe dominante. Temos aqui, decerto, os elementos fundamentais para a compreensão do conceito de hegemonia.

Em acordo com a idéia de Marx, segundo a qual a nova sociedade será elaborada a partir da transformação radical das relações sociais de produção organicamente à elevação da consciência de classe dos trabalhadores, Gramsci propõe a transformação do “chão da fábrica” numa verdadeira “escola das capacidades reconstrutivas dos trabalhadores.”(GRAMSCI, 2004a, p.277). O entendimento desta proposição passa, de um lado, pela compreensão do caráter educativo dos conselhos de fábrica, que seria o de formar uma massa revolucionária capaz de se preparar e se organizar para a gestão da nova sociedade; de outra parte, pela necessidade de potencializar as possibilidades auto-gestionárias dos conselhos com iniciativas educativo-culturais que permitissem aos trabalhadores a compreensão da totalidade do processo produtivo. A atividade produtiva, nesse sentido, “é entendida (...) como o espaço privilegiado de organização

política e formação cultural dos trabalhadores, onde se deve desencadear a revolução.”(SCHLESENER, 2005, p.43).

Contemporaneamente, dizemos que a problemática acerca da formação política dos trabalhadores é uma questão candente; ou seja, em face das transformações ocorrentes no mundo do trabalho e que afetam a classe trabalhadora, “não só a sua materialidade mas sua subjetividade” (ANTUNES, 2003, p.75), o trabalho de formação política, de cunho revolucionário, se torna uma necessidade absoluta, ao mesmo tempo em que as condições para tal em absoluto são favoráveis.

Por fim, retomamos as considerações levantadas no segundo capítulo desta dissertação, feitas no sentido de indicar como as reflexões de Gramsci sobre formação política e consciência de classe podem contribuir para precisar alguns conceitos de seu pensamento já consolidados no campo pedagógico brasileiro. Nesse sentido, faz-se necessário reafirmar, em primeiro lugar, que a compreensão das idéias de Gramsci sobre educação, em seus múltiplos aspectos, exige, além do conhecimento do contexto histórico onde suas idéias foram produzidas, o estudo dos textos pré-carcerários. Esses textos, pelo fato de revelarem as atividades do militante comunista e líder partidário Antonio Gramsci, corroboram a idéia de que suas idéias sobre educação estão subordinadas à problemática que norteou toda sua vida: o desenvolvimento e a concretização da revolução socialista em sociedades capitalistas complexas e avançadas.

Vale destacar, ainda, que o aporte categorial gramsciano permite pensar o papel da instituição escolar na desarticulação da ideologia dominante e na elaboração de uma contra-ideologia revolucionária. A análise dos escritos gramscianos pré-carcerários evidencia que esse trabalho – planejado em função do papel a ser desempenhado pelo partido revolucionário no contexto da luta de classes, mormente no que diz respeito à realização de uma reforma intelectual e moral entre as massas – deveria ser realizado de maneira orgânica aos esforços formativos empreendidos por diversos organismos que, oriundos do mundo do trabalho, carregam possibilidades da difusão de uma nova concepção de mundo (marxismo), tais como: as associações de cultura; os institutos de cultura popular; as escolas de partido; a imprensa operária; os conselhos de fábrica; as escolas profissionais etc. Recolocar o papel da instituição escolar na elaboração de uma

contra-ideologia revolucionária, portanto, significa compreender que sua atuação se relaciona, ainda que de forma mediata, com as diversas possibilidades educativas contidas no próprio processo produtivo. Fazer essa disjunção – o que significa o rompimento com a unidade entre teoria e prática – significa atribuir à instituição escolar uma força que ela não tem.

É por isso que as reflexões de Gramsci acerca do potencial formativo hipotecado aos conselhos de fábrica são particularmente significativas para a compreensão de suas idéias pedagógicas. O emprego correto dessas reflexões no conjunto da obra gramsciana nos permite fazer a crítica à tendência reducionista que define o conceito de hegemonia como uma mera obtenção de um domínio ideológico ou uma categoria relacionada unicamente à superestrutura e, em seu interior, à “sociedade civil” (compreendida erroneamente como uma esfera contraposta às determinações estruturais e à sociedade política). Quando, no cárcere, Gramsci indica a necessidade de uma nova sociedade civil, expressão material e subjetiva de uma nova hegemonia, antagônica à lógica do capital, ele não perde de vista a superação do antagonismo estrutural entre capital e trabalho; muito pelo contrário, garante que seu núcleo reside na formação de um novo bloco histórico erigido a partir de novas relações de produção e distribuição, ou seja, com origem no trabalho emancipado (DEL ROIO, 2005, p.185).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9 ed. Campinas: Cortez, 2003.

BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do pensamento marxista.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia.** Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CAPRIOGLIO, Sergio. Cronologia della vita di Antonio Gramsci (dalla nascita all'aprile 1919). In: GRAMSCI, Antonio. **Cronache Torinesi.** Torino: Giulio Einaudi Editore, 1980.

COGGIOLA, Osvaldo. Bolchevismo, Gramsci, Conselhos. In: DIAS, Edmundo (et.al). **O outro Gramsci.** São Paulo: Xamã, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político.** Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere (vl.1).** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. Prefácio. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso** (org.) São Paulo: Xamã, 2005.

DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919 – 1926).** São Paulo: Xamã, 2005.

DIAS, Edmundo. **Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia.** São Paulo: Xamã, 2000.

_____. **Do Giolitismo à Guerra Mundial.** Campinas: IFCH, 2004a.

_____. **Do Pós-Guerra à Fundação do PCD'I.** Campinas: IFCH, 2004b.

_____. **Hegemonia: racionalidade que se faz história.** In: DIAS, Edmundo (et al.) **O outro Gramsci.** São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos.** In: DIAS, Edmundo (et al.) **O outro Gramsci.** São Paulo: Xamã, 1996.

D'ORSI, Ângelo. Antonio Gramsci e la sua Torino (Introduzione). In: GRAMSCI, Antonio. **La Nostra città futura. Scritti torinesi (1911 – 1922).** Roma: Carocci Editore, 2004.

DUARTE, José Ferreira. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. **Democracia Operária e outros textos.** Lisboa: Ulmiero, 1976.

FINELLI, Roberto. As contradições da subjetividade: Americanismo e Fordismo em Antonio Gramsci. **Educação em Foco** – revista de educação. Juiz de Fora, v.5, n.2, p.53 – 62, set/ fev 2000/ 2001.

FIORI, Giuseppe. **Vida de Antonio Gramsci.** Traducción de Jordi Solé-Tura. Barcelona: Ediciones Península: 1976.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: é ela um quefazer neutro ? **Educação & Sociedade**, n.1, p.64 – 70. São Paulo: Cortez, 1978a.

_____. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo.** 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; GADOTTI, Moacir; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: diálogo e conflito.** 5ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade.** 4.ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GERMINO, Dante. Interpretando Gramsci. In: COUTINHO, Carlos Nelson. TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

GERRATANA, Valentino. Cronologia della vita di Antonio Gramsci. In: GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. Torino: Nuova Universale Einaudi, 1975 (Edizione critica dell'Istituto Gramsci di Valentino Gerratana)

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Torino: Nuova Universale Einaudi, 1975 (Edizione critica dell'Istituto Gramsci di Valentino Gerratana)

_____. **Escritos políticos (4v)**. Tradução de Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1976a.

_____. **Democracia Operária e outros textos**. Lisboa: Ulmiero, 1976b.

_____. **Cronache Torinesi (1913 – 1917)**. Torino: Einaudi, 1980. (A cura di Sergio Caprioglio).

_____. **Concepção Dialética da História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. **Piove, governo ladro!** Roma: Editori Riuniti, 1996 (A cura di Antonio Santucci).

_____. **Escritos Políticos (1910 – 1920)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. **Escritos Políticos (1921 – 1926)**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. **La Nostra Città Futura. Scritti Torinensi (1911 – 1922)**. Roma: Carocci, 2004c (A cura di Angelo d'Orsi.).

_____. **Cadernos do Cárcere (6 vl)** Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JOLL, James. **As idéias de Gramsci**. Tradução de James Amado. São Paulo: Cultrix, 1977.

LABICA, Georges. **As “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx**. Tradução Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos “novos” movimentos sociais na educação. In: **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LUKÁCS, Georg. A autocrítica do marxismo. In: LESSA, Sérgio. PINASSI, Maria Orlanda (orgs.). **Lukács e a atualidade do marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MANACORDA, Mario A. **O princípio educativo em Gramsci**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1990.

MANFRENDI, Silvia M. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antonio Gramsci. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **A questão política da educação popular**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARX, Karl. **Para a Crítica da Economia Política**. Tradução de Edgard Malagodi. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

_____. **Miséria da Filosofia: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon**. Tradução de Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **O capital: crítica da economia política (livro I – Tomo I)**. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **O capital: crítica da economia política (livro I – Tomo II)**. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Estatuto da Associação Internacional dos Trabalhadores**. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

_____. **Manifesto Comunista**. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 1998b.

_____. **A Sagrada Família**. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2003.

MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e a Educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora**. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1988.

MORAES, Carmen Sylvia. Ideologia e Intelectuais em Gramsci. **Educação & Sociedade**, n.1, n. 1, p.71-92. São Paulo: Cortez, 1978.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

REIS FILHO, Daniel A. **A Revolução Russa (1917 – 1921)**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RUIZ, Erasmo M. **Freud no “divã” do cárcere: Gramsci analisa a Psicanálise**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SANTOS, Aparecida. **Desigualdade social e dualidade escolar: conhecimento e poder em Paulo Freire e Gramsci**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTUCCI, Antonio. **Gramsci**. Traducido del italiano por Giovanna Baldi y Jaime Massardo. Roma: Newton & Compton editori, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 34 ed. São Paulo: Autores Associados, 2001.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7 ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. Gramsci na Educação Brasileira (Introdução à edição em língua portuguesa). In: RAGAZZINI, Dario. **Teoria da personalidade na sociedade massa: a contribuição de Gramsci**. Tradução de Maria de Lourdes Menon. São Paulo: Autores Associados, 2005.

SCHLESENER, Anita Helena. **Revolução e Cultura em Gramsci**. Curitiba: Ed. UFPR, 2002.

_____. **Antonio Gramsci e a política italiana: pensamento, polêmicas, interpretação**. Curitiba: UTP, 2005.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas idéias**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, Rosemary Dore. **A concepção Gramsciana do estado e o debate sobre a escola**. Ijuí: Ed.UNIJUÍ, 2000.

SPRIANO, Paolo. Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos (vol.1)**. Tradução de Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1976.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Cultura e formação humana no pensamento de Antonio Gramsci. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 25, n. 1, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97021999000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 Fev 2007.

VIOLA, Solon Eduardo; FERNANDES, Cleoni Maria. **Autonomia e conhecimento – algumas aproximações possíveis entre Antônio Gramsci e Paulo Freire a partir da análise de práticas pedagógicas emancipatórias**. São Paulo, v., n. , 1999. Disponível em: <>. Acesso em:

APÊNDICE

AÇÃO CULTURAL COMO PRÁTICA DA LIBERDADE: PAULO FREIRE E ANTONIO GRAMSCI NO CENTRO DO DEBATE

O presente trabalho tem como objetivo discutir as possibilidades de convergência e divergência no pensamento de Paulo Freire e Antonio Gramsci. Nossa problemática está referida ao papel que a ação cultural no processo de organização da classe trabalhadora. Nosso estudo, de cunho eminentemente teórico, foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica centrada nas principais obras de Antonio Gramsci e Paulo Freire. Após apresentar os entendimentos dos autores acerca da problemática levantada, nós esboçamos algumas reflexões. Procuramos demonstrar que, embora existam profundas semelhanças entre suas propostas, existem algumas diferenças que necessitam de uma

análise mais cautelosa. Isto, inclusive, demonstra a necessidade de maiores estudos sobre o assunto.

Palavras-chave: Gramsci-Freire – Ação Cultural - Educação Socialista

INTRODUÇÃO

O artigo aqui apresentado traz uma reflexão preliminar em torno das possibilidades de convergência e divergência no pensamento de Paulo Freire e Antonio Gramsci. O foco central de nossa discussão será o de avaliar criticamente a contribuição dos dois autores no que se refere ao papel que a ação cultural assume no processo de organização da classe trabalhadora.

O interesse pelo tema surgiu a partir da leitura das principais obras de Paulo Freire e Antonio Gramsci. Ao nos aproximar do pensamento dos dois autores, percebemos a importância com que alguns temas assumem em suas propostas, em especial, o papel que o trabalho educativo-cultural assume na construção da hegemonia da classe trabalhadora. A partir daí, nos instigou a possibilidade de realizarmos um estudo que permitisse traçar um paralelo entre os dois autores.

Ao revisar a literatura existente sobre o tema em questão, percebemos que são raros os estudos que tratam dos elementos de convergência e divergência na obra de Antonio Gramsci e Paulo Freire. Os escritos da década de 80, de maneira geral, levantavam a idéia de que os conceitos gramscianos de sociedade civil e hegemonia permitiriam pensar o problema da educação para além das teorias reprodutivistas, isto é, permitiriam elaborar um conceito emancipatório de educação em que uma pedagogia do oprimido poderia assumir uma importante força política.

Torres levanta duas questões importantes relacionadas ao tema. A primeira reside na tese de que o trabalho de Freire coincide, até certo ponto, com a fórmula gramsciana na qual a educação deveria contribuir para o desenvolvimento de uma nova cultura, uma nova visão de mundo das classes subordinadas. “Esta nova cultura – *Weltanschauung* – deve ser desenvolvida pela classe oprimida e, através de seus intelectuais orgânicos, partindo do seio da sociedade capitalista”. A segunda idéia relaciona a proposta cultural de Freire ao conceito gramsciano de contra-hegemonia.

O trabalho mais aprofundado sobre a questão é, no entanto, do italiano Peter Mayo, que faz uma análise comparativa entre o pensamento dos dois autores. Não obstante sua pesquisa tenha como pano de fundo a problemática da educação de jovens e adultos, grande parte de seu estudo é dedicada ao estudo comparativo entre o pensamento de Freire e Gramsci.

Sua pesquisa é dividida em duas partes. A primeira parte é destinada ao paralelo entre Gramsci e Freire. A segunda, síntese da primeira, constitui-se numa proposta atual para a educação de jovens e adultos. A tese central do autor é a de que Gramsci e Freire fornecem visões complementares. Mayo procura demonstrar que tanto um como o outro: (a) concebem a natureza da educação como política; (b) vêem a atividade educacional no âmbito da sociedade civil como essencial para a transformação das relações de poder existentes; (c) rechaçam explicitamente as teorias econômicas deterministas, pregando, em contrapartida, a capacidade dos seres humanos de serem sujeitos de sua história; (d) afirmam o papel dos educadores de jovens e adultos como intelectuais orgânicos destinados a promoverem a contra-hegemonia revolucionária; (e) vêem a transformação do ser humano de objeto para sujeito como central em suas análises; (f) têm o conceito de práxis (relação teoria e prática, consciência e ação) como central no processo de aprendizagem; (g) pregam a indissociabilidade entre a atividade educacional transformadora e os movimentos sociais mais amplos e (h), finalmente, não subestimam a linguagem original dos trabalhadores, mas destacam a necessidade de aquisição da norma culta como elemento de ação, unidade e organização.

Embora reconheçamos o mérito do livro de Mayo, discordamos de algumas proposições, em especial, quando condiciona a atualidade e a importância do pensamento dos autores às contribuições pós-estruturalistas. Para o autor, Gramsci e Freire são atuais desde que certas lacunas no pensamento dos mesmos sejam substituídas por outras mais “modernas”, ou melhor, pós-modernas. Importa destacar que suas críticas convergem para os mesmos alvos: o materialismo histórico-dialético e a perda da validade analítica da noção de classe social. Ora, desconsiderar a noção de classe social em Gramsci é negar a identidade revolucionária do filósofo italiano. Ao descaracterizar o materialismo histórico-dialético para a exposição das determinações fundamentais da realidade, Mayo desconsidera um dos elementos fundamentais na

construção da proposta problematizadora de Freire, qual seja a luta pela desalienação, pelo trabalho livre bem como pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”.

A AÇÃO CULTURAL SEGUNDO ANTONIO GRAMSCI

A ação cultural, compreendida como parte integrante de uma práxis revolucionária, assume, segundo Antonio Gramsci, uma importância fundamental na luta pela construção do socialismo. O eixo central da discussão está relacionado, sobretudo, ao conceito de hegemonia. Daí que o entendimento aprofundado da questão exija uma leitura completa de todo o *corpus* teórico gramsciano. Nossas formulações neste artigo, não obstante, limita-se a uma pequena síntese dos entendimentos de Gramsci acerca das relações entre socialismo e cultura.

Foi no artigo “Socialismo e Cultura”, publicado no jornal *Il grido del popolo* (PSI) em janeiro de 1916, que Gramsci se posicionou, pela primeira vez, no debate acerca das relações do proletariado com a cultura. Ele se opunha a idéia defendida por Enrico Leone segundo a qual a classe operária deveria se manter distante da cultura e dos saberes escolares.

Gramsci, conforme assinala Nosella, vai defender “as atividades formativo-culturais para o proletariado em geral, mas rejeita a idéia de formá-lo dentro de uma cultura abstrata, enciclopédica, burguesa, que efetivamente confunde as mentes trabalhadoras e dispersa sua ação” (p.14-15). Nas palavras de Gramsci,

É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto apenas sob a forma de um recipiente a encher e entupir de dados empíricos, de fatos brutos e desconexos, que ele depois deverá classificar em seu cérebro como nas colunas de um dicionário, para poder, em seguida, em cada ocasião concreta, responder aos vários estímulos do mundo exterior. Essa forma de cultura é realmente prejudicial, sobretudo para o proletariado.

Nesse artigo, Gramsci propõe uma noção de cultura que fosse capaz de atender aos interesses revolucionários do proletariado. Cultura, para ele, “é organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista da consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios deveres”.

O homem, diferentemente da natureza (lembrar aqui o exemplo marxiano da melhor abelha e do pior arquiteto), é marcado, no e pelo trabalho, pela capacidade de transformação, de criação histórica, “se não fosse assim, seria impossível explicar por que, tendo sempre existido explorados e exploradores, o socialismo ainda não se realizou”.

Essa consciência superior, ou seja, viver independentemente dos esquemas e dos direitos de minorias, diz Gramsci, não se forma a partir da pressão brutal das necessidades, mas através da reflexão inteligente (primeiro de alguns e depois de toda uma classe) acerca das condições aviltantes de exploração e alienação.

Num interessante paralelo entre a Revolução Francesa e a Revolução Socialista, por exemplo, Gramsci destaca a importância que a cultura assume numa perspectiva revolucionária. Segundo ele, não se pode compreender a força e a solidez da Revolução Francesa sem se considerar o período cultural que a antecedeu (o Iluminismo).

O Iluminismo não foi apenas um fenômeno de intelectualismo pedante e árido, similar ao que vemos diante dos nossos olhos e que encontra a sua maior manifestação nas universidades populares de baixo nível. Foi ele mesmo uma magnífica revolução, mediante a qual, como observa agudamente De Sanctis em sua teoria *Storia della letteratura italiana*, formou-se uma intelectual burguesa, sensível em todos os seus elementos às dores e às desgraças comuns, e que foi a melhor preparação para a sangrenta revolta que depois teve lugar na França.

Aos olhos de certo marxismo vulgar e determinista, os fatores culturais podem parecer desprezíveis (a concepção de Enrico Leone, por exemplo). Ele, no entanto, acreditava que as classes subalternas precisavam se libertar da sua dependência dos intelectuais burgueses e, a partir de uma crítica às concepções confusas e contraditórias, criar e desenvolver uma nova cultura, ou seja, uma nova concepção do mundo.

Gramsci entendia que a dominação cultural (isto é, a astuciosa capacidade da burguesia de difundir por toda a sociedade suas filosofias, valores, gostos, etc) era *um* dos fatores que permitiam as classes dominantes manterem e assegurarem o poder econômico e político, isto é, garantir a sua hegemonia. Tais constatações levam-no a acreditar na importância de desenvolvimento de uma nova cultura. Daí ele advogar a necessidade de criação de organismos formativos que possibilitassem ao proletariado a

discussão “desinteressada” de seus problemas. Ou seja, para o comunista sardo, tudo o que interessava ou poderia interessar ao movimento operário deveria ser aprendido, discutido e debatido.

À medida que o tempo vai passando, a preocupação inicial de Gramsci acerca das atividades formativo-culturais para o proletariado vai, paulatinamente, sendo reformulada, ampliada e aprofundada. Não é à toa, portanto, que o autor retoma essa questão 16 anos depois. O conceito de cultura, por exemplo, anteriormente abordado, pode ser, a nosso ver, interessantemente ampliado com as reflexões que Gramsci desenvolve no cárcere. Segundo Gramsci,

.... é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção do mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou a província, pode se originar na paróquia e na “atividade intelectual” do vigário ou do velho patriarca, cuja “sabedoria” dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para a ação), ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera da atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade ?

Esta citação serve para delinear ou até mesmo complementar o conceito gramsciano de cultura esboçado em seus escritos anteriores a prisão. Note-se, mais uma vez, que o conceito gramsciano de cultura está relacionado à importância do operariado elaborar, de maneira consciente e crítica, uma concepção de mundo que lhe permita participar ativamente da construção da história, ser dirigente e não dirigido. Não obstante isto pareça está claro, resta saber: que concepção de mundo é esta? Gramsci não duvida: a filosofia da práxis, isto é, o marxismo.

O que está em jogo aqui é, na verdade, a preocupação gramsciana de substituição de uma velha maneira de pensar e agir por outra. Gramsci, no caminho aberto por Marx, leva essa questão às últimas conseqüências. É a compreensão de que o socialismo deve ser construído em bases inteiramente novas, duradouras e firmes. Daí ser absolutamente

indispensável que as massas se apropriem do marxismo como ótica de compreensão da realidade bem como instrumento de luta.

É nesse contexto de possibilidades que Gramsci compreende o papel dos intelectuais e do “moderno príncipe”. Os intelectuais orgânicos seriam os responsáveis por operarem, a nível superestrutural, a vinculação orgânica entre a estrutura social (as forças produtivas e as relações sociais de produção) com a superestrutura ideológica e política. Essa relação (intelectuais x mundo da produção) não é uma relação imediata, como ocorre entre as classes antagônicas no capitalismo, “mas é ‘mediatizada’ , em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas do qual os intelectuais são precisamente os funcionários”. Nas palavras do autor

Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, no quais desaparece o consenso espontâneo.

Se as classes proprietárias elaboram e formam os seus próprios intelectuais, as classes proletárias também devem fazer o mesmo. O grande responsável por essa formação seria o “moderno príncipe”, isto é, o partido revolucionário. Este deveria “ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna”.

Ainda no que diz respeito a esse processo de contra-hegemonia revolucionária, Gramsci nos diz que entre os intelectuais e os simples deve existir uma unidade orgânica. Um movimento cultural como o da filosofia da práxis deve garantir o contato direto dos intelectuais com os “simples”, nas palavras de Gramsci, “encontra neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos. Só através deste contato é que uma filosofia se torna ‘histórica’ , depura-se dos elementos intelectualistas e se transforma em ‘vida’ ”.

A AÇÃO CULTURAL SEGUNDO PAULO FREIRE

Em seus escritos iniciais, Freire propõe uma pedagogia que desvele a realidade opressora em sua totalidade e contradições, levando homens e mulheres a se tornarem conscientes da exploração em que vivem, portanto, convidando-os a lutarem pela transformação da sociedade em que estão inseridos. Na *Pedagogia do Oprimido*, a questão é abordada de forma detalhada. Ali, Freire distingue duas formas de organização cultural: a ação cultural antidialógica e a ação cultural dialógica. A primeira, que se desenvolve a partir da matriz antidialógica, serve à opressão. A segunda, ao contrário, à libertação dos oprimidos. Pelos objetivos destacados neste texto, faz-se necessário ter uma visão panorâmica dessas teorias. Começemos pela primeira.

A teoria da ação cultural antidialógica é uma forma deliberada e sistematizada de ação que incide sobre a estrutura social a fim de conserva-la, ou seja, ela existe para garantir o *status-quo*. Suas características básicas são: (i) a necessidade da conquista, (ii) a divisão dos oprimidos, (iii) a manipulação exercida pelas elites no sentido de conformar as massas populares a seus objetivos e, finalmente, (iv) a invasão cultural.

A teoria da ação cultural dialógica, por sua vez, é uma forma de ação que incide sobre a estrutura social a fim de garantir a sua transformação revolucionária. Tendo como núcleo fundante o diálogo, isto é, o encontro dos seres humanos endereçados à reflexão e à transformação do mundo, suas características fundamentais são: (i) a co-laboração; (ii) a união, (iii) a organização e a (iv) síntese cultural. Trabalhem um pouco mais com essas idéias agora.

Freire rechaça a idéia de que as massas devam ser conquistadas aos ideais revolucionários. “O diálogo não se impõe, não maneja, não domestica, não sloganiza”. A conquista, lembra, é uma tática que serve à opressão, não à libertação. Não existe, portanto, espaço para a conquista das massas, mas para a sua adesão verdadeira. Daí que nessa perspectiva, a denúncia da realidade opressora deva ser feita conjuntamente com

os oprimidos. Estes não podem ser objetos da ação revolucionária. É, pois, na condição de sujeitos históricos que se encontram para a transformação do mundo.

Se, manter os oprimidos divididos é uma condição indispensável à perpetuidade do poder opressor, na teoria da ação cultural dialógica a liderança revolucionária “se obriga ao esforço incansável de união dos oprimidos entre si, deles com ela, para a libertação”. Cabal nesse processo de divisão dos oprimidos é o papel que assume a ideologia opressora. Se, para mantê-los divididos, é necessário a *mitificação* do mundo, na ação cultural para a liberdade é necessário desideologizar. É imprescindível que “conheçam o *porquê* e o *como* da sua “aderência” à realidade que lhes dá um conhecimento falso de si mesmos e dela”.

A transformação radical da sociedade exige a organização consciente das massas populares. Organização, no entanto, não pode ser concebida como justaposição de indivíduos que, atomizados, se relacionam mecanicistamente. “Enquanto, na ação antidialógica, a manipulação, ‘anestesiando’ as massas populares, facilita a sua dominação, na ação dialógica, a manipulação cede seu lugar à verdadeira organização”.

A síntese cultural, antagônica à invasão cultural, advoga a necessidade de envolvimento das massas populares no processo de organização dos conteúdos programáticos. Se, na invasão cultural, a organização da ação se dá a partir do marco valorativo e ideológico dos invasores, na síntese cultural esse processo ocorre de forma conjunta com as massas. A participação popular é imprescindível!

Daí a investigação dos temas geradores ou temáticas significativas do povo. Nessa etapa, tem-se a preocupação com a captação dos temas básicos que irão fornecer o ponto de partida da ação. Ainda a esse respeito, Freire nos lembra que muitos planos (docentes ou políticos) falham porque seus idealizadores partem de uma visão pessoal da realidade. Envolver as massas populares no processo de organização programática não significa, entretanto, ficar preso às aspirações contidas na visão do mundo do povo. “A solução está na síntese. De um lado, incorpora-se ao povo na aspiração reivindicativa. De outro, *problematizar* o significado da própria reivindicação”.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

*Para mim o caminho gramsciano é fascinante. É nessa perspectiva que me coloco. No fundo (...) tudo tem a ver com o papel do chamado **intelectual**, que Gramsci estuda tão bem e tão amplamente. Para mim, se a classe trabalhadora não teoriza a sua prática é porque a burguesia a impede de fazê-lo. Por outro lado, o papel do intelectual revolucionário não é o de depositar na classe trabalhadora, que também é intelectual, os conteúdos da teoria revolucionária, mas o de, aprendendo com ela, ensinar a ela.* Paulo Freire

Procuramos demonstrar até aqui, ainda que de forma breve e aproximada, os entendimentos dos autores no que diz respeito ao papel que a ação cultural assume no processo de transformação radical da sociedade, isto é, no processo de construção do socialismo. Feito isso, passemos agora as nossas considerações acerca dos elementos de convergência e divergência em suas propostas.

A ação cultural, compreendida como parte integrante de um projeto marxista de transformação social, assume, segundo Antonio Gramsci, uma importância fundamental na luta pela abolição da sociedade de classes. Freire, por sua vez, reserva a esta um papel importante no processo de libertação das classes oprimidas. Esquemáticamente, poderíamos estabelecer as seguintes relações:

GRAMSCI	FREIRE
AÇÃO CULTURAL → CONTRA-HEGEMONIA	AÇÃO CULTURAL → CONSCIENTIZAÇÃO/ LIBERTAÇÃO

Poderíamos, de antemão, apresentar um ponto forte de convergência em suas propostas: os dois dão uma grande importância ao trabalho educativo-cultural antes da revolução. Note-se, ademais, que os autores não tratam a questão cultural de forma vaga, abstrata e a-histórica. As atividades de Gramsci na Itália (em especial a atividade militante e formativa do seminário de *L'Ordine Nuovo* em Turim) bem como as

atividades de alfabetização/conscientização de Freire na América Latina e na África corroboram essa idéia.

Outro ponto comum entre eles pode ser apresentado no que diz respeito a crítica a noção burguesa de cultura. A noção abstrata, enciclopédica e fragmentada, lembra Gramsci, não serve ao proletariado, muito pelo contrário, dificulta sua ação de transformação. Freire, por sua vez, não só reconhece isso como, inclusive, estuda e apresenta detalhadamente as características desse processo de “embotamento” das consciências: ação cultural antidialógica e educação bancária.

Ao mesmo tempo em que recusam uma compreensão burguesa de cultura, os dois, coincidentemente, defendem uma concepção cultural antropológica. É a idéia de que o homem, a partir do trabalho, cria, recria e transforma a realidade. Se essa é uma característica elementar da condição humana, raciocina Freire, todos os homens são sujeitos, logo as relações entre eles não podem ser de dominação. Gramsci, de modo análogo, nos fala em “conquista da consciência superior”; compreensão, por parte do homem, do próprio valor histórico.

Outro denominador comum entre Gramsci e Freire refere-se à forma como eles pensavam a relação dos intelectuais com as massas. Gramsci nos fala em unidade orgânica (Intelectuais x Massas). Segundo o comunista sardo: só através deste contato é que uma filosofia se torna ‘histórica’, depura-se dos elementos intelectualistas e se transforma em ‘vida’. Freire, por sua vez, nos fala em comunhão com as massas. Aliás, esta é uma característica fundamental da ação cultural dialógica. “É na prática desta comunhão, que se dá na prática revolucionária, que a conscientização alcança o seu mais alto nível. E é nela que os oprimidos superam o que Goldmam chama de “consciência real” pelo máximo de consciência possível”.

Alguns pontos de divergência também podem ser apresentados. Mayo enumera cinco. O primeiro diz respeito à alfabetização. Embora Freire não possa ser reduzido a um especialista em alfabetização de jovens e adultos, sua atuação e suas preocupações com essa modalidade de ensino foram muito importantes, principalmente, para as iniciativas contra o analfabetismo na América do Sul e na África. Gramsci, embora originário de uma região da Itália onde o índice de analfabetismo era muito alto,

negligencia “quase que completamente esse aspecto da educação de jovens e adultos nos seus textos...”. . E mais “dado o papel principal que designou ao proletariado, Gramsci deve ter considerado de importância mais imediata um processo de educação de adultos capaz de instilar nos seus membros as qualidades essenciais da organização correta, da boa liderança e da consciência cultural”.

Com relação ao protagonismo da transformação social, Mayo, baseando-se em autores “pós-marxistas”, demonstra que Gramsci credita à classe operária (a “classe universal”) o papel principal. Já Freire fornece “uma noção de opressão que reconhece a existência de uma “polifonia de vozes”, para utilizar o termo de Laclau e Mouffe”. Outra diferença importante entre os dois autores refere-se à importância que cada um destina à produção cultural. Nesse sentido, Freire dá demasiada importância à elementos da “cultura popular”. “Não obstante, em seus textos parece haver uma tentativa de estender o alcance da análise para além da “cultura popular”, para desenvolver uma crítica sistemática da “cultura intencional”. Para Gramsci “uma apropriação crítica da cultura dominante é central para a emergência de uma nova cultura “subalterna” e proletária”.

O autor ainda analisa a importância que Gramsci e Freire dão ao conhecimento histórico. Gramsci considerava fundamental a história para a educação da classe operária. Ênfase semelhante, segundo ele, não é encontrada em lugar algum nas principais publicações de Freire (em inglês). Ao distinguir uma diferença fundamental entre os autores, ele afirma que:

Talvez a diferença mais fundamental revelada nos seus textos [os de Gramsci] seja o alcance da análise simplesmente. O alcance de Gramsci é muito abrangente, indo da economia à educação, às relações de trabalho e arte até a teoria social e política. Em seus trabalhos mais conhecidos, Freire não revela uma amplitude semelhante, embora isso mude bastante nos seus livros dialogados posteriores.

A diferença fundamental, a nosso ver, diz respeito ao peso que o materialismo histórico dialético assume na construção da proposta dos dois autores. Embora não possamos desconsiderar a importância que o marxismo teve na construção do pensamento de Freire, não podemos deixar de observar que ele assume um papel relativo em sua pedagogia. Para o grande educador nordestino, não é só a luta de classes

que explica a história. Já para Gramsci, a luta de classes assume um papel central. Vejamos outros pontos de divergência.

Gramsci atribuía ao partido revolucionário um peso muito grande na tarefa de organização e ação cultural. Freire, ao menos em seus escritos iniciais, não apresentava essa proposta.

Gramsci achava absolutamente indispensável que as massas se apoderassem do marxismo como instrumento de compreensão da realidade. Freire, em seus escritos iniciais, não define exatamente os objetivos de sua ação transformadora. A preocupação gramsciana, diferentemente, é pela difusão e “enraizamento” do marxismo nas bases. Desde o início, Gramsci pensa na conversão ideológica da classe operária.

Ademais, há de se destacar a preocupação freireana em trabalhar ao máximo os saberes emergentes do meio popular. Embora a ação cultural preconizada por Freire não se restrinja a esses saberes, sua proposta enfatiza, de sobremaneira, esses conhecimentos. Gramsci, não obstante reconheça a importância desses saberes, é bem mais “diretivo” do que Freire. Isto porque “a filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente)”.

O PAPEL DOS INTELLECTUAIS NA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: AS VISÕES DE PAULO FREIRE E ANTONIO GRAMSCI

O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão inicial em torno do papel que os intelectuais assumem na organização da classe trabalhadora. Para tanto, elegemos como referência teórica os trabalhos de Paulo Freire e Antonio Gramsci.

O texto estrutura-se em três momentos. Nos dois primeiros, procuramos apresentar os entendimentos dos autores acerca da problemática em questão. Por fim, buscamos mostrar, de forma sumária, alguns elementos de convergência e divergência em suas propostas.

O interesse pelo tema surgiu a partir da leitura das principais obras dos dois autores. Após uma incursão inicial sobre seus escritos, percebemos a importância com que alguns temas despontam em suas propostas, em especial o papel que os intelectuais assumem na efetivação da hegemonia da classe trabalhadora. A partir daí, nos instigou a possibilidade de realizarmos um estudo que permitisse identificar as contribuições de Paulo Freire e Antonio Gramsci sobre essa problemática.

As reflexões de Gramsci sobre os intelectuais iniciam-se no começo do século XX, na Itália. Fortemente influenciado pelas conquistas iniciais da Revolução de 1917, ele atribuirá um papel fundamental à ação intencional e organizada do proletariado na construção do socialismo. Opondo-se a certa interpretação positivista e economicista do pensamento de Marx, acentuará o papel da subjetividade no desenvolvimento histórico. No polêmico artigo “*A Revolução contra O Capital*”, afirmará:

A pregação socialista criou a vontade social do povo russo. Por que deveria ele esperar que a história da Inglaterra se repetisse na Rússia, que na Rússia se formasse uma burguesia, que a luta de classes fosse criada para que nascesse a consciência de classe e, finalmente, a catástrofe do mundo capitalista? (GRAMSCI, 2004:128-129)

Esse artigo foi publicado no jornal do Partido Socialista Italiano (*Avanti!*) em dezembro de 1917; um momento marcado, como Gramsci reconhecerá mais tarde, por uma visão fortemente idealista e voluntarista. Ainda assim, essa fase é importante porque demonstra, ainda que de forma geral, as preocupações do autor com relação ao protagonismo proletário no processo de organização e “homogeneização” ideológica da classe trabalhadora.

A primeira referência específica sobre os intelectuais aparece no texto sobre a questão meridional (1926). Nesse artigo, Gramsci (2004) assinala a necessidade de

adesão dos intelectuais ao programa revolucionário e à doutrina marxista. Nas suas palavras, “é importante e útil para o proletariado que um ou mais intelectuais adiram individualmente a seu programa e sua doutrina, confundam-se com o proletariado, tornem-se e se sintam partes integrantes dele”(p.434). No cárcere, ele desenvolverá esse tema de forma ampla e profunda. A problemática voltará de forma sistematizada nos cadernos 11 (*Introdução ao estudo da filosofia*), 12 (*Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*) e 13 (*Breves notas sobre a política de Maquiavel*). Mais adiante, retomaremos essa discussão.

Assim como Gramsci, Freire também foi marcado por um contexto estimulante. Seus escritos emergem num momento em que a luta de classes adquire força expressiva na América Latina. O surgimento dos movimentos revolucionários em nosso Continente, o triunfo e a consolidação da Revolução Cubana (1959-1961), a instalação do primeiro governo socialista na região (1962), bem como o avanço e a consolidação das forças populares de esquerda foram fundamentais para a elaboração de sua pedagogia do oprimido (TORRES, 1996: 119).

Em seus escritos iniciais, a questão sobre os intelectuais não aparece de forma específica. Merece atenção especial, entretanto, o quarto capítulo da *Pedagogia do Oprimido*, onde Freire disserta sobre o papel das lideranças revolucionárias na organização e união dos oprimidos. Ainda com relação a essa fase inicial, num texto publicado no livro *Ação Cultural para a Liberdade*, ele analisa o papel do trabalhador social na transformação revolucionária da sociedade capitalista.

Suas experiências na África, a partir da segunda metade da década de 1970, assinalam o momento em que a influência de Gramsci é claramente percebida. Nessa época, Freire se apropria de algumas teses gramscianas como os “novos intelectuais” e o “partido como intelectual-coletivo” (SCOCUGLIA, 1999). A partir daí, Gramsci se tornará uma referência importante.

1.0 GRAMSCI E O VÍNCULO ORGÂNICO ENTRE OS INTELECTUAIS E AS MASSAS

O papel dos intelectuais emerge como uma questão central no pensamento de Gramsci. Portelli (1977), por exemplo, chega a afirmar que o conceito gramsciano de bloco histórico pode ser interessantemente entendido a partir da atuação dos intelectuais, isto porque “um sistema social só é integrado quando se edifica um sistema hegemônico, dirigido por uma classe fundamental que a confia a gestão aos intelectuais: realiza-se aí um bloco histórico” (p.15).

O entendimento adequado da questão dos intelectuais relaciona-se, sobretudo, a três categorias básicas no pensamento do autor: (i) concepção ampliada de Estado (sociedade política + sociedade civil); (ii) conceito de hegemonia e (iii) ideologia. Começemos pela primeira.

O Estado, longe de ser a materialização concreta dos interesses gerais da sociedade, existe, efetivamente, para administrar os negócios da classe dominante - no caso da sociedade capitalista, os interesses da burguesia. Sua função na sociedade capitalista é a garantia da reprodução da sociedade em duas classes antagônicas – burguesia e proletariado. Para isso, o Estado burguês precisa, além de mascarar o seu real papel, regular a luta de classes e assegurar o equilíbrio da ordem social (MARX & ENGELS, 1998a; 1998b).

Gramsci, contudo, vivendo num contexto histórico diferente, amplia essa visão. Consoante Coutinho (1999), ele

(...) trabalha numa época e num âmbito geográfico nos quais já se generalizou uma maior complexidade do fenômeno estatal: ele pôde assim ver que, com a intensificação dos processo de socialização da participação política, que tomam corpo nos países ‘ocidentais’ sobretudo a partir do último terço do século XIX (formação de grandes sindicatos e partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.), surge uma esfera nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado (p.124).

Ao falar de seu estudo sobre os intelectuais, numa carta enviada a sua cunhada (Tatiana Schucht), Gramsci deixa claros seus entendimentos acerca do Estado

Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia

de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e justamente na sociedade civil em particular operam os intelectuais (Benedetto Croce, por exemplo, é uma espécie de papa leigo e instrumento efficacíssimo de hegemonia ainda quando vez por outra esteja em desacordo com este ou aquele governo, etc.) (GRAMSCI, 1987: 224).

Na noção ampliada de Estado, conforme assinala Gramsci, entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil. Neste ponto, aliás, precisamos fazer uma observação importante: a distinção conceitual (sociedade civil) operada por ele com relação a Marx e Engels (1998a; 1998b). Estes utilizam a expressão sociedade civil para indicar “o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas” (1998b: 33); Gramsci, por sua vez, para mostrar o conjunto de organizações privadas responsáveis pelas operações de hegemonia. Ressalte-se, contudo, que a referida distinção não significa ruptura.

Marx e Engels (1998b) demonstraram a relação (dialética) entre infra-estrutura (forças produtivas=sociedade civil) e superestrutura (Estado), sendo que a primeira funda a segunda. Gramsci, ao contrário do que se apregoa, não rompe com esse princípio básico. Ele “se situa firmemente no terreno marxista: não faz do Estado o ‘sujeito da história’ e, menos ainda, o sujeito do modo de produção capitalista” (LIGUORI, 2003: 175). Embora opere uma distinção conceitual relativamente à concepção de sociedade civil em Marx e Engels (1998b), Gramsci não “perde de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no interior de uma concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura” (LIGUORI, 2003: 178). Suas análises enfatizam, sobretudo, os elementos materiais responsáveis pelas operações de difusão da ideologia dominante.

Nessa perspectiva, o Estado não se reduziria à sociedade política (parlamento, aparelhos repressivos), mas englobaria uma série de instituições da sociedade civil (escolas, igrejas, sindicatos, partidos políticos, meios de comunicação). Daí que nos seus entendimentos o Estado seja conceituado como sendo sociedade política + sociedade civil, isto é, “hegemonia couraçada de coerção”.

Gramsci parte do conceito de sociedade civil para demonstrar que a classe dominante não mantém o poder apenas mediante a coerção, mas, também, por intermédio do consentimento (hegemonia). Os intelectuais assumiriam nesse processo

um papel fundamental, isto é, difundir e conservar a concepção do mundo que atende aos interesses das classes proprietárias. Na sua compreensão,

A partir desta concepção da função dos intelectuais, segundo penso, esclarece-se a razão ou uma das razões da queda das Comunas medievais, isto é, do governo de uma classe econômica que não soube criar a sua própria categoria de intelectuais e portanto exercer uma hegemonia além de uma ditadura; [...] As comunas foram, portanto, um estado sindicalista que não conseguiu superar esta fase tornando-se Estado integral como em vão indicava Maquiavel, que através da organização do exército queria organizar a Hegemonia das cidades sobre o campo... (GRAMSCI, 1987:224).

Com a complexidade das sociedades de classes, em relação à sociedade capitalista (expansão da classe operária, surgimento de partidos e sindicatos, socialização da política etc.), a esfera ideológica ganha não só importância com relação à conquista e à manutenção do poder, mas também certa autonomia material, exercida, principalmente, pelos aparelhos privados de hegemonia.

As reflexões de Gramsci sobre a sociedade burguesa levam-no a acreditar que as lutas proletárias pela construção da “sociedade regulada” (comunista) perpassam o âmbito da sociedade civil, *locus* por excelência de atuação dos intelectuais. Estes, longe de constituírem um grupo autônomo e independente da vida econômica, estão, na verdade, ligados aos interesses dominantes, isto é, eles aparecem com a função de conservar a unidade ideológica do bloco social dominante. No caso da sociedade capitalista, os interesses da burguesia.

Segundo Gramsci, todo grupo social fundamental cria para si “uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no econômico, mas também no social e no político...” (2000:15).

Os intelectuais seriam responsáveis por operarem, no plano superestrutural, a vinculação orgânica entre a estrutura social (as forças produtivas e as relações sociais de produção) com a superestrutura ideológica e política (PORTELLI, 1977). Essa relação não seria imediata e facilmente reconhecível, como ocorre entre as classes antagônicas no capitalismo, mas “‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas do qual os intelectuais são precisamente os funcionários” (GRAMSCI, 2000: 20).

Os intelectuais orgânicos à burguesia, portanto, seriam peças-chave das classes dominantes para o “exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2000:21).

Se as classes proprietárias elaboram e formam seus intelectuais, as classes proletárias devem fazer o mesmo. O grande responsável por essa formação seria o partido revolucionário (“moderno príncipe”). Segundo Gramsci, os partidos políticos desempenham uma função fundamental na elaboração e na difusão das concepções do mundo que atendem aos interesses das classes que representam.

No caso do proletariado, o partido revolucionário não pode se furtar à tarefa de difundir a concepção do mundo que atende aos seus interesses, bem como à tarefa de formar os agentes responsáveis por sua organização. Nessa perspectiva, os intelectuais teriam a função de homogeneizar a classe e elevá-la ao seu papel de direção; sua função histórica de implementação da sociedade regulada (comunista).

Isto deveria ser feito, de um lado, como crítica teórica ao senso comum: “a filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente)” (GRAMSCI, 2001: 101). E, por outro lado, como crítica prático-revolucionária à sociedade de classes.

Gramsci também sublinha a necessidade de vínculo orgânico entre os intelectuais e os simples. Um movimento revolucionário como o da filosofia da práxis deve garantir o contato direto dos intelectuais com os “simples”. Nas palavras de Gramsci, “encontra neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos. Só através deste contato é que uma filosofia se torna ‘histórica’, depura-se dos elementos intelectualistas e se transforma em ‘vida’ ”(GRAMSCI, 2001: 100).

O intelectual de novo tipo preconizado por Gramsci, portanto, não se caracterizaria simplesmente pelo acúmulo de conhecimentos, boa oratória e eloquência, mas, fundamentalmente, pela capacidade de organização, persuasão e visão política. Passemos, agora, à visão de Paulo Freire.

2.0 FREIRE E A CRÍTICA À AÇÃO BANCÁRIA DOS INTELECTUAIS

Gramsci se torna uma referência importante para Freire a partir da segunda metade da década de 1970. Foi pensando a forma como a alfabetização poderia contribuir para a luta revolucionária de Guiné-Bissau que ele se encontra com o pensamento do comunista sardo. Arriscaríamos dizer que a incorporação, feita por Freire, do pensamento gramsciano se dá não só teoricamente, mas, sobretudo, praticamente.

No início dos anos 1980, já no Brasil, ele afirmará: “Para mim o caminho gramsciano é fascinante. É nessa perspectiva que me coloco. No fundo (...) tudo tem a ver com o papel do chamado **intelectual**, que Gramsci estuda tão bem e tão amplamente” (FREIRE, 2000:68). Em 1995, numa entrevista concedida à Neidson Rodrigues, ele reforçará essa opção: “o intelectual interfere, o intelectual não se omite” (p.6).

O entendimento adequado da questão exige a leitura de todo o *corpus* teórico freireano, em especial, os escritos que vão da segunda metade da década de 1970 até meados da década de 1980. Considerando o espaço e os limites deste texto, destacaremos algumas referências que consideramos essenciais. Começemos, então, por sua obra clássica.

Na *Pedagogia do Oprimido*, Freire propõe uma ação educativa que desvele a realidade opressora em sua totalidade e contradições, levando homens e mulheres a se tornarem conscientes da exploração em que vivem, portanto, instigando-os(as) a lutarem pela transformação da sociedade em que estão inseridos. No quarto capítulo, assinala o papel que as lideranças revolucionárias assumem na organização das massas oprimidas a partir de duas formas de intervenção cultural: a ação cultural antidialógica e a ação cultural dialógica.

A teoria da ação cultural antidialógica é uma forma deliberada e sistematizada de ação ideológica que incide sobre a estrutura social a fim de conservá-la, ou seja, ela existe para garantir o *status-quo*. Suas características básicas são: (i) a necessidade da conquista, (ii) a divisão dos oprimidos, (iii) a manipulação exercida pelas elites no sentido de conformar as massas populares a seus objetivos e, finalmente, (iv) a invasão cultural.

A teoria da ação cultural dialógica, por sua vez, é uma forma de ação que incide sobre a estrutura social a fim de garantir sua transformação revolucionária. Tendo como

núcleo fundante o diálogo, isto é, o encontro dos seres humanos endereçados à reflexão e à transformação do mundo, suas características fundamentais são: (i) a co-laboração; (ii) a união, (iii) a organização e a (iv) síntese cultural. É a partir dessas duas formas de compreensão antitéticas acerca do trabalho educativo que podemos entender a relação das lideranças com as massas (FREIRE, 1987).

Freire rechaça a idéia de que as massas devam ser simplesmente conquistadas aos ideais revolucionários. Os líderes não podem agir da mesma forma como os opressores agem. A conquista manipuladora é uma tática que serve à opressão, não à libertação. Numa perspectiva libertadora, a denúncia e o desvelamento da realidade opressora realizam-se de forma conjunta com os oprimidos. Estes não podem ser objetos da ação revolucionária. É, pois, na condição de sujeitos históricos que “se encontram para a transformação do mundo em co-laboração” (FREIRE, 1987:165).

Se manter os oprimidos divididos é uma condição indispensável à perpetuidade do poder opressor, na teoria da ação cultural dialógica, a liderança revolucionária “se obriga ao esforço incansável de união dos oprimidos entre si, deles com ela, para a libertação” (FREIRE, 1987:171). Central nesse processo de fragmentação e desarticulação dos oprimidos é o papel que assume a ideologia opressora. Se, para mantê-los divididos, é necessário *mitificar* o mundo, na ação cultural para a liberdade, é necessário “desideologizar”. Daí ser imprescindível que “conheçam o *porquê* e o *como* da sua “aderência” à realidade que lhes dá um conhecimento falso de si mesmos e dela” (FREIRE, 1987:172).

Essas idéias iniciais, basilares para o entendimento da problemática em foco, complementam-se com outros escritos, também iniciais. No livro *Ação cultural para a Liberdade*, Freire (2001) discute, dentre outros temas, o papel do trabalhador social no processo de mudança. Se, na *Pedagogia do Oprimido*, alguns temas aparecem de forma vaga, nessa obra

a educação começa a ser efetivamente pensada no interior do conflito de classes, como ato de conhecimento ‘de classe’ em busca da mobilização/ organização dos oprimidos enquanto ação cultural que constrói a ‘consciência de classe’ – e esta só seria conquistada no conflito, na luta pela mudança estrutural da sociedade. (SCOCUGLIA, 1999:42)

Nesse texto, Freire deixa claro que a atuação dos trabalhadores sociais não é abstrata (faz parte de um contexto concreto, historicamente situado), nem muito menos

neutra (serve para mudar ou preservar o *status quo*). A idéia central, não obstante, está em torno da coerência que deve existir entre a opção revolucionária assumida pelas lideranças e sua prática.

Essas proposições desenvolvem-se a partir das experiências de Freire na África. A luta revolucionária pela independência de Guiné-Bissau teve influência substancial no desenvolvimento do pensamento de Freire.

O que antes era pensado via ‘dialética senhor-escravo’ de Hegel, subsidia-se em *O Capital*, de Marx, na admiração por Amílcar Cabral e aparece como ‘contexto político-educativo’ no qual a ‘a produção’ é entendida enquanto balizadora dos ‘conteúdos programáticos’ escolares e da própria alfabetização dos adultos. (SCOCUGLIA, 1999:42)

A relação dos intelectuais com as massas emerge como um dos temas centrais da obra. Interessam-nos, sobretudo, duas categorias básicas desenvolvidas: (i) o novo intelectual e (ii) suicídio de classe. Expliquemos essas idéias. Começemos pela primeira.

Uma das preocupações básicas do líder Amílcar Cabral na reconstrução da Guiné-Bissau era o engajamento dos intelectuais no processo de “reafricanização” do País. Segundo Freire, além, obviamente, de uma transformação na infra-estrutura era necessária uma ação simultânea ao nível de ideologia. Os trabalhadores, em vez de serem adestrados para simplesmente produzir, deveriam entender o próprio processo de trabalho. Esse novo contexto exigiria a formação de uma nova camada de intelectuais. Não mais aquele distante, frio e mecânico, mas de um novo tipo, isto é, aquele que se “forja na unidade entre o trabalho manual e o trabalho intelectual; entre prática e teoria”(FREIRE, 1978: 59).

Se, de um lado, caberia ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) a formação desses intelectuais, por outro, Freire, assim como Amílcar Cabral, acreditava na transformação/cooptação do intelectual pequeno-burguês, ou seja, no seu “suicídio de classe”.

A prática alfabetizadora realizada por esses novos intelectuais, por exemplo, não se daria mediante uma repetição mecânica e alienante dos ta-te-ti-to-tu. A alfabetização de amplas camadas da população guineense aconteceria de forma orgânica à luta pela

reconstrução do país. Suas características fundamentais marcavam-se pela: (i) centralidade da prática produtiva do país na organização curricular; (ii) capacitação dos alfabetizadores a partir da unidade teoria-prática, trabalho manual/ trabalho intelectual; (iii) formação da consciência política dos trabalhadores.

A atuação de Freire na África revela a influência de Gramsci no desenvolvimento de seu pensamento. Acreditamos, entretanto, que esta acontece de forma intensiva no período que vai do final da década de 1970 até o final da década de 1980. Nos escritos correspondentes a essa fase, ele relaciona o papel do professor ao conceito de intelectual orgânico, de Gramsci.

Num texto de 1978, *A alfabetização de adultos: é ela um quefazer neutro*, isto fica evidente. O alfabetizador é visto como aquele que não apenas deve executar bem a ação docente, mas, fundamentalmente, entender seu papel na sociedade (alfabetizador= especialista + político). O ideário socialista aparece de forma nítida: novas relações humanas a partir da superação das dicotomias entre trabalho intelectual e manual, teoria e prática.

A partir da publicação desse texto, as influências e as referências a Gramsci se tornarão freqüentes. Destacaremos, para terminar, o livro *Pedagogia: diálogo e conflito*. Nesse texto, Freire, juntamente com Sérgio Guimarães e Moacir Gadotti, discutem questões referentes ao papel da educação na edificação do socialismo.

Em seus depoimentos, ele parte do princípio gramsciano de unidade orgânica entre os intelectuais e as massas. Suas contribuições específicas, no entanto, residem no método de ação dos intelectuais. Retomando a discussão central da *Pedagogia do Oprimido*, ele denuncia a ação bancária dos intelectuais revolucionários: um educador revolucionário não pode utilizar o mesmo método de ação que o um educador reacionário (conquista, divisão, manipulação e invasão cultural).

O papel do educador revolucionário (ou intelectual revolucionário) é analisado a partir da preocupação gramsciana em saber como fazer para que a classe trabalhadora apreenda o método dialético de interpretação e transformação do real. Embora a questão não seja desenvolvida plenamente, a solução proposta por Freire converge para dois pontos básicos: (i) a classe trabalhadora tem o direito de conhecer melhor o que já conhece assim como (ii) conhecer o que ainda não conhece. Expliquemos isso um pouco melhor.

Segundo Freire, é necessário que a classe trabalhadora reveja ou reconheça aquilo que já conhece. Nessa perspectiva, a ação revolucionária tem como ponto de partida a percepção que os trabalhadores estão tendo do mundo. Não obstante, não se reduz a esse momento. Para além dos saberes socialmente construídos, é direito dos trabalhadores conhecerem aquilo que não conhecem; em outras palavras, participarem da produção do novo conhecimento. Este processo, por sua vez, vincula-se dialeticamente à participação na produção da vida material (produzir o que, para quem, contra quem e contra quê?).

A MODO DE CONCLUSÃO

Um ponto de convergência entre os dois autores refere-se à importância que o protagonismo humano exerce no processo de transformação da sociedade. Em suas propostas, há uma recusa explícita às visões fatalistas, deterministas e mecanicistas, relativamente à constituição do socialismo. A forma como equacionam o papel dos intelectuais no processo de organização da classe trabalhadora deixa isso claro.

A questão é abordada, como inclusive reconhece o próprio Paulo Freire, de forma mais aprofundada, no pensamento de Gramsci. Nessa perspectiva, como vimos, o papel dos intelectuais está diretamente relacionado às operações de hegemonia e contra-hegemonia. Isto porque uma hegemonia se constrói quando tem seus quadros e seus elaboradores.

Gramsci entendia que a dominação cultural (isto é, a astuciosa capacidade da burguesia de difundir por toda a sociedade suas filosofias, valores, gostos etc) era um dos fatores que permitiam as classes dominantes manterem e assegurarem o poder econômico e político, isto é, garantir a sua hegemonia. Tais constatações levam-no a acreditar na importância de desenvolvimento de uma nova cultura: subalterna, proletária e revolucionária. Daí ele advogar a necessidade de criação de organismos formativos que possibilitassem ao proletariado a discussão “desinteressada” de seus problemas. Para o Comunista sardo, tudo o que interessava ou poderia interessar ao movimento operário deveria ser aprendido, discutido e debatido.

Se Gramsci nos ajuda a entender o papel dos intelectuais numa perspectiva contra-hegemônica, Freire, a partir da crítica à ação bancária dos líderes revolucionários,

nos ajuda a compreender como isso poderia ser feito. Isto porque, para ele, “o papel do intelectual revolucionário não é o de depositar na classe trabalhadora, que também é intelectual, os conteúdos da teoria revolucionária, mas o de, aprendendo com ela, ensinar a ela” (2000: 68).

Outro ponto fortemente sublinhado pelos autores refere-se à necessidade de unidade entre os intelectuais e os simples. Na concepção gramsciana, esse contato é fundamental para a descoberta dos problemas a serem estudados e resolvidos. Freire, de forma análoga, nos diz que o desvelamento da realidade opressora deve-se realizar de forma conjunta com os oprimidos. Essa, aliás, é uma condição fundamental:

... um projeto verdadeiramente revolucionário se autentica, na medida em que vai cumprindo sua vocação natural: a de selar a unidade, a comunhão, entre a liderança revolucionária e as massas populares, na prática da transformação da sociedade de classes e na construção da sociedade socialista. (FREIRE; 2001, p.92)

Existe, neste aspecto, uma relação de proximidade muito grande entre suas idéias. Há de se fazer, entretanto, algumas observações fundamentais. A forma como Freire compreende a atuação dos intelectuais assinala um ponto de especificidade com relação à Gramsci. Na interpretação de Mayo (2004), “Gramsci reconhece certa superioridade por parte dos intelectuais, no seu papel educacional com respeito às massas” (p.83). Freire, ao contrário, sempre enfatizou a importância das relações de horizontalidade entre os líderes revolucionários e as massas. Faz-se necessário lembrar, no entanto, que a horizontalidade proposta por Freire não se assemelha, em nenhum momento, ao não-diretívismo rogeriano. Sua proposta não é licenciosa, permissiva e sem direção. A diretividade é equacionada a partir do entendimento correto entre autoridade e liberdade. Vejamos outros pontos de divergência.

A ação cultural formativa, compreendida como parte integrante de um projeto revolucionário, assume, segundo Gramsci, uma importância fundamental na luta pela abolição da sociedade de classes. Ele achava absolutamente indispensável que as massas se apoderassem do marxismo como instrumento de compreensão da realidade. A ação cultural transformadora proposta por Freire, diferentemente, não está centralizada na propagação do marxismo. Esta diferença fundamental decorre da importância atribuída

pelos autores ao papel que o partido revolucionário assume na efetivação de suas propostas.

Gramsci pensa o processo de organização/ ação cultural a partir dos objetivos traçados pelo partido revolucionário, no seu caso, o Partido Comunista Italiano. Freire, embora reconheça que nenhuma proposta educacional é a-partidária e que a própria natureza da educação é política, não condiciona a efetivação de sua pedagogia à atuação de nenhum partido.

Por fim, há de se destacar a preocupação dos autores com relação à cultura popular. Embora a ação cultural preconizada por Freire não se restrinja ao senso comum, sua proposta dá demasiada importância aos chamados saberes socialmente construídos. Isto leva Mayo a afirmar que, nos trabalhos mais expressivos de Freire,

observa-se uma concentração quase exclusiva em elementos da ‘cultura popular’. Ele considerava esses elementos a base para um processo transformador de educação de adultos. Não obstante, em seus textos parece haver uma tentativa de estender o alcance da análise além da ‘cultura popular’.(MAYO, 2004: 92)

Assim como Freire, Gramsci não desconsidera a análise e o estudo da cultura popular. Em suas observações sobre o folclore, isso fica evidente:

Seria preciso estudar o folclore (...) como “concepção do mundo e da vida”, em grande medida implícita, de determinados estratos (determinados no tempo e no espaço) da sociedade, em contraposição (também esta, na maioria dos casos, implícita, mecânica, objetiva) às concepções do mundo “oficiais” (ou em sentido mais amplo, das partes cultas das sociedades historicamente determinadas) que se sucederam no desenvolvimento histórico. (GRAMSCI, 2002:133)

Não obstante essas observações, a posição de Gramsci com relação ao senso comum é bastante crítica: “... seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconseqüente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia” (Gramsci, 2001: 114). Daí que uma das primeiras tarefas de um movimento cultural organicamente vinculado a um projeto revolucionário é a superação das maneiras de pensar precedentes ou do mundo cultural existente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: é ela um quefazer neutro ? *Educação & Sociedade*, nº 1, São Paulo: Cortez, 1978.

_____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo*. 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *Crítico, radical e otimista (entrevista)*. *Presença Pedagógica*, nº 1, Belo Horizonte: Editora Dimensão, 1995. P.5-12.

FREIRE, Paulo, GADOTTI, Moacir, GUIMARÃES, Sérgio. 5^a ed. *Pedagogia: diálogo e conflito*. São Paulo: Cortez, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 1*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 2*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 3*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 6*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cartas do Cárcere*. Tradução de Noênio Spínola. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. *Escritos Políticos, vol 1*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In. COUTINHO, Carlos Nelson. TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Tradução Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998a.

_____. *A ideologia alemã*. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.

MAYO, Peter. *Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora*. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Porto Alegre. Artmed: 2004.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. A construção da história das idéias de Paulo Freire. In: STRECK, Danilo R (org.). *Paulo Freire: ética, utopia e paixão*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

TORRES, Carlos Alberto. A voz do biógrafo latino-americano: Uma biografia intelectual. In: GADOTTI, Moacir (org.). *Paulo Freire: uma biobliografia*. São Paulo: Cortez, 1996.

O artigo aqui apresentado traz uma reflexão preliminar em torno das apropriações pedagógicas do conceito gramsciano de sociedade civil. O ponto central de nossa discussão será o de analisar a idéia de que esse conceito permitiria pensar a função político-ideológica da escola para além das teorias reprodutivistas. A tese central que procuraremos demonstrar é a de que o uso *abusivo e aleatório* dessa noção, em vez de contribuir, dificulta a ação docente progressista.

O texto estrutura-se em três momentos. No primeiro, procuramos explicar a relação entre as teorias crítico-reprodutivistas da educação e o conceito gramsciano de sociedade civil. Logo em seguida, buscamos, a partir da definição do conceito de sociedade civil em Gramsci, perspectivar o papel que a escola assume numa sociedade de classes. Por fim, procuramos demonstrar que esse conceito passa por ampla ressignificação, que o distancia do sentido que era atribuído por Marx e Gramsci, ao ser utilizado para justificar o fim da luta de classes.

ESCOLA: REPRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO?

O tratamento dado à função sócio-política da escola oscila, basicamente, entre duas visões contrastantes. Os teóricos pertencentes à primeira idéia, de forma geral, concebem a sociedade como sendo harmoniosa e tranqüila. Nesta perspectiva, a divisão da sociedade em classes não só é tida como natural, mas também desejável. Acreditam, ainda, que suas contradições e conflitos poderiam ser resolvidos mediante uma boa e organizada ação educativa, creditando à educação uma ampla margem de autonomia perante a sociedade. Seus principais representantes são: Durkheim, Dewey, Mannheim e Parsons.

Os teóricos da segunda linha, diferentemente, partem do princípio de que o fenômeno educativo, como historicamente determinado, é condicionado pelas relações sociais de produção da vida material e espiritual. Assim, a sociedade, longe de ser concebida como harmoniosa e tranqüila, é “marcada pela divisão de grupos ou classes que se relacionam à base da força, a qual se manifestam fundamentalmente nas condições de produção da vida material”(SAVIANI, 2001, p.4). Esse grupo subdivide-se entre os representantes das teorias crítico-reprodutivistas (Bourdieu e Passeron,

Althusser, Baudelot e Establet) e os das teorias críticas (Snyders, Saviani, Manacorda). Destacamos, ao considerar os objetivos deste trabalho, as contribuições de Althusser (1985).

As teorias crítico-reprodutivistas tiveram o mérito de reconhecer os condicionantes objetivos da educação, isto é, serviram para romper com o utopismo pedagógico que creditava à educação institucionalizada o poder de transformação da sociedade. Althusser (1985), em seu estudo sobre os aparelhos ideológicos de estado, considera que a escola assume uma função bastante específica na reprodução das relações de exploração capitalista. Em suas palavras, “é pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados, e entre explorados e exploradores” (1985, p.80).

Tal compreensão acerca do papel que a escola assume numa sociedade capitalista foi alvo de inúmeras críticas. Isto aconteceu, sobretudo, na década de 1980. Althusser, na interpretação de Freitag (1980), “apesar de admitir a importância estratégica da educação como instrumento de dominação nas classes dominantes, não vê nela importância estratégica como instrumento de libertação por parte da classe dominada”(p.36). Saviani (2001), por sua vez, embora reconhecendo o valor de Althusser, lembra que seus estudos contribuíram para disseminar entre os educadores brasileiros um certo clima de pessimismo e desânimo. É a partir daí que podemos entender a emergência e a valorização do pensamento de Gramsci.

As tentativas de superação dialética das teorias reprodutivistas convergiram para reaver o conceito gramsciano de sociedade civil. Segundo Freitag (1980), “Gramsci vai ser o autor que atribui à escola e a outras instituições da **sociedade civil** (ou seja, aos AIE de Althusser) essa dupla função estratégica (ou seja, a função dialética) de conservar e minar as estruturas capitalistas” (Grifos da autora, p.37). A afirmação de Mochcovitch (1988) é ainda mais precisa, pois

A maioria dos estudiosos dos problemas educacionais que seguem a orientação marxista têm afirmado que à escola está reservada a função de reproduzir desigualdades sociais, na medida em que contribui para a reprodução da ideologia das classes dominantes e mesmo para a reprodução das próprias classes sociais, inculcando códigos, símbolos e valores das classes dominantes. Alguns chegam a admitir que a

escola é imprescindível para a reprodução do sistema capitalista. O grande pensador marxista italiano Antonio Gramsci, porém, nos diz algo diferente sobre a escola e a sua função: ela pode ser, em certa medida, transformadora, sempre que possa proporcionar às classes subalternas os meios iniciais para que, após uma longa trajetória de conscientização e luta, se organizem e se tornem capazes de “governar” aqueles que as governam. (p.7)

Buscar, como observa a referida autora, compreender o papel que a escola assume numa sociedade capitalista (na perspectiva da classe trabalhadora), implica recuperar o sentido que Gramsci atribui ao conceito de sociedade civil. Essa idéia basilar, ainda que utilizada sob diversos ângulos e interpretações, serviu como eixo norteador de outros autores, a saber: Saviani (2000; 2001); Manfrendi (1980), Freire (1978), Moraes (1978), Gadotti (1988); Jesus (1989). Sua utilização no campo educativo-progressista, principalmente nos anos 1980, foi vasta e abundante. Passemos, então, a aclarar esse conceito.

CONCEITO GRAMSCIANO DE SOCIEDADE CIVIL

A expressão “sociedade civil” aparece constantemente nos escritos carcerários de Gramsci. Ainda que utilizado de formas diversas, podemos compreender o sentido que o comunista sardo quis imprimir. O entendimento adequado dessa categoria relaciona-se, sobremaneira, a dois elementos básicos no pensamento do autor: (i) a concepção ampliada de Estado; e (ii) conceito de hegemonia. Começemos pelo primeiro.

O Estado, longe de ser a materialização concreta dos interesses gerais da sociedade, existe, efetivamente, para administrar os negócios da classe dominante; no caso da sociedade capitalista, os interesses da burguesia. Sua função na sociedade capitalista é a garantia da reprodução da sociedade em duas classes antagônicas – burguesia e proletariado. Para isso, o Estado burguês precisa, além de mascarar o seu real papel, regular a luta de classes e assegurar o equilíbrio da ordem social (MARX & ENGELS, 1998a; 1998b). Segundo Althusser (1985),

A tradição marxista é formal: desde o *Manifesto* e do *18 Brumário* (e em todos os textos clássicos posteriores, sobretudo no de Marx sobre a *Comuna de Paris* e no de Lênin sobre o *Estado e a Revolução*), o Estado é explicitamente concebido como um aparelho repressivo. O Estado é uma “máquina” de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à “classe” dos grandes latifundiários) assegurar a sua dominação sobre a classe operária, para

submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista). (p.62)

Gramsci (1987), vivendo num contexto histórico diferente, amplia essa visão. Ao falar de seu estudo sobre os intelectuais, numa carta enviada a sua cunhada (Tatiana Schucht), ele deixa isso claro

Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) e não como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e justamente na sociedade civil em particular operam os intelectuais (Benedetto Croce, por exemplo, é uma espécie de papa leigo e instrumento efficacíssimo de hegemonia ainda quando vez por outra esteja em desacordo com este ou aquele governo, etc.) (p.224).

Gramsci parte do conceito de sociedade civil para demonstrar que a classe dominante não mantém o poder apenas mediante a coerção, mas, também, por intermédio do consentimento (hegemonia). Os intelectuais assumiriam nesse processo um papel fundamental, isto é, difundir e conservar a concepção do mundo que atende aos interesses das classes proprietárias. Na compreensão de Gramsci (1987),

A partir desta concepção da função dos intelectuais, segundo penso, esclarece-se a razão ou uma das razões da queda das Comunas medievais, isto é, do governo de uma classe econômica que não soube criar a sua própria categoria de intelectuais e portanto exercer uma hegemonia além de uma ditadura; [...] As comunas foram, portanto, um estado sindicalista que não conseguiu superar esta fase tornando-se Estado integral como em vão indicava Maquiavel, que através da organização do exército queria organizar a Hegemonia das cidades sobre o campo... (p.224).

Gramsci (2000b, p.244) assinala “que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado=sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)”. Neste ponto, precisamos fazer uma observação importante: a distinção conceitual (sociedade civil) operada por ele com relação a Marx e Engels. Estes utilizam a dicção sociedade civil para indicar “o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas” (1998b, p. 33); Gramsci, por sua vez, para mostrar o conjunto de organizações privadas responsáveis pelas operações de hegemonia. Ressalte-se, contudo, que a referida distinção não significa ruptura.

Marx e Engels (1998b) demonstraram a relação (dialética) entre infra-estrutura (forças produtivas=sociedade civil) e superestrutura (Estado), sendo que a primeira funda a segunda. Gramsci, ao contrário do que se apregoa, não rompe com esse princípio básico. Ele “se situa firmemente no terreno marxista: não faz do Estado o ‘sujeito da história’ e, menos ainda, o sujeito do modo de produção capitalista” (LIGUORI, 2003, p. 175). Essa interpretação, não obstante, é negada por muitos autores. Bobbio, na interpretação de Coutinho (1999), é um deles:

... em Marx a sociedade civil (a base econômica) era o fator ontologicamente primário na explicação da história, Bobbio parece supor que a alteração efetuada por Gramsci [referência com relação ao emprego do termo] o leve a retirar da infra-estrutura essa centralidade ontológico-genética, explicativa, para atribuí-la a um elemento da superestrutura, precisamente à sociedade civil. (...) Gramsci seria assim um idealista em teoria social, na medida em que passaria a colocar na superestrutura política, e não na base econômica, o elemento determinante do processo histórico. (p.122)

Gramsci, embora opere uma distinção conceitual relativamente à concepção de sociedade civil em Marx e Engels (1998b), não “perde de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no interior de uma concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura. (LIGUORI, 2003, p.178) Suas análises enfatizam, em especial, os elementos materiais responsáveis pelas operações de difusão da ideologia dominante. O próprio Althusser (1985, p.67) reconhece que Gramsci “teve a idéia ‘singular’ de que o Estado não se reduzia ao aparelho (repressivo) de Estado, mas compreendia, como dizia, um certo número de instituições da ‘sociedade civil’: a Igreja, as Escolas, os sindicatos etc.” Trabalhem mais com essas idéias.

Com a complexidade das sociedades de classes, em relação à sociedade capitalista (expansão e da classe operária, surgimento de partidos e sindicatos, socialização da política etc.), a esfera ideológica ganha não só importância com relação à conquista e à manutenção do poder, mas também certa autonomia material, exercida, principalmente, pelos aparelhos privados de hegemonia. É aí que reside a importância da sociedade civil, compreendida, agora, como palco onde entram em confronto diversas concepções do mundo.

As reflexões de Gramsci sobre a sociedade burguesa levam-no a acreditar que as lutas proletárias pela construção da “sociedade regulada” (comunista) perpassam o âmbito da

sociedade civil. A fórmula da “revolução permanente”, própria de 1848, dirá: “será elaborada e superada na ciência política com a fórmula da ‘hegemonia civil’ (2000b, p.24)”. E mais,

...a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição; e pode-se dizer que um Estado vence uma guerra quando a prepara de modo minucioso e técnico no tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações da vida civil, constitui para arte política algo similar às “trincheiras” e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas “parcial” o elemento do movimento que antes constituía “toda” a guerra, etc” (p.24.)

Se, em outros períodos históricos, a predominância do Estado-coerção impunha à luta de classes uma estratégia de ataque frontal (guerra de “movimento”), voltada diretamente para a conquista do Estado em sentido restrito, nas formações do tipo “ocidentais”, deve-se buscar, concomitantemente às lutas que se dão no plano estrutural, a conquista de espaços e posições (“guerra de posições”) que garantam a hegemonia da classe dominada. “Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder mesmo se o mantém nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente”. (GRAMSCI, 2002, p.62-63)

Isto não implica dizer que ele descarte a possibilidade de uma ruptura revolucionária com relação à ordem capitalista. Entendemos, ao contrário, como a preocupação com relação ao processo de construção da hegemonia revolucionária operária. A revolução proletária, afirmará Gramsci repetidas vezes, deve se assentar em bases sólidas e duradouras.

É nesse contexto que achamos possível pensar a atuação da escola numa sociedade de classes. Esta, na qualidade de aparelho privado de hegemonia e por meio de seus intelectuais orgânicos, assumiria um papel estratégico para a conquista do poder pelas classes subalternas. Organicamente vinculada ao movimento operário de transformação do real (seja no sentido industrial, seja no senso político), a escola poderia vir a auxiliar na divulgação de uma nova concepção do mundo a partir de uma crítica às concepções confusas e contraditórias. Segundo Gramsci (2000a),

Com o seu ensino, a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para domina-las, e de leis civis e estatais, produto de uma atividade humana, que são estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo; a lei civil e estatal organiza os homens do modo historicamente mais adequado a dominar as leis da natureza, isto é, a tornar mais fácil o seu trabalho, que é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando transformá-la e socializá-la cada vez mais profundamente e extensamente (p.42).

Finalmente cabe observar que essas funções seriam realizadas conjuntamente com o partido revolucionário, outrora chamado por Gramsci (2000b) de o “moderno príncipe”. A atuação da escola, raciocinará Gramsci (2000a), não pode ser pensada de forma abstrata e a-histórica. A ação pedagógica, para ser considerada contra-hegemônica, deve estar organicamente vinculada ao movimento operário de transformação da realidade. Destaca-se, em especial, o papel do partido revolucionário. De um lado, este seria o grande responsável pela formação dos intelectuais orgânicos à classe trabalhadora, por outro “o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular na sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (2000b; p.18).

RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO GRAMSCIANO DE SOCIEDADE CIVIL

O conceito gramsciano de sociedade civil foi acolhido no campo educativo-progressista, sobretudo na década de 1980. Esse conceito serviu como norte teórico importante em face do caráter determinista e reprodutivista da educação. A propósito dessa apropriação, fazem-se necessárias duas reflexões: a primeira diz respeito ao atual processo de resignificação dessa idéia; a segunda, consequência da primeira, refere-se à tendência de substituição da centralidade da luta de classes pelo “conceito de sociedade civil como terreno da luta hegemônica”. Começemos pela primeira.

Nos dias atuais, o conceito gramsciano de sociedade civil passa por uma resignificação profunda. Sua utilização sucede, sobretudo, no âmbito educacional, para justificar o

desaparecimento dos conflitos e das classes. Isto vem sendo feito, em especial, pelos neoliberais e pós-modernos.

A revalorização da unidade de idéias “sociedade civil”, identificada, por exemplo, a partir da análise dos documentos do Banco Mundial, é resultado de um movimento ideológico conservador formado por “críticos do Estado autoritário”, dirigentes de governos militares e neoliberais. Estes representariam um bloco orgânico em torno da tese de uma *nova era* em que os antagonismos centrados nas contradições capital e trabalho não teriam mais lugar (LEHER, 2002). Concomitantemente a essa ofensiva ideológica conservadora, percebe-se nas formas de expressão ideológica dos *novos movimentos sociais* (NMS) e das ONGs, o emprego da locução sociedade civil, com sentido idealizado e, ao mesmo tempo, reduzido à atuação pragmática desses organismos.

Embora os NMS exerçam papel importante na atual conjuntura, faz-se necessário lembrar que eles incorporam às suas ações práticas a idéia de que as contradições sociais se resolveriam somente na esfera da sociedade civil. Tais movimentos, enxergados pela óptica dominante, são importantes e eficazes “parceiros do Estado na implementação de determinadas políticas” (LEHER, 2002, p.162). Fazendo a crítica a esse entendimento, prossegue Leher (2002), os NMS, atuando desse modo, contribuem para a *despolitização* das políticas e colaboram com o movimento que intenta dismantelar o Estado keynesiano, aludido como *ineficiente* (id; p.162).

O impacto dessas idéias, sobretudo no campo educacional, é muito intenso. Arriscamos dizer que a influência do conceito de sociedade civil foi muito mais forte na interpretação bobbiana do que gramsciana. Em alguns estudos, isto fica explícito: “O texto do pensador socialista italiano Noberto Bobbio, *Gramsci e a concepção da sociedade civil*, permite compreender como esse conceito assume o caráter de *mediação* necessária para a validade das categorias propostas por Gramsci para a análise da superestrutura e para a orientação da luta hegemônica das classes subalternas” (MOCHCOVITCH, 1988, p. 27). Temos aqui, ainda que expressa de forma tímida, a idéia de que a luta de classes se realizaria e se efetivaria na sociedade civil. Esta citação

permite extrapolarmos a crítica à má interpretação (intencional ou não) do conceito de sociedade civil em Gramsci e já aí encontramos o porquê das apropriações pedagógicas idealistas de suas idéias expressas na crença da força social de uma escola crítica e transformadora.

Ressalte-se que, se na década de 1980 já existia certa propensão à substituição da luta de classes pelo conceito de sociedade civil, na década seguinte isto se efetivará a partir de três vetores: (i) pelo neoliberalismo; (ii) pelos críticos da sociedade do trabalho, como Clauss Offe e Jurgen Habermas, bem como pelo (iii) pós-modernismo. (LEHER, 2002)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para nós, a validade analítica do pensamento gramsciano para as lutas revolucionárias de nosso tempo é inquestionável, bem como consideramos ainda basilares suas reflexões para entendimento do papel que a escola - assim como os intelectuais, os partidos, os sindicatos, os meios de comunicação em massa etc - assume numa perspectiva de constituição de uma “sociedade regulada” (comunista). Num momento em que o capital, em decorrência de sua crise estrutural, eleva suas contradições à enésima potência, Gramsci é bem vindo.

Faz-se necessário, no entanto, lembrarmos que o conceito gramsciano de sociedade civil não pode ser utilizado de forma idealizada e deslocada das relações sociais de produção e, por via de conseqüência, do modo de atuação do Estado-coerção. Fazer essa desarticulação é aniquilar a importância da reflexão gramsciana sobre a sociedade civil. Isto coloca para nós, em primeiro lugar, a necessidade de entendimento da atual lógica destrutiva do capital comandada pelos Estados Unidos em sua tentativa de *imperialismo hegemônico global* (ANTUNES, 2003).

É preciso lembrar, ainda, no caminho aberto por Gramsci, que a ação pedagógica desenvolvida na escola, para ser considerada contra-hegemônica, precisa ser organicamente vinculada aos movimentos de transformação social. Isto, por sua vez, nos leva à necessidade de rearticulação das lutas dos(as) educadores(as) com as lutas mais gerais. A esse respeito, a indicação feita por Antunes (2002, p.44) é precisa:

[...] no mundo atual, o desafio maior [...] nesta viragem do século XX para o XXI, é [o de] soldar os laços de *pertencimento de classe* existentes entre os diversos segmentos que compõem o mundo do

trabalho. E, desse modo, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, e que, pelas condições precárias em que se encontram, constituem-se em contingentes sociais potencialmente rebeldes ante o capital e suas formas de (des)sociabilização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In. *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. A lógica destrutiva na era do extremo irracionalismo. *Margem Esquerda*. n.1. p 30-36. 2003

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Nova edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DURKHEIM, Émile. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: FORACCHI, Marialice; PEREIRA, Luis (orgs.). *Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação*. 9.ed. São Paulo: Nacional, 1978.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*. 4.ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: é ela um quefazer neutro ? *Educação & Sociedade*, n. 1, p.64-70. 1978.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 8.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere, volume 2*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 3*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 5*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Escritos Políticos, vol 1*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. *Escritos Políticos, vol 2*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. *Cartas do Cárcere*. Tradução de Noênio Spínola. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

JESUS, Antonio Tavares. *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez, 1989.

LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos “novos” movimentos sociais na educação. In. *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In. COUTINHO, Carlos Nelson. TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MANFRENDI, Silvia M. A educação popular no Brasil: uma releitura a partir de Antonio Gramsci. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *A questão política da educação popular*. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Tradução Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998a.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich *A ideologia alemã*. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. *Gramsci e a escola*. São Paulo: Ática, 1988.

MONAL, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In. COUTINHO, Carlos Nelson. TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORAES, Carmen Sylvia. Ideologia e Intelectuais em Gramsci. *Educação & Sociedade*, n. 1, p.71-92. 1978.

NOSELLA, Paolo. *A escola de Gramsci*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 34 ed. São Paulo: Autores Associados, 2001.

_____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 7 ed. São Paulo: Autores Associados, 2000.